





ADELIA DORACI DE OLIVEIRA FERREIRA



**“A BATALHA PELA SOBREVIVÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO”:
TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE EGRESSOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**



FLORIANÓPOLIS



2004

ADELIA DORACI DE OLIVEIRA FERREIRA

**“A BATALHA PELA SOBREVIVÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO”:
TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE EGRESSOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Orientadora: Prof^a Dr^a Célia Regina Vendramini

FLORIANÓPOLIS

2004

Á minha família de origem e à construída na minha trajetória de vida.

Aos personagens que compõem este trabalho, que me permitiram, ler entrelinhas da história.

Á todos os jovens guerreiros que batalham para viver.

AGRADECIMENTOS

Porque o desejo de realizar e concluir o Curso de Mestrado ora se concretiza, graças ao estímulo e apoio recebidos da família e dos amigos, agradeço a honra e o privilégio de estar rodeada por pessoas que sabem compartilhar aspirações e contribuir para que eles deixem de ser apenas sonhos e esperanças.

Sinto-me feliz em agradecer a todos e, de um modo especial:

- à professora Célia Vendramini por orientar este trabalho com dedicação, compreensão e tranquilidade e pela confiança que depositou em mim, durante todo o processo;
- à professora Bernardete W. Aued que me “adotou” no mundo acadêmico, dedicando-me - além dos ensinamentos - todo o apoio, respeito e confiança, tão necessários à realização deste estudo;
- à professora Nadir Zago, pelas contribuições na qualificação desta pesquisa e pelas palavras de estímulo especialmente denotadas no tom de sua voz - marcada de serenidade e compreensão - detalhes que foram fundamentais para prosseguimento desta pesquisa;
- ao Programa de Pós-Graduação, especialmente aos professores:
 - Paulo Meksenas, pela sensibilidade e dedicação que incorpora aos seus ensinamentos;
 - Eneida O. Shiroma, pela compreensão, paciência e objetividade de suas exposições;
 - Paulo Tumolo, pela oportunidade que me deu de frequentar suas aulas - como aluna especial - e, assim, poder compreender melhor “como funciona a sociedade”;
 - Edna G.M. Fiod, pelo estímulo;
- aos colegas de turma: Rubens, Nivaldo, Eliane e Theodora e, em especial, à Marlucy e à Cristina, pela troca constante de idéias, opiniões, angústias, alegrias...
- aos colegas do TMT (Núcleo de estudo sobre as transformações no mundo do trabalho) pela parceria, em especial à Andréia e à Maria Isabel;
- aos jovens egressos da EBJVP (1991-2003) por compartilharem suas histórias;
- aos colegas da Escola Básica José do Valle Pereira (não é possível citar todos os nomes, mas preciso destacar a colaboração constante do Marcos, meu amigo, e secretário da escola), pelo apoio e estímulo;
- à Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e à Direção da EBJVP por me liberar das atividades na escola;
- à Rosa Leidens pela redação-final desta pesquisa e pela seriedade com que realiza seu trabalho;
- ao amigo Eduardo Collares por me auxiliar na percepção do mundo interior e exterior a mim;
- aos meus pais (Pedro e Elizabeth) e irmãos (Raquel, Jeferson e Ronaldo) pelo amor e pelo apoio incondicional que sempre dedicamos uns aos outros e que muito significou, também, no decorrer desta pesquisa;
- aos meus sogros (Sant`Clair e Lygia), por acreditarem em mim;
- ao Charlon, meu marido, pela compreensão, pelo apoio e pela admiração e respeito sempre estampados em seu olhar – cúmplice e amigo;
- aos meus filhos Filippe e Francine, pela participação ativa nesta pesquisa, na minha vida, nos meus sonhos ... enfim, por serem a razão de minha existência;
- pela energia recebida - não só durante a realização deste trabalho – mas por aquela que me alimenta em cada instante que transcorre e em cada passo que dou, durante o percurso de minha trajetória existencial.

RESUMO

Este trabalho busca estudar as trajetórias ocupacionais de jovens egressos do ensino fundamental da Escola Básica José do Valle Pereira, localizada no Bairro João Paulo em Florianópolis / SC, durante o período 1991 – 2003 e identificar as estratégias adotadas na inserção / manutenção do emprego. Procura também estabelecer relações entre emprego, desemprego e escolarização. Envolve pesquisa teórica e empírica. Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa são de cunho qualitativo. Buscamos analisar a heterogeneidade do emprego, ou das trajetórias em busca deste, por meio de entrevistas (individuais e coletiva) e de contatos informais com suas famílias, parentes e amigos. Na compreensão de suas experiências de trabalho, enfatizamos a questão do desemprego e da escolarização - mais especificamente de jovens – segundo a perspectiva dos atores inseridos num campo de relações historicamente construídas. O que caracteriza fundamentalmente as trajetórias ocupacionais desses jovens é a situação de estudante-trabalhador, a grande rotatividade entre as ocupações que, na maioria das vezes acontecem sem registro em carteira de trabalho e a não linearidade destas, ou seja, períodos de desemprego e inatividade. Evidenciamos também que, o aumento da escolaridade destes jovens, em relação à de seus pais, não foi acompanhado, na maioria das vezes, de mobilidade ocupacional ou social.

Palavras – chave: trajetórias ocupacionais; emprego e desemprego; alongamento da escolarização.

ABSTRACT

This paper aims to study the occupational path of youths who leave the basic school, specifically Escola Básica José do Valle Pereira, at João Paulo neighborhood, in Florianópolis, SC, from 1991 to 2003, and also to identify the adopted strategies at getting and keeping their jobs. It also searches for establishing the relationships among employment, unemployment and school level. It involves a theoretical and empiric research. The adopted methodological procedures in this research are qualitative. Herein, we analyze the job's heterogeneity or the path of searching for jobs, through interviews (individual and in group) and informal contacts with the families, relatives and friends of the youths pertaining to the surveyed group.

By understanding their job expectations, we emphasize the unemployment and the school level – particularly of youths – according to the inserted actors' perspective in a field of historical built up relationships. What basically distinguishes these youths' occupational path is the student-worker situation; the large turn over among the occupations that most of the time are not registered under the laws and not linear at all, that is why there are times of unemployment and inactivity. We also emphasize that most of the time the increasing school level of the youths was not followed of occupational or social mobility, as compared to their parent's.

Key words – Occupational Paths; Employment and Unemployment; School Level Extension.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População acima de 16 anos e Jovens de 16 a 24 anos por condição de atividade - Regiões Metropolitanas do Brasil – 1999.....	08
Tabela 2 - Taxa de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos - Regiões Metropolitanas do Brasil – 1999.....	09
Tabela 3 - Taxa de desemprego aberto (%) no Brasil – Março.....	34
Tabela 4 - Taxa de desemprego aberto (%) no Brasil – primeiro trimestre.....	34
Tabela 5 - Egressos da EBJVP (1991-2003) quanto ao nível de ensino em que ocorre a inserção ocupacional, por sexo.....	116
Tabela 6 - Trajetória escolar dos egressos da EBJVP, quanto ao ensino médio (EM), por sexo.....	118
Tabela 7 - Egressos da EBJVP (1991-2003) quanto à realização de vestibular e trajetória escolar no ensino superior, por sexo.....	121
Tabela 8 - Vestibular da UFSC - Distribuição dos candidatos inscritos, vagas oferecidas e relação candidato/vaga, no período 1991-2003.....	122
Tabela 9 - Escolaridade dos pais dos egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo.....	127
Tabela 10 - Escolaridade atual dos Egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo.....	128
Tabela 11 - Dados da trajetória ocupacional dos egressos do ensino fundamental da EBJVP (1991-2003)	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais ocupações dos pais dos egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo.....	158
Quadro 2 – Ocupações exercidas pelos egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica da EBJVP.....	23
Figura 2 – Formatura da turma 1991.....	106
Figura 3 - Formatura da turma 1992.....	106
Figura 4 - Imagens atuais dos egressos da EBJVP (1991-2003).....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 – TRABALHO E EMPREGO.....	33
1.1. ESCOLA E EMPREGO – AS PROMESSAS SE ESVAECEM.....	36
1.2. O TRABALHO NA DIMENSÃO SOCIAL-HISTÓRICA.....	40
1.3. O CARÁTER DO TRABALHO ASSALARIADO.....	43
1.4. O EMPREGO.	45
1.5. DO EMPREGO COMO MEIO DE DEGRADAÇÃO AO DESEMPREGO COMO A SUPREMA DEGRADAÇÃO.....	48
1.6. O DESEMPREGO.....	50
1.7. POR QUE EXISTE DESEMPREGO? E O QUE ELE PROVOCA?	54
CAPÍTULO 2 – AS TRAJETÓRIAS DOS JOVENS EGRESSOS DO ENSINO FUNDAMENTAL....	60
2.1. OS “CLANDESTINOS” QUE ADOTAM A ESTRATÉGIA DO “ATALHO”	62
2.2. OS PORTADORES DE “PASSAPORTE”	80
2.3. DO SINGULAR AO GERAL / COLETIVO.....	99
2.4. ALGUNS MOMENTOS EM IMAGENS.....	106
CAPÍTULO 3 – O ALONGAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO.....

3.1.A CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESTUDO, UMA ESTRATÉGIA CARREGADA DE DIFICULDADES.....	111
3.2. O ENSINO MÉDIO – DIFERENTES CAMINHOS.....	117
3.3. O VESTIBULAR, OU MELHOR, O “ABISMO”	120
3.4. A REALIZAÇÃO DE CURSOS EXTRA-ESCOLARES OU DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	123
3.5. A RELAÇÃO A LONGAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO – ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO OCUPACIONAL.....	123
3.6. A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA.....	125
CAPÍTULO 4 – A BATALHA PELO EMPREGO.....	130
4.1. INSERÇÃO OCUPACIONAL.....	134
4.2. FACILIDADES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA BUSCA DE EMPREGO OU OCUPAÇÃO.....	138
4.3. AS FACES “VISÍVEIS” DA PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO DOS EGRESSOS DA EBJVP (1991-2003)	145
4.4. DESEMPREGO E TECNOLOGIA COMO PARTES INTEGRANTES DO REPERTÓRIO IDEOLÓGICO.....	153
4.5.A RELAÇÃO FAMÍLIA – TRAJETÓRIA OCUPACIONAL.....	154
4.6. CLASSE TRABALHADORA: SER OU NÃO SER?!.....	160
4.7. AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO GRUPO PARA INSERÇÃO / MANUTENÇÃO DE EMPREGO.....	162
4.8. A UNIDADE ESTRATÉGICA É O EXÉRCITO OU, O EXÉRCITO DE SERVIDORES DO CAPITAL.....	168
4.9. AS TÁTICAS ADOTADAS PELO “EXÉRCITO” OU PELOS EGRESSOS DA EBJVP	

(1991-2003).....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176
ANEXOS.....	187

INTRODUÇÃO

O desemprego é, sem dúvida, um dos problemas sociais mais graves da atualidade. Protagonista em pesquisas de várias áreas científicas, ocupa também lugar de destaque na mídia, nas propostas políticas de candidatos ao governo e caracteriza um momento distinto na história da humanidade.

São muitos os estudos atuais que, de forma direta ou indireta, abordam o desemprego como tema central em suas análises, apresentando dados de realidades certamente assustadoras¹. Essas reflexões têm em comum a ênfase nas transformações no mundo do trabalho e a reflexão sobre a centralidade ou não da educação básica e da qualificação exigida pelo mundo do trabalho metamorfoseado.

Neste contexto de crescimento do desemprego, é importante que se questione sobre a efetiva participação dos processos educacionais na inserção e reinserção dos sujeitos no mercado de trabalho, especialmente dos jovens².

Nesta pesquisa analisaremos as trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental da Escola Básica José do Valle Pereira, localizada no Bairro João Paulo, em Florianópolis / SC, visando perceber as estratégias adotadas na inserção / manutenção do emprego.

¹ ANTUNES (1995), AUED, B (1999a), CASTEL (1998), FRIGOTTO (1999), MATTOSO (2001), POCHMANN (2000), RIFKIN (1995), SINGER (1999), entre outros.

² Para objetivos deste trabalho, trataremos por jovem, aqueles que estão compreendidos na faixa etária que se estende dos 15 aos 24 anos, conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, não pretendemos abandonar as especificidades nacionais, apesar de não discutirmos mais amplamente a noção de juventude.

O ponto de partida deste estudo situa-se no âmbito da nossa prática como orientadora educacional da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Ao longo dessa trajetória, muitas inquietações foram surgindo, e destas originaram-se as seguintes formulações:

Em relação aos egressos da escola - considerando que alguns trabalham enquanto estudam - quais, como e por que alguns buscam o emprego diretamente, enquanto outros alongam a escolaridade para buscá-lo depois? Qual a real situação do jovem no emprego? Quais os fatores que interferem na busca pela inserção / manutenção do emprego e quais estratégias são utilizadas para atingir este objetivo?

A intenção de analisar estas questões, entre os egressos da Escola José do Valle Pereira justifica-se no fato de ser ela o local onde atuamos profissionalmente há quinze anos. Além disso, partimos do princípio de que, assim como toda singularidade, a realidade desta escola não se explica em si mesma, mas por sua inserção na totalidade social.

A escolha dos egressos do ensino fundamental deve-se ao fato de entendermos que muitos jovens, neste nível de ensino, encontram-se na condição de estudantes-trabalhadores. Em decorrência de reprovações ou interrupções, ou inserção escolar após a idade-mínima obrigatória, muitos percursos escolares são acidentados, aumentando a distância entre a idade cronológica e a idade escolar. Em virtude disso, ao concluírem esta escolaridade, muitos jovens têm a idade-mínima-legal exigida para o ingresso no mercado de trabalho, ou seja, 16 anos³.

A delimitação do período 1991-2003, justifica-se pelo entendimento de que, em termos de trajetórias ocupacionais, é um recorte de tempo que provavelmente indicará alguns dados possíveis para análise, ou seja, é o tempo suficiente para que esses egressos tenham se

³ É importante reconhecer a presença de crianças e jovens adolescentes com idade inferior a 16 anos no mercado de trabalho. Neste sentido ver: DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo, 2001.

encaminhado e concluído um curso superior e estejam procurando emprego ou se encontrem na condição de emprego / desemprego.

Essa escolha deve-se também ao fato de muitos estudos recentes indicarem a década de 1990 como “um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil” (DIEESE, 2001, p.11). Em relação aos jovens, pode-se dizer que essa década foi marcadamente crítica no ponto de vista profissional (POCHMANN, 1998).

Adentrando na questão

Hoje, parece natural trabalhar. Para a maioria da população, ser trabalhador ou trabalhadora aparece como algo inevitável. Aprendemos desde cedo que um dia teremos que vender nossa capacidade de trabalho para sobreviver. Contudo, é importante perceber que o trabalho, historicamente, assume formas diferentes e carrega valores construídos, tendo em vista as relações sociais.

Todavia, numa sociedade em que o trabalhador precisa vender sua força de trabalho (quando consegue) e submeter-se às regras do capital para ter acesso aos meios de produção e conseguir produzir sua existência material, o trabalho deixa de ser meio de realização humana e transforma-se em meio de aniquilamento do ser humano como sujeito.

Isto ocorre porque, nessa sociedade, o trabalho abstrato⁴ ocupa o primeiro plano por criar valores econômicos de troca, enquanto o trabalho concreto é secundarizado por criar valores de uso e possibilitar a emancipação humana.

⁴ Castro (1988) baseado em Marx, faz uma síntese sobre o significado de trabalho abstrato: “trabalho separado de seu sujeito e transformado em substância da relação valor de troca. Significa produto que domina ao produtor, valor coisificado, subordinação do trabalho ao capital” (p.10).

O capitalismo em sua forma atual - alicerçado em novas tecnologias microeletrônicas associadas à informática - consegue aumentar a produtividade do trabalho social e simultaneamente diminuir postos de trabalho, o que faz crescer o desemprego, a miséria, a exclusão social e a violência.

Nesse contexto, o desemprego crescente e a precarização do trabalho colocam a sociedade em alerta. Além disso, cria-se uma situação em que os trabalhadores lutam para não perder seus empregos - mesmo que isso signifique a perda de direitos conquistados- e ainda sentem-se impelidos a assumir a responsabilidade pela sua formação técnica e profissional .

Esse procedimento adentra a subjetividade⁵ e transforma a vida do trabalhador numa constante procura por qualificação e requalificação, objetivando inserir-se ou manter-se no emprego.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível observarmos que quando se fala em educação - especialmente, quando há referência ao local privilegiado onde ela se desenvolve de forma sistematizada, ou seja, na escola - a preocupação com a preparação para o trabalho quase sempre aparece de forma explícita ou implícita.

Paro (1999) enfatiza que, em pesquisas de campo, quando se procura saber qual o lugar da escola na sociedade, as respostas dos mais diversos segmentos envolvidos convergem para a questão do trabalho.

Entretanto, diante do crescimento do desemprego - especificamente entre os jovens - a escola prepara para qual trabalho? O fato é que, cotidianamente, nos defrontamos com alunos

⁵ É necessário perceber que o termo subjetividade aqui, está relacionado aos estudos sobre o trabalho, porém pode ter um tratamento específico, ou seja, o processo de construção do sujeito é mais amplo do que o espaço do trabalho, principalmente se este for considerado sob a forma assalariada. Aqui, especificamente, a consideração da subjetividade contempla, sobretudo, a dimensão inconsciente do sujeito, reconhecendo esse sujeito numa história de dominação ao outro, que se expressa fundamentalmente no trabalho. Pensar a subjetividade implica pensar, historicamente, a materialidade concreta das relações sociais. (FIDALGO, et al, 1999).

alegando que estudam “para ser alguém na vida”, e com outros questionando o porquê de estudar, já que muitos não conseguem um emprego depois de formados.

Podemos perceber que, em ambos os casos, sustenta-se a convicção de que o sucesso e a realização buscados na escola só se materializam pelo emprego. Além disso, não apenas os alunos pensam dessa forma, pois sempre que buscamos compreender os objetivos que a escola mais procura atingir - principalmente no atendimento às aspirações da sociedade - o mercado de trabalho aparece como expectativa essencial.

Algumas perspectivas estão ligadas à obtenção de emprego imediato, outras, à preparação para o vestibular e ingresso na universidade. Em consequência disso, observamos que no ensino fundamental - onde não há conteúdos específicos direcionados para esta ou aquela profissão, e ainda que não se toque em assuntos pertinentes ao mercado de trabalho – já está presente a preocupação com a busca por um bom emprego, com o futuro profissional (PARO,1999).

Zago (2000) também aborda esta questão ao apresentar dados de suas pesquisas⁶ nos níveis de ensino fundamental e médio, salientando que:

O reconhecimento da educação escolar como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar, é variável colocada pelos pais de forma recorrente, independente das diferenças internas do grupo estudado (p.23).

Quando pensamos sobre a naturalidade que essas visões adquiriram, questionamos até que ponto seria exagero afirmar que na pré-escola elas já estão presentes. Embora consideremos

⁶ Zago (2000) procura mostrar as condições objetivas, as práticas e os significados atribuídos à escolarização, como também o caráter heterogêneo e não linear dos percursos escolares em meios populares, com base em uma análise feita a partir de dados obtidos em um bairro de Florianópolis.

perfeitamente compreensível que - diante da falta de opções de sobrevivência - a sociedade atribua à escola tal tarefa, é “passível de crítica a centralidade que, pelas mais diferentes razões e por pessoas e instituições dos mais variados matizes políticos, se pretende dar à preparação para o trabalho em nossa escola, hoje” (PARO,1999, p.111).

Parece que a escola é obrigada a buscar na economia as razões para sua importância. Isso transparece até mesmo nos diálogos com os sujeitos envolvidos diretamente com ela. Vale salientar que até mesmo esses diálogos foram prejudicados pela atual crise de emprego, já que parece que preparar para o trabalho tem sido preparar para o mercado, para o trabalho alienado. Em função desse (des)entendimento, que outros argumentos a escola teria para utilizar a seu favor quando se trata de estimular os alunos para o estudo?

A educação formal e a qualificação são atualmente apresentadas como elementos da competitividade, da reestruturação produtiva e da “empregabilidade” (FRIGOTTO, 1998). Todavia pensar que os egressos da escola não estão preparados para conseguir um emprego é um outro grande equívoco, pois esta afirmação supõe que a escola possa criar os empregos que o sistema produtivo, por conta do capitalismo, não “consegue” criar (FRIGOTTO, 1998; GENTILLI, 1998; PARO, 1999).

Esse discurso, nada mais é que pura ideologia, pois serve para mascarar as injustiças inerentes à própria sociedade capitalista, fazendo com que as pessoas acreditem que sua posição social se deve à falta de escolaridade ou qualificação, pura e simplesmente. Além disso, não podemos esquecer que as práticas educativas, especialmente as escolares, também não são naturais.

Contudo, é compreensível que o desemprego questione não só a escola, colocando-a em xeque, mas também questione todo o conjunto da sociedade, principalmente quando o

desemprego juvenil aparece como um dos componentes mais expressivos do desemprego-em-massa concernente às economias industriais.

Sanchis (1997) afirma que, praticamente em quase todos os países industrializados, a taxa de desemprego da população abaixo dos vinte e cinco anos oscila entre o dobro e o triplo da correspondente à população adulta. Pochmann (1998) também enfatiza esta questão e afirma que, desde a década de 1970, é possível identificar uma ampla alteração nas taxas de desemprego, sobretudo no caso dos jovens.

Entretanto, sabemos que, hoje, a realidade de desemprego e subemprego, dificilmente pode ser apreendida apenas pelas estatísticas, por vários motivos: não existem instrumentos técnicos indiscutíveis nesses levantamentos, existe controle político dessas estatísticas e não há como medir a quantidade de trabalhadores que está no chamado mercado informal.

A situação apreendida em relação ao emprego indica que tentar visualizar o desemprego apenas pelas estatísticas, embora já seja alarmante⁷, não corresponde à realidade. Tudo indica que esta seja bem pior.

No Brasil, nas seis regiões metropolitanas⁸ pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em 1999, a população jovem, de 16 a 24 anos, correspondia a 6.084.000 pessoas. Deste total, 4.276.000 estavam no mercado de trabalho, como ocupados⁹ ou desempregados, compondo o que se pode chamar de População Economicamente Ativa Jovem destas seis regiões metropolitanas. Na situação de ocupados,

⁷ Conforme Mattoso (2001), o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observaram ao longo da década de 1990 são um fenômeno de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país. “O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado” (p. 9).

⁸ São elas: Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

⁹ São indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular mas não estão procurando outro trabalho, ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie / benefício, sem procura de trabalho (DIEESE, 2001).

encontravam-se 2.876.000os jovens de 16 a 24 anos. Destes, 1.400.000 (45.2%), estavam desempregados. Ver na Tabela 1, apresentada a seguir.

Tabela 1 - População acima de 16 anos e Jovens de 16 a 24 anos por condição de atividade - Regiões Metropolitanas do Brasil¹⁰ – 1999

(em 1.000 pessoas)

Estimativas populacionais e condição de atividade	Número de pessoas acima de 16 anos	Jovens de 16 a 24 anos (número de pessoas)
População	23.273	6.084
População Economicamente ativa ¹¹	15.824	4.276
Ocupados	12.730	2876
Desempregados¹²	3.094	1400
Inativos ¹³	7.451	1809

Fonte: DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo, 2001

Ainda conforme a referida pesquisa, o patamar de desemprego de jovens em 1999, ultrapassou o percentual de 30% em todas as regiões pesquisadas, o que evidencia o alto grau de dificuldade de sua inserção no emprego. Veja na tabela 2, apresentada a seguir.

¹⁰ São elas: Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

¹¹ População Economicamente Ativa é a parcela da população com 10 anos e mais, que está ocupada ou desempregada (DIEESE, 2001).

¹² Aqui, desempregados são pessoas que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem atividades irregulares com desejo de mudança (DIEESE, 2001).

¹³ São indivíduos maiores de 10 anos que não estão ocupados ou desempregados (DIEESE, 2001).

Tabela 2 - Taxa de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos
Regiões Metropolitanas do Brasil - 1999

Regiões Metropolitanas -	Taxa de desemprego
Belo Horizonte	30.3%
Distrito Federal	36.2%
Porto Alegre	31.3%
Recife	36.1%
Salvador	43.2%
São Paulo	30.8%

Fonte: DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo, 2001

Pochmann (2000) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, é relativamente recente a discussão a respeito da inserção ocupacional do jovem, diferentemente da experiência internacional. O autor enfatiza que, diante das transformações atuais na economia mundial e brasileira, as alternativas ocupacionais dos jovens estão distantes dos setores modernos da economia e estão associadas, na maioria das vezes, aos segmentos de baixa produtividade e à precariedade do posto de trabalho. Portanto, é necessário que se dê, cada vez mais, atenção à situação da juventude no Brasil e no mundo.

Prestar atenção a isso significa também situar a relação escola-trabalho-formação do trabalhador no âmbito das relações sociais na escola e na produção; significa ver a escola como prática social e cultural, como relação humana de sujeitos, como produção e reprodução consciente e intencional de um protótipo de ser humano e como ação-intervenção política e cultural que mexe com aspirações, valores, pensamentos, sujeitos (ARROYO, 1999).

Ao analisar a evolução das pesquisas sobre os vínculos entre trabalho e educação, Arroyo (1999) enfatiza esta situação e adverte sobre a necessidade de se reconhecer os sujeitos sociais como agentes da história, pois a sociedade não globalizou apenas mercados, globalizou vivências, experiências humanas, valores, condutas, além de situações, políticas, decisões que invadem nosso cotidiano.

Portanto, é fundamental reconhecer que o desemprego, a pobreza, as incertezas, a fome, a exclusão social, enfim, que o quadro atual condiciona os processos de sobrevivência, incluindo a inserção dos indivíduos nas relações produtivas.

Os objetivos desta pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental da Escola Básica José do Valle Pereira (EBJVP), durante o período 1991-2003 e perceber as estratégias adotadas na inserção / manutenção do emprego.

Os objetivos específicos são:

- 1- Analisar a trajetória escolar dos egressos do ensino fundamental no alongamento da escolarização.
- 2- Analisar a trajetória de emprego e desemprego dos egressos do ensino fundamental.
- 3- Identificar as estratégias adotadas pelos jovens para inserção ou manutenção do emprego.
- 4- Estabelecer relações entre emprego, desemprego e escolarização.

Procedimentos da pesquisa

Este trabalho envolveu pesquisa teórica e empírica. Do ponto de vista da clareza teórico-metodológica, algumas questões mereceram destaque, como por exemplo:

- Qual a concepção de trabalho que se toma por base ao discutir a crise do trabalho na atualidade?
- Como fica esta concepção no estágio atual do capitalismo contemporâneo, quando cresce o “mercado informal” e o desemprego?
- Nessa perspectiva, o que é o emprego?¹⁴ E a ocupação?
- O que representa o alongamento da escolarização nesse contexto?

A persistência desses questionamentos levou-nos à revisão da literatura sobre as seguintes categorias: trabalho; emprego / desemprego e escolarização.

Situamo-nos “na perspectiva que reafirma o materialismo histórico, no horizonte posto por Marx, como uma concepção ontológica e de realidade, método de análise e práxis” (FRIGOTTO, 1998, p.26).

Na pesquisa empírica, buscamos analisar a heterogeneidade do emprego, ou das trajetórias em busca deste, por meio de entrevistas¹⁵ (individuais e coletiva) com egressos do ensino fundamental da Escola Básica José do Valle Pereira e de contatos informais com suas famílias, parentes e amigos.

¹⁴ Percebe-se que em muitos momentos, nos mais diversos segmentos da sociedade, falta clareza sobre a diferença existente entre trabalho e emprego. Até mesmo na entrevista piloto realizada percebeu-se uma confusão muito grande sobre o tema. Uma entrevistada, quando questionada sobre a existência atual de empregos, responde: “[...] emprego tem, o que não tem é um trabalho digno!”

¹⁵ As entrevistas foram semi-estruturadas (modalidade que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos).

Partimos do pressuposto que os alunos egressos do ensino fundamental da Escola Básica José do Valle Pereira, nos anos de 1991 e 1992, seguiram trajetórias educacionais e ocupacionais e supomos os desenhos das seguintes alternativas possíveis:

- Mantiveram-se no emprego, portanto estão no mercado de trabalho¹⁶ há mais de onze anos¹⁷.
- Mudaram de emprego.
- Buscaram imediatamente o emprego após o ensino fundamental.
- Alongaram seus estudos para o ensino médio e superior.
- Enfrentaram o problema do desemprego durante este período (1991-2003).

Nesse sentido, primeiramente buscamos dados desses alunos na secretaria da EBJVP para localizá-los, mas nos históricos escolares não há registro de endereço ou telefone¹⁸. Nossa primeira constatação foi a de que deveríamos ser mais criativos, e isso fez com que nos sentíssemos verdadeiros “garimpeiros” em busca de “pedras preciosas”. Utilizando todas as formas de contato que conhecemos, seguimos pistas, localizamos parentes, identificamos filhos desses egressos que hoje são alunos da escola. Assim, uma rede foi sendo construída. Aliás, uma rede “tecida” no Saco Grande de doze anos atrás, onde todos se conhecem, onde a maioria tem algum grau de parentesco¹⁹.

¹⁶ Estar no mercado de trabalho aqui, não significa necessariamente estar empregado.

¹⁷ É difícil definir em termos numéricos a quantidade de tempo, devido a vários fatores, entre eles: diferentes turmas sendo investigadas, existência de cursos com diferentes durações, além de interrupções entre um emprego e outro.

¹⁸ Esses dados só existem nas fichas de matrícula e somente os alunos atuais possuem tal documento.

¹⁹ Neste sentido, consideramos importante destacar o seguinte depoimento: “A grande história aqui do Saco Grande é que todo mundo aqui é parente, na comunidade mais antiga, todo mundo é parente, por exemplo, eu sou prima da Ana porque a minha mãe é prima da mãe dela. A família Dias não é uma família muito grande, mas a família Costa é imensa aqui no Saco Grande...” (Gláucia). Observamos também que, para os moradores “antigos”, o nome do bairro – hoje denominado João Paulo - parece não ter sido alterado.

Aos poucos localizamos 27 “pedras preciosas”²⁰, o que exigiu a ampliação da área de “garimpo”, pois nem todos residem hoje tão próximos à escola²¹.

Nossa intenção era entrevistar apenas aqueles que tivessem vivido ou estivessem vivendo o desemprego, mas a primeira entrevista realizada nos revelou a necessidade de ampliar esse universo, por dois motivos fundamentalmente: dificuldade na “identificação” do desemprego e necessidade de conhecer as estratégias adotadas por aqueles que consideravam não ter vivido o desemprego.

Assim, por também entendermos que seria pertinente que o grupo contivesse egressos de ambos os sexos, optamos por considerar todos aqueles que conseguíssemos localizar. Salientamos que as transcrições das entrevistas gravadas, foram muito trabalhosas, contudo representaram um recurso de fundamental importância.

Nosso reencontro com esses egressos - com alguns após doze anos - foram carregados de emoções e lembranças. Muitos sentimentos vieram à tona, saudade, curiosidade, felicidade, frustração. Ouvimos relatos de lembranças e saudades da escola, da turma, da época e de professores dessas turmas. Da entrevista coletiva que realizamos na escola, destacamos o seguinte depoimento :

“o Saco Grande da década de oitenta era uma comunidade muito pobre, era até bucólico, a gente pulava o muro para vir para a escola, na escola não tinha telefone, as pessoas da escola usavam o telefone da nossa casa! Mas hoje...” (Gláucia)

Os professores dessas turmas, ao serem questionados sobre seus alunos,²² também relataram fatos que permanecem vivos em suas memórias. Conforme salienta Halbwachs (1990):

²⁰ A delimitação do período 1991-2003 exigiu que selecionássemos para a pesquisa as turmas que concluíram o ensino fundamental na EBJVP em 1991 e em 1992, que totalizavam 40 alunos. Destacamos também que estabelecemos um limite de tempo para encontrar estes egressos a fim de garantir a viabilidade da pesquisa.

²¹ Encontramos egressos que residem nos bairros: Saco Grande, Monte Verde, Ingleses, Rio Vermelho, Tapera, Barreiros. Além disso, localizamos 1 destes, no estado de São Paulo e 1 que reside no bairro João Paulo com a família, mas passa temporadas trabalhando e residindo no Rio de Janeiro.

“O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (p.133). O lugar recebe a marca do grupo e vice-versa; e o tempo? Percebemos que enquanto alguns enfatizaram: “quanto tempo se passou”, outros disseram: “parece que foi ontem”. Por que sentimentos tão distintos?

Halbwachs (1990) ao abordar o tema “a memória coletiva e o tempo”, enfatiza que:

O tempo faz geralmente pesar sobre nós um forte constrangimento, seja porque consideremos muito longo um tempo curto, ainda quando nos impacientamos, ou nos aborrecemos, ou tínhamos pressa de ter acabado uma tarefa ingrata, de ter passado por alguma prova física ou moral; seja porque, ao contrário, nos pareça muito curto um período relativamente longo, quando nos sentimos apressados e pressionados, quer se trate de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Gostaríamos que ora o tempo corresse mais rápido, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Se, entretanto, nós devemos nos resignar, é sem dúvida, em primeiro lugar, porque a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, é apenas a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza material e do organismo. Mas é também e talvez sobretudo, porque as divisões do tempo, a duração das partes assim fixadas, resultam de convenções e costumes, e porque exprimem também a ordem, inelutável, segundo a qual se sucedem as diversas etapas da vida social (p.90).

Pensar nas etapas da vida social é pensar também em uma formatura, neste caso, no ensino fundamental. Que significado tem este acontecimento para cada um dos envolvidos? E para uma comunidade, especificamente esta, que comemora com missa, festa, roupas especiais, convidados e padrinhos? Seria uma formatura, apenas uma espécie de divisão entre o tempo de estudar e o tempo de trabalhar?

Fato é que todos os egressos do grupo que pesquisamos não se esqueceram do dia da sua formatura “na oitava série”.

²² A professora Salma Mari Ramos, que foi professora regente dessas turmas, diretamente envolvida em seus eventos de formatura, relatou sentir saudades, principalmente da criatividade dos alunos: “Lembro um dia em que alguns vieram para a minha aula de roupão de banho, só para chamar a atenção. Fiz de conta que não percebi e dei aula normalmente” (Salma).

Considerações metodológicas sobre o estudo de trajetórias

Consideramos que a análise das trajetórias ocupacionais não só é uma ferramenta de grande valor para a compreensão das transformações do mundo do trabalho, como também é necessária quando se delimita certos recortes de tempo, como é o caso desta pesquisa, definida como qualitativa.

A análise de trajetórias possibilita investigar o *vir a ser*, ou seja, compreendendo que a trajetória é um processo, percebe-se que, dentro de um determinado trajeto existe a possibilidade de bifurcações. Por que o sujeito é impelido a seguir um ou outro trajeto? Precisamos também qualificar este trajeto e perceber como os fatos se apresentaram. A percepção de como os fatos se apresentaram, muitas vezes, só acontece durante as entrevistas, e nisso reside a importância delas, pois desse processo pode resultar uma tomada de consciência.

Portanto, pretendemos apresentar²³ nesta pesquisa, as trajetórias ocupacionais dos jovens egressos do ensino fundamental da EBJVP (período 1991/2003), a partir das quais buscamos compreender as suas experiências de trabalho. Nelas, enfatizamos o desemprego e a escolarização (mais especificamente, de jovens), segundo a perspectiva dos atores inseridos num campo de relações sociais historicamente construídas.

Compreendemos como trajetória "o processo de configuração de uma experiência social singular" (KOFES, 2001). Trajetórias de trabalho, então, são entendidas como "os itinerários visíveis, os cursos e orientações que as vidas dos indivíduos tomam no campo do

²³ Apresentaremos as trajetórias individuais dos jovens que pesquisamos, no capítulo 2.

trabalho, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo”²⁴ (GUZMAN, MAURO, ARAÚJO, 2000, p.12).

Cabe esclarecer que não temos como objetivo desenvolver uma análise acerca da questão do sujeito e os diferentes modos de conceber homem e mundo que a permeiam. Contudo, o que foi afirmado anteriormente evidencia nossa concepção dos homens em seu movimento histórico, como produto e produtor da história e, assim, entendemos que para analisar sua trajetória social, precisamos conhecer sua singularidade e compreender a especificidade de suas experiências.

Reconhecemos que muitos detalhes de suas experiências cotidianas, em vários momentos de suas vidas, continuarão desconhecidos, ora por não existir tal possibilidade, ora por não terem sido relatados, ou ainda por não virem ao encontro dos objetivos desta pesquisa.

“Assim, não foi possível escapar inteiramente de uma das regras da narração, ou seja, da seleção que os agentes fazem do que é ou não contado” (KOFES, 2001, p.14).

Ao buscarmos compreender o que é contado e apreender o que não é, consideramos que os sujeitos e as circunstâncias, assim como as distintas interpretações, são indissociáveis, são fatores que se combinam dialeticamente. Como enfatiza Aguiar (1999), “não podem ser compreendidos senão como elementos interligados e interdependentes” (p.30).

Tal exercício permite buscar as situações e atitudes que oportunizam este ou aquele destino:

Afinal, se a vida humana (ou seja, o percurso existencial) não é exclusivamente uma sucessão caótica de acasos ou de fatos desconexos, ela tampouco pode ser entendida como a dramatização de um *script* previamente definido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Entre o fortuito e as relações de produção, há um mundo ilimitado de ações individuais, das escolhas diante das opções, das reações e dos atos pessoais em face dos desafios e do sentimento pelas pessoas e pelas coisas. (AGUIAR, 1999, p.30)

²⁴ Tradução nossa do espanhol.

São muitos os estudos atuais sobre o mundo do trabalho que priorizam o procedimento de análise de trajetórias. Entre estes citamos: Castro, Cardoso e Caruso (1997), Dubar (1998), Gomes (2002), Guzmán, Mauro e Araújo (2000), Invernizzi (2002), Paiva (1998), Hirata e Humphrey (1989), entre outros²⁵.

Estes estudos, em seus distintos enfoques, indicam que recorrer às trajetórias ocupacionais dos sujeitos, permite “repensar as mudanças ocorridas nas últimas décadas entre educação e mundo do trabalho e vencer o formalismo que tem dominado esta discussão” (PAIVA, 1998, p.16).

Dois textos, especialmente, nos inspiraram para a escolha da metodologia de pesquisa²⁶. Um deles, a obra de Suely Kofes, “Uma trajetória, em narrativas”, na qual, partindo de uma intenção biográfica para chegar à proposta de etnografia de uma experiência, a autora explora várias narrativas, orais e escritas, a fim de situar a trajetória de Consuelo Caiado²⁷.

O segundo, de Ronaldo Conde Aguiar, “O rebelde esquecido”, em que o autor explora momentos e aspectos do tempo, da vida e da obra de Manoel Bonfim²⁸, numa “biografia sociológica”.

Em ambos os textos, são evidenciados os nexos entre o contexto social e a trajetória individual, ou seja, ao focalizar a singularidade de uma trajetória, várias relações vêm à tona.

²⁵ Além disso, contribuiu para a análise de trajetórias nossa participação nas Oficinas “Desemprego e Trajetórias Profissionais” desenvolvidas no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho / UFSC, sob a coordenação da Professora Bernardete Wrublewski Aued.

²⁶ Embora, entre a nossa pesquisa e esses textos, existam muitas diferenças.

²⁷ Consuelo Caiado (natural de Goiás, 1899-1983). Na obra, a autora questiona sobre o esquecimento público de “um personagem que ocupou a cena pública”, partindo do pressuposto que esta indagação permite entender um “processo específico de um silêncio específico” e conclui que “pode ter sido pelo que ela não esqueceu é que ela foi esquecida”.

²⁸ Médico sergipano que, conforme o autor, dedicou sua vida ao “projeto que julgava ser imprescindível ao nosso esforço de superação : a instrução básica, popular e plena”. Também considerado por Aguiar (1999), um pioneiro do pensamento social brasileiro, que “cá no subúrbio do mundo, foi esquecido” (p.47).

Sabemos, porém, que existem várias e diferentes perspectivas metodológicas e analíticas em relação a essas abordagens. Neste sentido, consideramos que:

A- A metodologia de pesquisa utilizada nesta pesquisa, aproxima-se da **história de vida**. Contudo, desloca-se do que seria, rigorosamente, uma “história de vida”, pois “o trabalho com a memória que está na base da coleta das histórias de vida leva o pesquisador a uma situação de entrevista em que o depoente narra integralmente a sua vida” (MEKSENAS, 2002, p.126). A dinâmica do trabalho de memória, utilizada nesta metodologia, leva o pesquisador a lidar, na maioria dos casos, com pessoas idosas e torná-las seus informantes privilegiados e, para que se torne viável, exige o envolvimento de um número restrito de informantes pois o objetivo é realizar um inventário completo.

B- A metodologia de pesquisa utilizada também se desloca do que seria rigorosamente o **depoimento** o que, segundo Meksenas (2002), propõe um corte de tempo e de espaço na narrativa de vida do sujeito investigado e “possibilita entrevistar um maior número de sujeitos sem tornar-se uma entrevista de caráter estatístico” (p.130). Contudo, o autor afirma ser possível sua associação a outras metodologias.

Considerando os deslocamentos necessários entre o que seria rigorosamente **história de vida** e **depoimento**, nossa opção foi trabalhar com uma associação entre as duas abordagens. Dessa forma, foi possível entrevistar todos os egressos que localizamos, buscando conhecer suas histórias de vida, porém, propondo um corte de tempo e de espaço nas narrativas dos sujeitos investigados, de acordo com os objetivos desta pesquisa.

- As categorias de análise privilegiadas na análise das trajetórias

A definição e a seleção das categorias de pesquisa são revistas, re-elaboradas e redefinidas no decorrer da investigação, na relação teoria / empiria (BRANDÃO, 2000). No procedimento de análise das trajetórias ocupacionais dos jovens egressos do ensino fundamental, privilegiaremos as seguintes categorias de análise:

- **Alongamento da Escolarização** – Consideramos alongamento da escolarização, nesta pesquisa, a permanência (ou a continuidade) no sistema escolar após a conclusão do ensino fundamental. Destacamos a presença do trabalho durante a escolarização dos sujeitos investigados e a relação entre trabalho, emprego / desemprego e longevidade escolar.
- **Emprego e Desemprego** - Definimos como **emprego**, o contrato de força de trabalho vivo, em que os contratantes são compradores e vendedores de algo. Nesta relação os agentes sociais envolvidos são: de um lado, o produtor, proprietário e vendedor da mercadoria força de trabalho; e, de outro, o seu comprador, proprietário dos meios de produção de capital. Emprego é o “o resultado de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado” (SINGER, 1998, p.12). Assim, o **desemprego** é a situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou o exercício de trabalhos irregulares com desejo de mudança (DIEESE, 2001)²⁹. Destacamos que emprego não é o mesmo que **ocupação**, pois esta

²⁹ Pochmann (1998) adverte que “a definição tradicional de desemprego – que envolve as pessoas que se encontram na condição de não-trabalho (inferior a uma hora durante o período de referência da realização da pesquisa), com plena atividade e procura freqüente de trabalho – é por demais restritiva” (p.75), considerando a atual conjuntura. Mattoso (2001) enfatiza que “o desemprego, por sua complexidade e pela relação dinâmica com o emprego e a

“compreende toda atividade que proporciona sustento a quem exerce” (SINGER, 1998, p.14). De acordo com a metodologia do DIEESE, são consideradas ocupadas, as pessoas que nos sete dias anteriores ao da pesquisa de emprego e desemprego, “possuem trabalho remunerado exercido regularmente, ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas não estão procurando outro trabalho; ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie / benefício, sem procura de trabalho” (DIEESE, 2001, p.325).³⁰ Estas considerações nos permitem definir a **inserção ocupacional** como a “transição da inatividade para o mundo do trabalho” (POCHMANN, 1998, p.17). Desta forma, a inserção a que nos referimos é um processo pelo qual os sujeitos passam a dispor de uma posição no sistema ocupacional. Interessa-nos, neste sentido, perceber a compreensão dos sujeitos (jovens) diante do emprego / desemprego e conhecer os meios que foram utilizados para a sua inserção ocupacional.

- As dimensões subjetivas e cronológicas dos depoimentos

Segundo Marx (19--.) “Se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz” (p.225). Essa afirmação se reveste de importância na análise a que nos propomos.

É fundamental observar a dimensão subjetiva presente nos depoimentos dos protagonistas destas trajetórias, considerando que a partir das condições sociais de existência

inatividade, não é um fenômeno de fácil medição (p. 12). Assim, levando em conta essas considerações dos autores e a realidade que encontramos em nossa pesquisa (no capítulo 2 abordamos este tema com maior profundidade) optamos pelo conceito de desemprego adotado pelo DIEESE, pelos seguintes motivos, fundamentalmente: por estar de acordo com o referencial teórico da pesquisa, por considerarmos “ser a metodologia mais apropriada para a medição do desemprego brasileiro” (MATTOSO, 2001, p.13) e por estarmos utilizando seus levantamentos estatísticos (embora, não exclusivamente) durante as análises.

³⁰ Estas observações sustentam nossa opção em adotar a expressão “trajetórias ocupacionais”.

(sejam elas reais ou imaginárias) é que se erguem os sentimentos, as ilusões, enfim, as distintas concepções e “escolhas” de vida.

Desta forma, é importante perceber que “mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais” (MARX, 1998, p.19).

Nessa linha de entendimento, segundo Kofes (2001)³¹ seria “uma ilusão ignorar no trato biográfico a mediação de sua narração”, pois, o narrador, ou autor, é também personagem e, como tal, “projeta experiências, ações, acontecimentos e tece sua identidade. Ao tecer o enredo, constituiria um si mesmo” (p. 124)

Portanto, é necessário reconhecer nossa intervenção sobre os depoimentos coletados, pois não somos apenas os ouvintes dos depoimentos, também os descrevemos. Neste processo, assim como em toda a pesquisa, não há neutralidade.

Além disso, ao nos referirmos aos atores como inseridos num campo de relações sociais historicamente construídas, nossa intenção é evidenciar que “suas narrativas sobre o processo vivido não se esgotam, por princípio lógico, em tratamento meramente idiossincrático de cada destino” (GOMES, 2002, p.132), ou seja, seus depoimentos são representativos e relacionados ao contexto social compartilhado.

Em relação à dimensão cronológica, destacamos que os sujeitos, em seus depoimentos, procuram organizar e dar sentido às suas experiências, ou seja, os depoimentos “tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas, segundo relações inteligíveis”, de maneira que tanto o entrevistador como o entrevistado “têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência narrada*” (BOURDIEU, 1996, p.184).

³¹ A autora reflete a partir das considerações de : RICOEUR, P. *O Si mesmo como um outro*. Campinas, Papirus, p.188 (s/d).

O autor adverte que pressupor que a vida é organizada segundo uma ordem cronológica, tratando-a como um relato lógico de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma “ilusão retórica”.

Percebemos que, mesmo tentando buscar essa ordem cronológica em seus depoimentos, alguns dos entrevistados procuram dar maior ênfase às suas histórias, recorrendo aos avanços e recuos no tempo (no sentido cronológico), pois os depoimentos sobre o passado são sempre elaborados com referência ao tempo presente.

Feitas estas considerações, cabe esclarecer que, quando possível, utilizamos a cronologia na apresentação das trajetórias como fio condutor necessário para nossas análises.

Situando o campo de pesquisa

A Escola Básica José do Valle Pereira está localizada na Rodovia João Paulo, número 1268, bairro João Paulo, na cidade de Florianópolis/Santa Catarina.

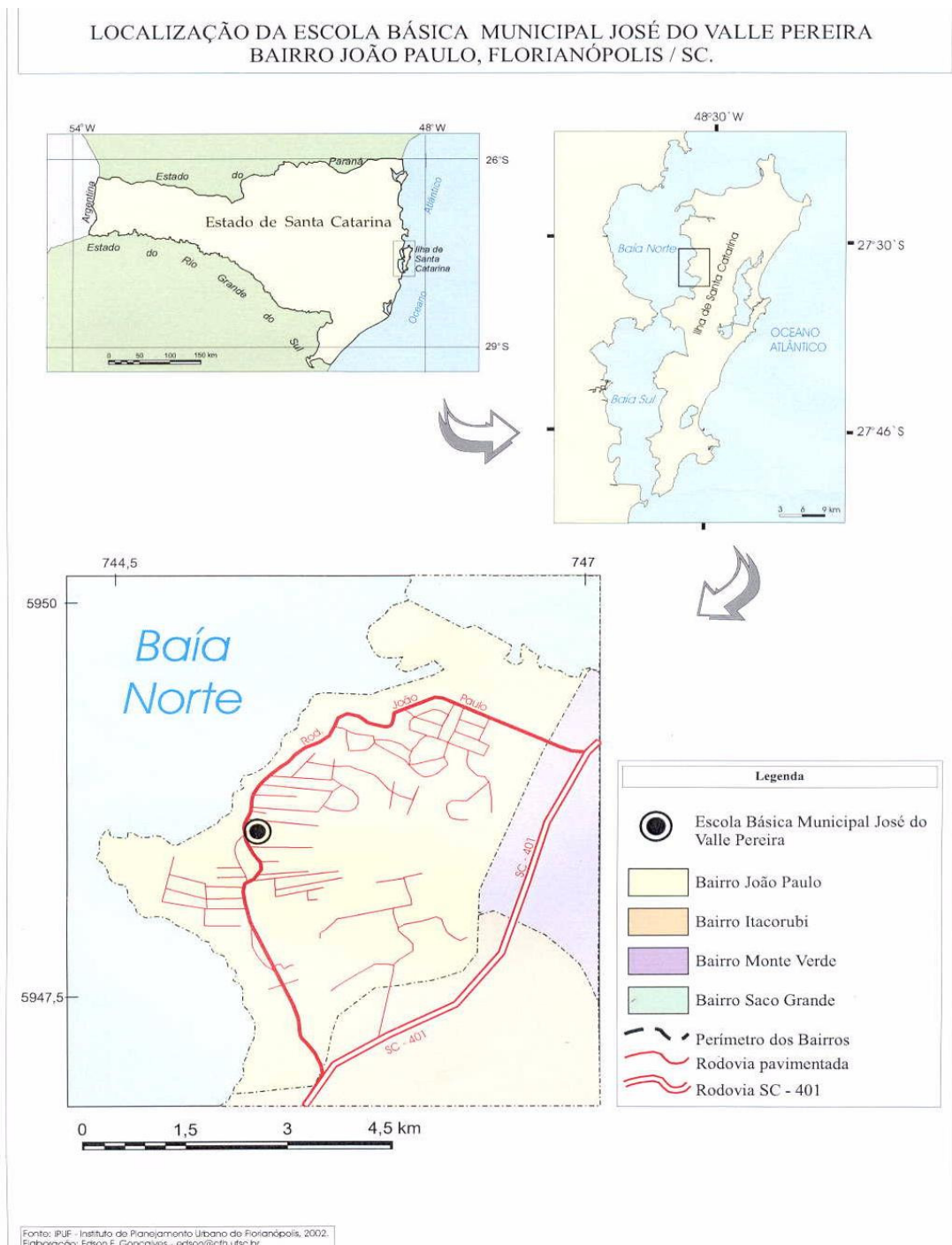


Figura 1- Localização geográfica da EBJVP

Com uma área territorial de 436,50 km², sendo 424,40 km² referentes à ilha e 12,10 km² à área continental, o município de Florianópolis é capital do Estado e faz parte da microrregião de Florianópolis.

Por entendermos que os municípios que compõem essa microrregião são muito próximos e por existir nela uma grande flutuação da força de trabalho, acreditamos ser importante, de acordo com o tema da pesquisa, abordar algumas de suas características.

A microrregião de Florianópolis³²

Esta microrregião concentra sua base econômica na Capital e em São José e se dispersa para Palhoça e Biguaçu, ao longo da BR 101.

Florianópolis, assim como São José, são pólos de serviços e de comércio, com um setor industrial embrionário.

As atividades de serviços – administração e empresas públicas, serviços individuais e coletivos de ensino, saúde, comunicação, financeiro, transporte e os diretamente ligados ao turismo (hotelaria, agências de viagens, bares, restaurantes) e parte do comércio – concentram-se principalmente na Capital. Há, contudo, concentração de grande comércio nos bairros Campinas, Kobrasol e Barreiros, em São José.

Atividades como hotelaria, restaurantes, bares, transportes, *shopping-centers* e uma variedade de pequenos negócios no centro e nas praias são impulsionadas pelo turismo, atraindo para as suas principais cidades e bairros-balneários milhares de pessoas na temporada de verão.

³² A maioria das características da microrregião apontadas aqui estão baseadas em uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB em convênio com o SINE/SC – 2000, sobre ascensão e queda do emprego formal nas microrregiões de Santa Catarina.

Os serviços, incluindo os privados e os públicos, perfazem 68,2% de toda a força de trabalho formalmente ocupada na microrregião. Considerando as duas formas de comércio como serviços, a soma dos serviços alcança 83,5%. Em números, são 81,4 mil na Administração Pública³³, cerca de 73 mil nos outros setores de serviços, 30 mil no comércio, em dezembro de 2001.

O peso dos serviços em seu conjunto, não incluindo o comércio, não tem se alterado ao longo dos últimos seis anos. Alguns serviços, no entanto, vêm aumentando as suas participações no total do emprego, tais como: serviços de alojamento, restaurantes, bares, serviços de reparação e manutenção, englobados em Alojamento e Comunicação, e os Serviços de Administração de Imóveis, serviços técnicos e profissionais (contábeis, advocatícios e outros).

A importância da indústria vem caindo em função de reduções dos percentuais das indústrias Têxtil / vestuário e Serviços Industriais de Utilidade Pública, também decresceu a participação da Administração Pública e do Ensino. Já o comércio varejista vem crescendo em participação.

Em Palhoça, Santo Amaro, Paulo Lopes e Antônio Carlos, a agricultura se destaca, porém no “mercado informal”. Também com essa característica de informalidade, destaca-se a pesca em São José, Palhoça e Florianópolis (Barra da Lagoa, Armação e Pântano do Sul).

Quanto ao crescimento populacional para o período 1996/2000, a partir dos dados censitários de 1996 e 2000, a microrregião de Florianópolis vem crescendo com percentual mais que o dobro da média do Estado.

Para os municípios de Palhoça e Biguaçu e para os bairros mais afastados do bairro central de São José e para outros bairros litorâneos da Capital, migram grandes contingentes

³³ Os dados de emprego na Administração Pública da Capital estão superestimados, visto que não há CNPJ para as administrações estadual e federal situadas nos outros municípios do Estado, os seus empregados estão registrados como se fossem funcionários da capital.

populacionais do litoral e do interior do Estado e, inclusive, de outros estados. É provável que a população economicamente ativa esteja crescendo a uma taxa mais elevada ainda, como acontece em toda região de imigração.

Pelo fato de essa microrregião ter no turismo de verão um dos fatores da expansão dos negócios, pode-se inferir que a sazonalidade ocupacional e, portanto, a permanência de muitos trabalhadores desempregados por vários meses do ano é uma característica marcante do seu mercado de trabalho.

O município de Florianópolis³⁴

Florianópolis possui uma população de 331.784 habitantes³⁵ e é uma cidade onde predominam, especialmente, os serviços de Administração Pública, pelo fato de ser a capital do Estado. Além disso - com o crescimento do turismo, embora sazonalmente - vêm se expandindo as atividades de alojamento, restaurantes, bares, serviços de manutenção e reparação, os serviços de administração de imóveis, de transporte.

Na Capital, estão localizados: universidades federal e estadual, vários hospitais e maternidades, consultórios e escritórios contábeis, de consultoria, de advocacia, de serviços médicos, odontológicos e todas as outras atividades técnicas. Por tudo isso, o setor serviços³⁶ tem

³⁴ Os dados sobre o mercado de trabalho do município apontados aqui estão baseados em uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB em convênio com o SINE/SC – 2000, sobre ascensão e queda do emprego formal nas microrregiões de Santa Catarina.

³⁵ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

³⁶ O percentual de participação dos serviços é superestimado, pois a RAIS registra as informações sobre emprego da Administração Pública federal e estadual de todos os municípios como pertencente à Capital.

uma participação de 79,5% no emprego total do município. Os mesmos fatores que explicam a evolução dos serviços fazem com que o comércio também se expanda.

A indústria não tem se afirmado ou crescido no espaço urbano de Florianópolis, exceto as grandes empresas de Construção Civil e de Serviços de Utilidade Pública (energia, água), as indústrias de alimentos (padarias) e um número reduzido de pequenas indústrias de móveis em alguns bairros. Várias indústrias vêm passando por sérias dificuldades, entre elas a indústria têxtil / vestuário, o que faz com que o setor industrial venha perdendo peso no emprego total do município, de 9,6%, em 1995, para 7,9%, em 2001

Na agricultura, o ramo da pesca e da maricultura destacam-se, porém suas informações não estão contempladas pelo fato de que a maioria dos trabalhadores está no “mercado informal”. De qualquer forma, houve um leve aumento na pequena participação desse setor no conjunto do emprego municipal.

Embora venha ocorrendo um processo de descentralização da base econômica da área metropolitana, o município de Florianópolis ainda concentra 75,4% do emprego microrregional.

Os subsetores que mais incorporaram força de trabalho no período 1995-2000, fazem parte da base de serviços e comércio. Outros subsetores contribuíram com poucos acréscimos absolutos de emprego, entre eles a agricultura, pequenos ramos industriais e a construção civil (o maior ramo industrial), porém com pouca capacidade de gerar novos empregos

O bairro

De acordo com a Lei Municipal número 5504, de 21.07.1999, após uma divisão territorial do até então Bairro Saco Grande, foi criado o Bairro João Paulo.

Antes desta data, a região onde está localizada a Escola Básica José do Valle Pereira fazia parte do Bairro Saco Grande.

Saco Grande era o nome da praia que se estende por toda a região, uma enseada fechada e penetrante designada por “saco”, o que originou o antigo nome do bairro.

O aspecto geográfico da região favoreceu o desenvolvimento de uma comunidade de pescadores e agricultores que, no início do século XX, plantavam café, laranja, mandioca e cana de açúcar, entre outros cultivos de subsistência, mas com pequeno excedente comercializado com o centro da capital e com as tripulações dos navios que fundeavam na Baía Norte.

Entre vários relatos de viajantes estrangeiros do século XVIII, sobre os habitantes das margens das baías da Ilha de Santa Catarina, destacamos o testemunho de Virgílio Várzea³⁷, no início do século XX, sobre a região do Saco Grande:

[...] nucleia-se lá dessas pontes, na parte enxuta do terreno, entre a Capoteira e os montes. É pouco farto de culturas e não prospera na razão de sua situação, tão bem provida de comunicações – rio, mar e estrada – distante apenas hora e meia do coração da cidade (p.71).

Segundo relatos de funcionários da Câmara Municipal de Vereadores e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), a alteração no nome do bairro, ocorreu por ser o nome popular da região e por ter sido uma reivindicação da comunidade. No entanto, ao entrevistarmos alguns moradores do bairro, constatamos que a maioria não sabe quem foi João Paulo. Dois moradores antigos, o Sr. Cláudio Manoel da Costa e o Sr. Manoel da Costa, sobrinhos do Sr. João Paulo, afirmaram não ter conhecimento de reivindicação para a mudança

³⁷ Este depoimento está citado em: Guia de ruas de Florianópolis (2000), elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Destaca-se que Virgílio Várzea é um nome muito conhecido em toda a região do Saco Grande, por ser o antigo nome da principal rodovia do bairro.

do nome do bairro e que se houve não foi por parte dos moradores mais antigos, pois nunca tiveram esse interesse³⁸.

Quanto ao Sr. João Paulo, os sobrinhos relatam que o mesmo era um comerciante, proprietário de muitas terras inclusive do terreno - onde hoje está construída a igreja do bairro – que foi doado por ele. Segundo o Sr. Cláudio: “Meu tio mereceu a homenagem, era pessoa idônea, boa, trabalhava de dia e pescava à noite. Por favor, anote com letra maiúscula: era lavrador e nunca foi político!”

A atividade que mais se destacou na região até dez anos atrás foi a pesca. Segundo relato dos moradores já mencionados, incluindo o de D. Maria José de Souza³⁹, ainda hoje existem pescadores no bairro, porém suas atividades já não são mais artesanais. Além disso, muitos pescadores agora só trabalham com cultivo de marisco na praia vizinha (Santo Antônio de Lisboa).

Hoje, o Bairro João Paulo possui uma população de 3057 habitantes⁴⁰, tem uma escola pública de ensino fundamental, um posto de saúde público municipal e um número reduzido de pequenos comércios. Uma característica marcante na atualidade é o acelerado crescimento

³⁸ “Meu avô é filho do João Paulo. A iniciativa para mudar o nome do bairro não se deu por iniciativa de ninguém da comunidade, eu tenho uma teoria muito clara com relação à mudança do nome do bairro, foi providencial, mudou o nome do bairro do Saco Grande quando a Vila Cachoeira se instalou no Saco Grande II, foi óbvio, marcou a distinção dos tipos de loteamento que estão sendo instalados na cidade, zonas de distinção social clara, foi uma segregação social clara a mudança do bairro, coincidiu, começou com a implantação da Vila Cachoeira lá e o Saco Grande II é um bairro mais pobre do que o nosso, assim, evidentemente, por causa desses loteamentos que hoje a gente tem aqui, antes era igual, assim como aqui tivemos o problema do loteamento, lá teve o problema do loteamento de morro, lá tem um pessoal que é assim, meio barra pesada, assim, pobreza mesmo, miséria, então eu tenho a impressão de que ...porque essa mudança não ocorreu por iniciativa de ninguém do nosso bairro” (Gláucia).

³⁹ D. Maria José de Souza, além de ser moradora antiga do bairro, ser mãe de uma das alunas que se formou na turma de 1991, também foi professora da Escola Básica José do Valle Pereira desde a sua fundação em 1959 e trabalhou nessa escola até se aposentar.

⁴⁰ CENSO 2000 IBGE.

habitacional, principalmente nos últimos dois anos, o que tem mudado bastante a paisagem do bairro⁴¹.

A escola

A Escola Básica Municipal José do Valle Pereira⁴² foi fundada no dia 15.11.59, funcionando inicialmente como ensino de 1ª a 4ª série. Em 31/07/1978 foi inaugurado o novo prédio, construído no terreno que havia pertencido à família de José do Valle Pereira, florianopolitano eleito vereador da capital na década de 30, e também na década de 40 pelo Partido Social Democrático (PSD).

Por ter sido o primeiro vereador eleito do Bairro Saco Grande e pela tradição de sua família que aí se constituiu, recebeu a homenagem da Prefeitura Municipal de Florianópolis que denominou em 15 de novembro de 1959 a escola criada no bairro, como grupo Escolar José do Valle Pereira.

Hoje, a escola oferece o ensino fundamental completo e atende em média 600 alunos em dois turnos: matutino e vespertino. Conforme pesquisa⁴³ realizada junto às famílias

⁴¹“A nossa comunidade mais tradicional é uma comunidade pobre e humilde. Hoje o bairro é considerado nobre, ouvi falar que o preço do metro quadrado aqui hoje é 200 reais, mas se é considerado um bairro nobre hoje não foi porque a comunidade fez isso, houve outros fatores, essa questão de loteamentos, essa questão de higienização, essas gestões todas que querem fazer uma cidade para ricos. Na verdade o que acontece com Florianópolis é que desde a década de sessenta é que a cidade não é mais para os moradores antigos, um nativo não tem mais dinheiro para comprar um terreno aqui, por exemplo” (Gláucia)

⁴² A escola possui uma boa estrutura física e de apoio, possui: sala informatizada com 15 computadores (02 impressoras e 01 scanner), 04 televisores, 03 video-cassetes, 02 máquinas foto-copiadoras, 05 computadores, etc. Quanto aos recursos humanos, o quadro geral é composto por 45 funcionários.

⁴³ Esta pesquisa foi realizada pelo serviço de orientação educacional da escola, por meio de questionários, enviados pelos alunos, com objetivo de obter informações para traçar um perfil da comunidade e subsidiar o Projeto Político Pedagógico.

dos alunos, no ano letivo de 2001, constatamos que os alunos que concluem o ensino fundamental nessa escola (em média 30 alunos por ano), geralmente freqüentam o ensino médio em escolas públicas. Esta pesquisa nos possibilitou verificar também que:

-Em relação às famílias dos alunos:

- São geralmente compostas de 4 a 6 pessoas
- 55% sobrevivem com uma renda de 02 a 05 salários mínimos
- 20% têm renda inferior a 02 salários mínimos
- 5% possuem renda de 05 a 10 salários mínimos

-Quanto à escolaridade dos pais, observamos situações semelhantes em ambos os sexos, ou seja⁴⁴:

- 50% possuem ensino fundamental incompleto
- 30% possuem ensino fundamental completo
- 5% possuem ensino médio incompleto
- 15% possuem ensino médio completo

-Quanto às ocupações dos pais:

- A maioria dos pais exerce as funções de: auxiliar de serviços gerais (serviço público e privado), vigilância, limpeza, cozinha, motoristas, comerciantes autônomos, militares, pedreiros, eletricitas, pintores, comerciários.
- Entre as mães, 65% exerce funções de: auxiliar de serviços gerais (públicos e privados); serviços de limpeza e cozinha, empregadas domésticas, faxineiras, comerciárias,

⁴⁴ Optamos por não considerar em termos percentuais o número de analfabetos e os que têm ensino superior, pois um número muito reduzido de pais declarou estar nessa situação. Por exemplo: 7 entre 200 pais concluíram o ensino superior.

costureiras, agentes de saúde, cabeleireiras e auxiliares administrativas. As demais, 35%, afirmam nunca terem trabalhado fora de casa.

Estrutura da dissertação

A estrutura do trabalho foi organizada a partir da pesquisa de campo, cuja realidade encontrada evidenciou a necessidade de se analisarem alguns temas. Desse modo, no primeiro capítulo, nossa pretensão foi desencadear algumas reflexões sobre trabalho e emprego / desemprego, considerando que o estudo desses temas permitirá um maior entendimento das metamorfoses da sociedade, assim como o das relações entre capital e trabalho, buscando apreender o desemprego hoje, pelo estudo das condições históricas de emprego.

No segundo capítulo, apresentamos as trajetórias ocupacionais dos jovens que pesquisamos, fazendo um percurso do singular ao geral / coletivo. No terceiro e quarto capítulo, analisamos as trajetórias ocupacionais apresentadas, segundo as categorias: alongamento da escolarização (no terceiro capítulo) , emprego / desemprego e estratégias adotadas na inserção /manutenção do emprego (no quarto capítulo).

Por último, apresentamos as considerações finais do presente estudo.

1 – TRABALHO E EMPREGO

A realidade do desemprego e subemprego, hoje, dificilmente pode ser apreendida apenas pelas estatísticas⁴⁵, sobretudo por não existirem instrumentos técnicos indiscutíveis nesses levantamentos e por estes terem controle político.

Embora convivendo com fronteiras tênues entre as diversas formas de desemprego, a grande massa de trabalhadores sabe, pela prática, quanto é difícil encontrar um posto de trabalho estável.

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), havia no mundo, em 1997, um terço da População Economicamente Ativa (PEA) vivendo na situação de subutilização da capacidade de trabalho. Considerando os 2,6 bilhões de pessoas que constituem a PEA mundial, quase um bilhão de trabalhadores tinha a sua capacidade de trabalho subutilizada. Desse total, 150 milhões de pessoas estavam na situação de desemprego aberto, sendo 40% do total de desempregados formado por jovens (POCHMANN, 1998, p.21).

No Brasil, durante a década de 1990, os índices de desemprego chegaram a seu ponto mais alto nas regiões pesquisadas⁴⁶, cresceram as relações de trabalho sujeitas à grande instabilidade e à falta de proteção social, e aumentou a destruição de postos de trabalho do setor industrial (DIEESE, 2001, p.51).

⁴⁵ Neste texto utilizaremos dados estatísticos divulgados por vários órgãos, porém salientamos que cada um deles utiliza diferentes metodologias e instrumentos em suas pesquisas.

⁴⁶ As pesquisas de emprego e desemprego (PED) realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicas (DIEESE) abrangem as seguintes áreas metropolitanas: São Paulo e Belo Horizonte, pertencentes à região sudeste; Distrito Federal, na região centro-oeste; Porto Alegre, na região sul; e Salvador e Recife, no nordeste.

As tabelas 3 e 4 apresentam as taxas de desemprego aberto⁴⁷ no Brasil, no mês de Março e a média do primeiro trimestre, a partir de 1990:

Tabela 3 - Taxa de desemprego aberto (%) no Brasil – março (1990-2002)

1990	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
4.0	5.9	6.2	5.9	5.9	4.4	6.4	6.0	8.2	8.2	8.1	6.5

Fonte: IBGE – Informação para a imprensa – texto número 79 – 2001

Tabela 4 - Taxa de desemprego aberto (%) no Brasil – primeiro trimestre (1990-2001)

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
3.6	5.5	5.8	5.9	5.6	4.4	5.8	5.6	7.6	7.8	8.0	6.0

Fonte: IBGE – Informação para a imprensa – texto número 79 – 2001

Para exemplificar esta situação, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE (2001), citamos a região metropolitana de São Paulo, onde em 1989 havia 614.000 trabalhadores desempregados. A partir de 1992, este contingente ultrapassou um milhão de pessoas, alcançando, em 1999, a cifra recorde de 1.715.000 desempregados. No final do primeiro semestre de 2002⁴⁸, estimava-se o número de desempregados na região em 1.855.000, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 19,7%.

Com relação ao panorama mundial, Pochmann (2001) afirma que em 1999, no *ranking* mundial do desemprego, o Brasil perde apenas para a Índia, Indonésia e Rússia.

⁴⁷ Percentual da população economicamente ativa que não trabalhou e não procurou trabalho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴⁸ A pesquisa mensal de emprego realizada pelo IBGE em junho de 2003 constatou índice recorde (13%) , na série histórica da metodologia atual, que é feita desde outubro de 2001. (Jornal Diário Catarinense, 27.07.2003, p.20).

Entretanto, é importante salientar, mais uma vez, que os dados quantitativos estão aquém da realidade. Nesse sentido, tentar visualizar o desemprego somente pelos números, acaba sendo uma maneira de mascarar a situação.

Além disso, também são características da referida década: o agravamento das condições de trabalho, aumento dos contratos de trabalho fora dos marcos legais, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista e salário mínimo situando-se nos mais baixos patamares de sua história (DIEESE, 2001).

O problema do desemprego interpela o conjunto da sociedade. Nessa discussão, inclui-se o desemprego juvenil que, segundo Sanchis (1997) aparece como um dos componentes mais importantes do desemprego-em-massa concernente às economias industriais avançadas. “Praticamente em quase todos os países industrializados a taxa de desemprego da população abaixo dos vinte e cinco anos oscila entre o dobro e o triplo da correspondente à população adulta” (p.105).

Pochmann (1998) também enfatiza esta questão e afirma que:

Nos anos 90, a taxa de desemprego dos jovens permaneceu cerca de dez vezes superior à do final da década de 1960. Dos 35 milhões de desempregados existentes atualmente nos países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mais de 16 milhões são jovens, representando cerca de 46% do total de desempregados (p.34).

No Brasil, ainda conforme esse autor, a elevação das taxas de desemprego é uma das principais características do quadro de dificuldades que atinge a população economicamente ativa mais jovem durante a década de 90. “Apesar das diferenças metodológicas utilizadas na apuração do desemprego no Brasil, pode-se constatar que o patamar do desemprego atual encontra-se quase três vezes superior do que era no fim da década de 80” (POCHMANN, 2000, p.38).

Não podemos negar que, hoje, o desemprego é um grave problema social. Pensá-lo dessa maneira, é também pensar na escola como uma instituição de onde, geralmente, os jovens partem em busca do primeiro emprego.

E as promessas de trabalho feitas pela escola ou em nome desta? Talvez a resposta fosse: são promessas vãs, não há trabalho para todos! Não há trabalho ou não há emprego?

Neste capítulo, tentaremos desencadear algumas reflexões sobre as questões apontadas, especialmente sobre a relação emprego/desemprego, considerando que a sua análise permitirá um maior entendimento das metamorfoses da sociedade, assim como das relações entre capital e trabalho. E, de uma forma mais específica, buscará apreender o desemprego atual, pelo estudo das condições históricas de emprego.

1.1. Escola e emprego - As promessas se esvaecem

O discurso amplamente disseminado é o de que a obtenção de diploma escolar torna-se cada vez mais indispensável para o ingresso no mercado de trabalho. Sem entrar no mérito desta argumentação, o fato é que as promessas feitas pela escola e/ou pela sociedade neste sentido são vãs, principalmente, no momento atual.

Nesse contexto, é importante observarmos que em muitas das ocupações em que existe oferta de emprego, não há exigência de qualificação profissional, porém esta vem sempre atrelada apenas como critério de seleção.

Muitos estudos já se dedicaram à análise dessa questão⁴⁹, entre eles, Gentili (1998) afirma que no contexto da era de ouro do capitalismo⁵⁰, particularmente após a segunda Guerra Mundial, a atribuição da função econômica da escola assume uma clara perspectiva integradora.

Essa promessa de integração estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e na confiança da possibilidade de atingir o pleno emprego⁵¹. Porém, num contexto de desemprego estrutural, de (des)ordem mundial, onde existem blocos econômicos com poder e realidades assimétricas e conseqüente divisão de incluídos, Gentili (1998) afirma que se desintegra a promessa integradora.

O autor defende o argumento que as profundas transformações estruturais sofridas na economia capitalista têm criado as condições necessárias para uma modificação fundamental na função econômica atribuída à escola, ou seja, na atual conjuntura do desenvolvimento capitalista, tem se produzido um deslocamento da ênfase na função da escola como âmbito da formação para o emprego, para uma nem sempre declarada ênfase no papel que a mesma deve desempenhar na formação para o desemprego.

[...] é importante destacar que a desintegração da promessa integradora não tem suposto a negação da contribuição econômica da escolaridade, e sim uma transformação substantiva em seu sentido.[...] A desintegração da promessa integradora deixará lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim de caráter estritamente privado: *a promessa da empregabilidade* (GENTILI, 1998, p.81).

⁴⁹ Entre outros, ver Ferreti, Silva Jr, Oliveira (1999).

⁵⁰ Em termos cronológicos, podemos dizer que a era de ouro do desenvolvimento capitalista, segundo Eric Hobsbawm, ocorreu durante a segunda metade do século XX (GENTILI,1998, p.79).

⁵¹ “Pleno emprego é a situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta, significando que todos os que desejarem vender sua força de trabalho pelo salário corrente terão condições de obter um emprego” (POCHMANN,1998, p.103).

Frigotto (1999) também nos leva a refletir sobre o que vem a ser a promessa da empregabilidade senão uma noção aparentemente nova que engendra fundamentalmente a ênfase ideológica, sem materialidade histórica.⁵²

Esta reflexão nos remete a pensar que Marx e Engels (1980) - no Manifesto Comunista, expondo o caráter contraditório das relações capitalistas que engendram, ao mesmo tempo, elementos civilizatórios e elementos de destruição - já afirmam que “Tudo o que é sólido se evapora no ar”.

Essa imagem coroa a descrição que os autores fazem da “moderna sociedade burguesa” (BERMAN, 1986). Uma sociedade, fundada num processo que dilui, desmancha no ar tudo o que é sólido, ou seja, tudo o que é construído é para ser destruído, tudo o que é feito é para ser desfeito, pois só assim o processo pode seguir adiante.

O dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce da economia aniquila tudo aquilo que cria – ambientes físicos, instituições sociais, idéias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infundavelmente criando o mundo de outra forma (BERMAN, 1986, p. 273).

Quando Marx e Engels (1980), no Manifesto Comunista, afirmam que a burguesia não consegue sobreviver sem revolucionar constantemente os meios de produção, as relações de produção e as relações sociais, indicam que as novas relações se tornam antigas, mesmo antes de se consolidarem, o que faz com que a época burguesa seja distinta de todas as demais pela eterna agitação, incerteza e insegurança que provoca.

Adentrando especificamente na suposta linearidade estabelecida entre escola e emprego, acreditamos que - embora a solidificação dessa situação não tenha se concretizado plenamente - são necessárias reflexões e reavaliações sobre o tema.

⁵² Neste sentido, ver também: Castro (1998), Machado (1996), Oliveira (2001), entre outros.

Segundo Enguita (1989), nossa sociedade nutre uma imagem de existência de oportunidades para todos que não corresponde à realidade, gerando motivos para que muitos se sintam fracassados e se culpem.

Ampliando a análise do autor, é necessário destacar - como outra consequência deste entendimento - a necessidade de apontar culpados e, a partir daí, perceber que muitas vezes a escola é vista como responsável pelo desemprego de seus egressos, como se fosse capaz de gerar empregos.

O cenário não é otimista. Existem dilemas que refletem a falta de clareza em relação à categoria trabalho, estabelecendo uma linearidade entre educação e emprego.⁵³ Além disso, existe também o interesse de organismos multilaterais em traçar políticas para a educação dos países pobres, que são de natureza econômica e política⁵⁴.

Conforme Aued, B (1999a, p.15), “hoje, mais do que ontem, fala-se em crise de emprego e de trabalho como se fossem sinônimos.” A autora enfatiza que seria melhor que, neste sentido, fizéssemos menção ao pleno emprego, se é que algum dia este existiu.

Portanto é preciso refletir sobre o quanto utilizamos o termo trabalho para denominar situações diversas, como se tudo em nossas vidas se resumisse a isto. Até mesmo porque se fala em emprego e trabalho como se fossem sinônimos nas mais distintas referências, na família, na escola, na sociedade toda e, até mesmo, em textos acadêmicos percebe-se uma falta de profundidade ao abordar este tema.

⁵³ Kuenzer (1998) afirma que dizer aos trabalhadores que a escolarização complementada por alguma formação profissional confere “empregabilidade”, é, no mínimo, má fé. Por outro lado, afirmar que não adianta lutar por mais e melhor educação é eliminar um espaço importante para a construção de um projeto contra-hegemônico. Salienta que: “Apesar de ser lógico em face da racionalidade capitalista, considero este um falso dilema, que tem sua raiz na falta de clareza acerca da concepção da categoria trabalho, que acaba por dar aparente consistência à lógica própria da teoria do capital humano, que teima em estabelecer relação entre educação e emprego, e que, pelo visto, não está totalmente superada entre muitos pesquisadores” (p.69).

⁵⁴ Conforme Shiroma (2000), a preocupação anunciada pelo Banco Mundial em aliviar a pobreza, tem como objetivo somente controlar os pobres, pois de nada adiantam políticas compensatórias de formação profissional quando a política econômica mantém seu caráter predatório de exploração, e os postos de trabalho são reduzidos.

1.2. O Trabalho na dimensão social-histórica

Segundo Karl Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (1983, p.149).

Nesta definição, percebemos as características do trabalho que, em geral, é tão antigo como a história da humanidade. No processo de trabalho, identificado por Marx (1983) como atividade exercida sobre a natureza para criar valores de uso e assim transformá-la para satisfazer as necessidades humanas, o trabalho será sempre qualificador, propiciando o exercício da criação, da reflexão e da auto-realização.

Porém, “na sua forma capitalista, como trabalho assalariado, (separado do seu executor, pela dominação do capital sobre os meios de produção e sobre o capital comprado ou capital variável) é a negação da essência humana, da criatividade” (CASTRO, 1988, p.3).

Com esse entendimento, percebemos que o trabalho apresenta uma dimensão homem/natureza e uma dimensão social- histórica, já que o homem é um ser social.

A menção ao trabalho leva a uma observação importante: parece natural trabalhar. Seja na família, na escola, na igreja, enfim, na sociedade existe desde cedo uma preparação para o trabalho. Além disso, é quase que impossível para muitos de nós imaginar o trabalho de uma forma diferente da concebida hoje e, muito menos, pensar em viver sem trabalhar.

A organização social do trabalho e a nossa compreensão em relação ao mesmo, nada têm de natural, são produtos e construtos sociais que têm uma história, como fruto das relações humanas.

O mesmo se observa em relação à maneira que o adjetivo “dignidade” aparece colado a ele. Se relacionarmos estas questões com a origem etimológica da palavra trabalho⁵⁵ e analisarmos os valores e as construções ideológicas feitas historicamente ao redor desta mesma palavra, entenderemos um pouco do que se passa na cabeça dos sujeitos sociais que não acreditam ter “direito à preguiça⁵⁶”.

O trabalho já foi visto como algo desprezível⁵⁷, por muitos séculos foi uma atividade relegada aos inferiores da sociedade, porém a partir do século IX ao XV a hegemonia cristã instituiu o trabalho como ato criativo, doloroso, porém gratificante⁵⁸, ligado à dignidade do indivíduo. Na época de servidão, a idéia divulgada pela Igreja, era do dever e da recompensa futura. Pregava-se também a importância do trabalho como meio para evitar o ócio, concebido como espaço/tempo propício para a tentação, terreno predileto do demônio.

⁵⁵ A palavra trabalho tem origem latina: *tripalium*-instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e derivada de *palus*, estaca, poste onde se empalam os condenados (CHAÚÍ, 2000).

⁵⁶ “O Direito à Preguiça” é uma obra escrita por Paul Lafargue, publicada em Paris, em 1880. Nesta época, as jornadas de trabalho naquela cidade se estendiam até 17 horas diárias. Apesar disso, os operários acreditavam que o trabalho em si mesmo era uma atividade dignificante e benéfica. Lafargue insurgiu-se contra essa convicção e defendeu que o trabalho, dentro dos limites impostos pela necessidade humana do ócio e do lazer, é uma atividade imprescindível à autoconstrução da humanidade. Porém, ao ser imposto em excesso, torna-se uma desgraça. O autor também protestava contra a eliminação de muitos feriados religiosos medievais, que dispensavam os homens da labuta. Dando este título à obra, o autor provavelmente queria provocar discussão, chamar a atenção para o direito ao lazer e ao ócio. Será que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho, nas condições presentes, de intensificação do trabalho, terá eliminado o interesse e a atualidade do tema?

⁵⁷ Segundo Chauí (2000), a idéia do trabalho como desonra e degradação aparece em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas, inclusive nas sociedades escravistas antigas, como a grega e a romana. “É significativo, por exemplo, que nas línguas dessas duas sociedades não exista a palavra trabalho” (p.11).

⁵⁸ Chauí (2000) enfatiza que *labor*, em latim, significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga. “Não é significativo, aliás, que muitas línguas modernas derivadas do latim, ou que sofrem sua influência, recuperem a maldição divina lançada contra Eva usando a expressão ‘trabalho de parto’?” (p.12).

Igualmente conhecemos por intermédio de Max Weber, o processo pelo qual, impulsionado pela ética calvinista, o trabalho se torna o centro da vida do indivíduo e torna regra moral o dito: “mãos desocupadas, oficina do diabo” (CHAUI, 2000)⁵⁹.

As transformações ocorridas na função e nas características do trabalho e de seu lugar na vida das pessoas percorreram um caminho que vai desde a produção para a subsistência até o trabalho assalariado na sociedade atual.

Esses processos históricos são carregados de conflitos⁶⁰, passar da produção artesanal para a manufatura e maquinofatura foi um processo histórico doloroso, seres humanos foram privados do controle sobre suas vidas e seu trabalho e levados ao trabalho assalariado de maneira brutal, e esta não era vista com a naturalidade de hoje por quem já conhecia outras formas de trabalho.

E por que a necessidade de levá-los ao trabalho assalariado? Por uma questão lógica. Conforme Marx (1963) afirma no texto “Trabalho assalariado e capital”: “O capital só pode multiplicar-se, sendo trocado pela força de trabalho, criando o trabalho assalariado” (p.37).

O capitalismo e a industrialização trouxeram consigo muita riqueza, porém, distribuída de uma maneira desigual. É fundamental observar que a grande maioria da população (os trabalhadores) não pode viver senão trabalhando mediante salário para uma minoria (os capitalistas) que se apropria direta ou indiretamente do trabalho alheio ou de seus resultados, por ser a proprietária dos meios de produção.

⁵⁹Além disso, o calvinismo vai associar produção e não ‘gastança’, fator-chave para o capitalismo nascente.

⁶⁰ Ver Castel (1998), Enguita (1989), Manacorda (1989), entre outros.

2.1.O caráter do trabalho assalariado

Podemos dizer que a principal característica da época capitalista é o fato de a força de trabalho ter assumido a forma de mercadoria que pertence ao trabalhador e, a partir disso, o trabalho assumir a forma de trabalho assalariado.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com impiedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados (MARX e ENGELS, 1980, p.11).

Consideramos que não foi por acaso que os autores utilizaram a expressão “todas as atividades”. Foi necessário, nesse momento histórico, criar o trabalho assalariado, criar o emprego, transformar a força de trabalho em mercadoria. Para um melhor entendimento dessa afirmação, é fundamental observarmos que a forma de acumulação de capital se dá por meio da produção e extração de mais-valia, ou seja, o capital só pode multiplicar-se, sendo trocado pela força de trabalho, pois só esta produz mais-valia, por isso cria o trabalho assalariado.

De modo geral, podemos dizer que o trabalho assalariado é aquele cuja força de trabalho é trocada por salário (dinheiro).

Ora, a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valia; portanto, o trabalhador produz para o capital, não para si. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza, ele tem que produzir mais-valia para o capitalista e só dessa forma ele será produtivo.

Castro (1988) enfatiza que a sociedade organizada pelo capitalismo colocou pela primeira vez na história o trabalho produtivo no centro da vida social. Antes dela, o trabalho aparecia, no máximo, como uma condição suplementar da existência material da sociedade.

Para uma melhor compreensão acerca do trabalho produtivo, o autor utiliza a seguinte definição: “Em geral, é produtivo o trabalho empregado diretamente para garantir a repetição, na mesma escala ou em escala ampliada, do processo de produção social” (p.13).

De acordo com essa afirmação, percebemos uma das principais contradições do capitalismo que, conforme Tumolo (1996), é a tendência ao aumento da composição orgânica do capital⁶¹ e, a partir dela, articulada com outras contradições, as crises cíclicas⁶² de superprodução de capital ou, em outras palavras, a crise do trabalho produtivo.

Simplificando, em função da concorrência que estabelecem entre si, os capitalistas necessitam diminuir constantemente o valor das mercadorias dos quais são proprietários, e isso só é possível mediante mudanças nos processos de trabalho que aumentem a produtividade.

Para que tudo ocorra com êxito, os capitalistas exercem um controle rigoroso sobre os processos de trabalho e sobre a força de trabalho⁶³. O que acaba ocorrendo em nome deste processo descrito pelo autor, é que o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho, acarretando uma população proletária excedente e uma diminuição no preço da força de trabalho.

Segundo Marx (1984), a “autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói” (p.48). Esse fenômeno descrito pelo autor vem assumindo maiores dimensões, haja vista que a “maquinaria”

⁶¹ Conforme o autor, o aumento da composição orgânica do capital é o “investimento proporcionalmente maior em capital constante (trabalho morto) relativamente ao capital variável (trabalho vivo)” (TUMOLO, 1996, p.59).

⁶² No Manifesto Comunista (1980), Marx e Engels exploram a questão das crises cíclicas e questionam: “De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises?” (p.16). O autor aponta as maneiras e enfatiza que uma delas é a destruição de forças produtivas. Estaria aí uma das explicações para o desemprego?

⁶³ Será que numa sociedade de desempregados como a nossa, o desemprego e o medo deste já não bastariam para dispensar a utilização de outros mecanismos de controle sobre a força de trabalho?

hoje implementada por tecnologias microeletrônicas, associadas à informática, tornou-se um concorrente muito mais poderoso e cada vez mais pronto para tornar trabalho assalariado em supérfluo.

Estas considerações nos ajudarão a compreender e formular nossa interpretação da realidade atual, no momento em que existe um forte questionamento do significado da categoria trabalho.⁶⁴

1.4.O emprego

O trabalho assume por meio da história formas diferentes que são a expressão das relações sociais; carrega valores construídos e, por ser uma abstração, concretiza-se na atualidade em forma de empregos.

Uma afirmação de Marx e Engels (1980) que vem nos ajudar a elucidar esta questão é a seguinte: “Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e que só o encontram na medida em que este aumenta o capital” (p.16).

Essa afirmação torna clara a diferença existente entre trabalho, força de trabalho e trabalhador dentro da lógica capitalista. A força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, embora tenha uma característica que a distingue de todas as outras. É a única mercadoria capaz de produzir um valor para além do que ela vale.

⁶⁴ Neste sentido, ver: ANTUNES, Ricardo (1995).

É importante que se perceba que nesta lógica, a mercadoria força de trabalho precisa ser vendida pelo seu proprietário, o assalariado, pelo “simples” fato de ele ter que viver. Quanto ao capitalista, este precisa comprá-la, pelo “simples” fato de ela ser a única mercadoria com a característica peculiar de ser fonte de valor, ou seja, conforme Marx (1983), a única cujo verdadeiro consumo é em si objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor.

A relação entre o capitalista e o trabalhador é estabelecida pela venda e compra da força de trabalho, mediada pelo valor dessa mercadoria. Para que essa relação se concretize, para que o capitalista encontre à sua disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, algumas condições precisam ser preenchidas.

A primeira condição é que o trabalhador seja livre proprietário de sua força de trabalho e de sua pessoa. Assim,

Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais. O prosseguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo [...] (MARX, 1983, p.139).

A segunda condição é que o trabalhador necessite vender sua força de trabalho, portanto, que ele seja livre no duplo sentido, livre para vender sua força de trabalho e livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

É importante perceber que - conforme enfatiza o autor - a Natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro e de mercadorias; e, de outro, meros possuidores de força de trabalho. Esta relação é fruto de um desenvolvimento histórico, produto de revoluções econômicas.

Quanto ao valor da mercadoria força de trabalho, envolvida nessa relação, assim como o valor de toda mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também reprodução da mesma (MARX,1983).

Sendo o preço de uma mercadoria o seu valor avaliado em dinheiro, o salário, então, não é mais que o nome particular dado ao preço da força de trabalho. Além disso, com o entendimento de que o capitalista paga o salário ao trabalhador com dinheiro acumulado, podemos dizer que o salário é a parte das mercadorias já existentes, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva.

Marx (1983), referindo-se à compra e venda da força de trabalho, especificamente, destaca ironicamente que a esfera da circulação, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda desta mercadoria, “era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem” (p. 145). Enfatiza que o que ali reina é unicamente liberdade, igualdade e propriedade. Liberdade, porque compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho contratam como pessoas livres, juridicamente iguais; Igualdade, porque se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente; Propriedade, porque cada um dispõe apenas sobre o que é seu. Contudo,

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*⁶⁵. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume (p.145).

Portanto o emprego é o contrato de força de trabalho vivo, cujos contratantes são compradores e vendedores de algo. Nesta relação, os agentes sociais envolvidos são: de um lado,

⁶⁵ Personagens do drama.

o produtor, proprietário e vendedor da mercadoria força de trabalho; e, de outro, o seu comprador, proprietário dos meios de produção de capital.

Conforme Singer (1998), o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado.

1.5. Do emprego como meio de degradação ao desemprego como a suprema degradação

Com a palavra, o Manifesto Comunista: “Depois de sofrer a exploração do fabricante e de receber seu salário em dinheiro, o operário torna-se presa de outros membros da burguesia, do proprietário, do varejista, do usuário etc.” (MARX e ENGELS, 1980, p.18).

A força de trabalho é mercadoria, então, como esperar que receba um tratamento diferente? Não se trata do capitalista ser “bonzinho” ou “ruim”, mas sim da sua sobrevivência como tal. Além disso, a cada dia, novos sujeitos são lançados nas fileiras da classe operária. Castel (1998) adentra nesta questão e chama a atenção para as três formas históricas de inserção da força de trabalho nas relações capitalistas, quais sejam, a condição proletária, a condição operária e a condição salarial. Esta sociedade - que tornou quase todos assalariados, pois até mesmo as categorias consideradas burguesas tornaram-se assalariadas - o autor definiu como “sociedade salarial”.

Conforme o autor, o advento da sociedade salarial não será o triunfo da condição operária. A “salarização” da sociedade cerca o operariado e subordina-o novamente. Em suas

palavras: “Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor cuja terra não o alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre” (p.21).

Percebemos então que houve uma época em que a condição de assalariado era uma degradação, nada tinha de dignificante. E hoje? Como é vista a condição de trabalhador assalariado? Parece ser um privilégio estar empregado, pois um dia como desempregado é um dia sem salário, uma degradação, como sugere Castel (1998). Os sentidos inverteram-se em função da realidade, o emprego assalariado que era degradação passa a ocupar o lugar de principal fonte de renda e de proteções.

Diante desta realidade, é necessário apontar que, de acordo com Marx (1963), quanto mais aumenta o emprego da máquina (da forma como ela é empregada nesta sociedade) e a divisão do trabalho, mais cresce a concorrência entre os operários, e mais decresce o seu salário, o que faz aumentar o tamanho da classe trabalhadora, recrutada também nas camadas superiores da sociedade. “Eis porque a floresta de braços que se erguem, pedindo trabalho, se torna cada vez mais densa, enquanto os braços se tornam cada vez mais finos” (p.53).

Será que o adensamento da floresta à que Marx (1963) se referiu continua? E os braços, continuam afinando? A realidade evidencia que sim, iniciamos um século onde os homens vivem a negação daquilo que lhes parece natural: viver do seu salário.

1.6.O desemprego

São muitos os estudos atuais que, de forma direta ou indireta, abordam o desemprego como tema central de suas análises, alguns deles apresentam dados estatísticos assustadores, tanto quando se referem ao Brasil, como quando se referem ao mundo (ANTUNES, 1995; AUED, B, 1999; CASTEL, 1998; FRIGOTTO, 1999; POCHMANN, 2000; RIFKIN, 1995; SANCHIS, 1997; entre outros). Essas reflexões têm em comum a ênfase nas transformações do mundo do trabalho.

Mas, o que vem a ser o desemprego? De que forma ele aparece nessa sociedade

Em termos históricos, podemos dizer que o desemprego nasce com o emprego assalariado, ambos constituem lados opostos da mesma moeda. Porém, segundo Aued, B (2002, p.1), o termo desemprego vem ao mundo no século XIX, bem depois do fato ter-se instaurado. Nas suas palavras: “O termo desemprego advém da caracterização da ausência de emprego assalariado, a expressão mais acabada da forma capitalista insurgente.”

O desemprego não nasce com a crise do emprego, embora suas menções quase sempre apareçam juntas. Mesmo na época do pós-guerra, alguns países já praticavam políticas ativas de emprego, o que prova que na realidade o pleno emprego nunca existiu, nem sequer sobre o papel, afirma Sanchis (1997).

Supomos que a maioria de nós tenha uma idéia imediata do que é o desemprego e de quem são os desempregados, associando esses termos diretamente à ausência de emprego. Contudo, definir desemprego está longe de ser inequívoco (MATTOSO, 2001; POCHMANN,

1998, 1999, 2000, 2001; SANCHIS, 1997; SINGER, 1998), principalmente na realidade atual, o que leva à existência de diferentes definições, diferentes instrumentos de medida e, conseqüentemente, diferentes análises.

Na realidade, as dificuldades surgem pela dinâmica do mercado de trabalho mal estruturado, pelo fato de o emprego não estar rigidamente estruturado, pela existência de um mercado visto como informal, enfim, são muitos os fatores que levam as definições de emprego e desemprego a se tornarem ambíguas.

Segundo Hoffmann (1980), para chegar a uma contagem do número de desempregados, é preciso passar do conceito para uma “definição operacional”. Assim, para fins estatísticos, são estabelecidas linhas divisórias entre as mais diversas situações, o que, na opinião da autora, também apresenta dificuldades.

Nesse sentido, julgamos pertinente apresentar alguns conceitos e indicadores de emprego, desemprego e renda: A população em idade ativa (PIA) corresponde à parcela da população total (PT) de que uma sociedade dispõe para realizar sua produção nacional (os limites de idade variam de acordo com o desenvolvimento de cada país e, com as diferentes metodologias)⁶⁶. A população economicamente ativa (PEA) corresponde à parcela da PIA que está ocupada ou desempregada⁶⁷. A população ocupada engloba os assalariados, os autônomos e os empregadores.

⁶⁶ Há grupos de estudantes, portadores de necessidades especiais, donas de casa e os aposentados, que não se encontram no mercado de trabalho e são considerados inativos.

⁶⁷ É fundamental destacar que ocupação e emprego não são a mesma coisa, embora a definição da PEA leve a esse entendimento. Conforme Singer (1998), “emprego assalariado é um tipo de ocupação” e “ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem exerce” (p.14).

No Brasil, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos) recentemente ampliou alguns dos conceitos usualmente adotados na PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Tal ampliação justificou-se pela precarização do mercado de trabalho brasileiro, observado no período recente e pela sugestão de agências de outros países sobre a necessidade de reformulação das pesquisas sobre o tema.

Considerando que a dinâmica desse mercado de trabalho não é suficientemente captada, se adotadas as noções usuais de emprego e desemprego, tal órgão utiliza atualmente a seguinte definição para desemprego ⁶⁸:

Desempregados são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança.

O desemprego pode ser aberto e oculto. Na situação de desemprego aberto, são consideradas as pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da pesquisa e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias (Dieese). Portanto, as pessoas incluídas nessa situação não realizam atividade produtiva e exercem pressão sobre o mercado de trabalho. Na situação de desemprego oculto estão as pessoas que, na busca de estratégias de sobrevivência, intercalam atividades irregulares e descontínuas (desemprego oculto por trabalho

⁶⁸ Mattoso (2001) considera esta a metodologia mais apropriada para medir o desemprego brasileiro e destaca que a mesma tem sido alvo de ataques de setores que preferem criticar, ao invés de buscar soluções para o problema: “É como se para combater a febre fosse preferível quebrar o termômetro”, enfatiza.

precário)⁶⁹ e aquelas que enfrentam busca prolongada, o que os leva a perder as esperanças (desemprego oculto por desalento)⁷⁰.

Além dessa pesquisa realizada pelo DIEESE, a PED, também existe no Brasil a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que igualmente está trabalhando com uma nova metodologia, porém, levanta apenas a taxa de desemprego aberto⁷¹. O SINE (Sistema Nacional de Empregos) realiza pesquisas nessa área e também tem metodologia diferente.

Contudo, “independentemente da metodologia adotada, as atuais taxas de desemprego não têm paralelo na história do país” (MATTOSO, 2001, p.14) e, apesar das diferentes modalidades, não temos uma avaliação que apreenda os trabalhadores do setor informal⁷².

Outro ponto de destaque está relacionado à não-neutralidade das mensurações, a escolha por uma metodologia é acima de tudo um ato político, portanto, estabelecer as dimensões do desemprego na atualidade não é problema meramente quantitativo, mas sobretudo um problema social.

⁶⁹ Desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (DIEESE).

⁷⁰ Desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

⁷¹ A PME e a PED utilizam diferentes indicadores e metodologias próprias, por isso é impossível compará-las. Por exemplo, a idade mínima considerada na PED é 10 anos, na PME, 15 anos. A PME considera apenas o desemprego aberto, a PED considera o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento.

⁷² Singer (2000) não desconsiderando nem a controvérsia em torno da conceituação do “trabalho informal”, nem seus desdobramentos políticos, enfatiza que este – “como quer que o chamemos: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência” (p.11) – não tem nada de novo e corresponde ao segmento estagnado da população relativamente excedente descrita por Marx (1989).

Quanto ao reconhecimento social do desemprego, Aued, B (2002) enfatiza que no Brasil, identificamos dois momentos significativos: o primeiro caracterizado pela ausência do reconhecimento do problema e o segundo pelo reconhecimento social instituído em forma de lei, em 1988.⁷³ Um longo processo delimita esses dois momentos.

Podemos dizer que, no desenrolar do referido processo, o mundo do trabalho está em metamorfose e, atualmente, o desemprego atinge seu auge, principalmente em relação aos mais jovens.

Com essas reflexões, pode-se perceber porque o desemprego começa a adquirir uma visibilidade que ultrapassa a percepção de pertencimento ao âmbito da vida privada e adquire uma dimensão pública.

1.7. Por que existe desemprego? E o que ele provoca?

Existem diferentes tentativas de interpretação do desemprego⁷⁴, contudo somos levados a crer que ele não deriva de um mau funcionamento do sistema; mas, exatamente do

⁷³ De acordo com a nova Carta Magna do Brasil instituída em 1988, artigo 7, inciso 2, fica prevista a instituição do seguro desemprego, em caso involuntário. Este seguro foi regulamentado em 11.01.1990, com a lei 7998/90 e também com a instituição do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). A lei 7998 de 11.01.1990 é alterada pela lei 8900 de 30.06.1994 que detalha as condições em que o trabalhador pode usufruir do seguro desemprego (Aued, B, 2002, p.6).

⁷⁴ Sanchis (1997) afirma que existem diferentes tentativas de interpretar o desemprego e que podemos distinguir entre os enfoques teóricos e empíricos, ou enfoques indutivos e dedutivos. Do primeiro ponto de vista, mais do que explicações específicas do desemprego, percebemos distintas visões acerca do funcionamento do sistema econômico. Sob o segundo enfoque, poderíamos agrupar as tentativas de explicar porque, em certo momento e lugar, existe um desequilíbrio entre demanda e oferta no mercado de trabalho.

O autor acredita que as aproximações empíricas estão sempre vinculadas a uma ou outra interpretação teórica. No primeiro enfoque o autor inclui a interpretação neoclássica (baseada na Lei de Say), a Keynesiana e a Marxista. No

contrário, ou seja, ele está ligado à lógica capitalista, e a não-existência dele impede o funcionamento eficaz desse modo de produção.

Portanto, o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não pode eliminá-lo. Como lembra Antunes (1995), o capital pode intensificar a utilização do trabalho vivo, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Para compreendermos melhor essa lógica ligada ao desemprego e suas possíveis causas, faz-se necessário entendermos que só é possível produzir mais-valia explorando a força de trabalho, ou seja, compradores de força de trabalho não são produtores de mais-valia, só a produz quem é vendedor de força de trabalho.

Por isso, algumas medidas são necessárias para que tudo ocorra dentro da “normalidade”, uma dessas medidas seria a garantia da existência de um excedente de

segundo, o enfoque da escola institucionalista norte-americana, que tenta construir uma teoria alternativa relacionada com a hipótese do mercado dual e com o estudo da segmentação do mercado (aqui se destaca, Michael Piore, que interpreta o desemprego como um fenômeno relacionado ao aprofundamento da divisão do trabalho inerente à toda sociedade industrial).

A neoclássica se baseia na Lei de Say, segundo a qual, toda oferta gera sua própria demanda. O mercado possui um mecanismo auto-regulador e sempre que este puder atuar sem travas, o sistema tenderá ao equilíbrio que será de pleno emprego. Já que de acordo com essa lei, o mercado de trabalho funciona como o de qualquer outro bem, então, o desemprego só existe como acidental e transitório e sempre existirá uma taxa natural de desemprego (id, ibid)

Já o enfoque Keynesiano é, em parte, uma resposta à excessiva confiança neoclássica nas virtudes do mercado; Keynes tentará demonstrar que a economia de mercado não tende necessariamente para o pleno emprego, ou seja, é possível o equilíbrio do sistema, mesmo com desemprego. Neste enfoque, a ênfase passa do lado da oferta para o lado da demanda. Assim o desemprego manifesta-se como um problema endógeno ao sistema, suas causas não são buscadas exclusivamente no mercado de trabalho. Se o sistema não for capaz de elevar a demanda agregada até o nível de pleno emprego, deve ser o Estado, com sua política de gasto público quem deve tentá-lo, ou seja, uma política intervencionista do Estado na economia pode atenuar as insuficiências do sistema. O autor afirma que sob o ponto de vista marxista, o desemprego é algo intimamente ligado à lógica do sistema, cuja não existência lhe impede de funcionar de maneira eficaz.

Com relação ao mito do mercado, destacam-se também as reflexões de Aued, B (2002) que, ao indagar sobre o que é o mercado, destaca que semelhante pergunta foi feita há algum tempo por Adam Smith, quando concluiu que o mercado é a “mão invisível”, a mão que regula os interesses individuais e da oferta e procura de trabalho. A autora também destaca, nessa linha de explicação, Jean Baptiste Say e um outro autor mais recente, Shumpeter, porém argumenta que, contrariamente ao mito do mercado, o desemprego é engendrado na relação social capitalista, pois o mercado nada mais é do que uma relação historicamente configurada, e a lei, que por certo é produção humana e histórica, diz respeito à maneira como os homens organizam concretamente a vida social, portanto, não é a mão invisível, como sugerem Smith, Say ou Shumpeter.

trabalhadores, ou seja, segundo Marx (1989), de um exército industrial de reserva⁷⁵. Este garantiria a disciplina de trabalho nas empresas e preservaria o poder do empresário salvaguardando sua fonte de ganhos e seu poder de contratar e despedir.

O espantoso é que, na conjuntura atual, se percebe que nem os capitalistas precisam de um exército de desempregados tão gigantesco para recompor suas taxas de lucros e, nem toda superpopulação está apta a competir pelo emprego com o exército empregado.

Flexibilização, inovações gerenciais, precarização do trabalho, implementação de tecnologia informacional, enfim, existe um quadro dentro do capitalismo atual que aumenta a produtividade do trabalho social e que resulta em novas formas de contrato de trabalho.

O referido quadro ainda cria uma nova situação em que o trabalhador passa a ser visto como responsável pela sua formação técnica e profissional, gerando o discurso da “competência”⁷⁶ e da “empregabilidade”⁷⁷.

Nesse caso, o desemprego teria como causa a baixa “empregabilidade” do trabalhador, porém observa-se que o termo empregabilidade foi criado para encobrir e não para explicar o contexto atual e não passa de um conceito ideológico que pressupõe a existência de pleno emprego.

⁷⁵ Singer (1999) enfatiza que atualmente alguns autores preferem não denominar os desempregados de exército industrial de reserva, alegando que os mesmos não têm essa função, contudo, salienta que prefere continuar denominando-os dessa forma, para que fique claro o importante papel estabilizador que desempenham e também porque esse contingente não se compõe apenas de vítimas do desemprego aberto, ou seja, dos que estão ativamente procurando emprego, que representa uma proporção limitada da população economicamente ativa.

⁷⁶ O termo competência tem sido utilizado, relacionado às condições subjetivas do desempenho dos sujeitos no processo de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por empregabilidade (MACHADO, 1996).

⁷⁷ Fala-se em empregabilidade para se referir à capacidade dos trabalhadores de se manterem empregados ou encontrarem novos empregos, quando demitidos, a partir de suas possibilidades de resposta às exigências de maiores requisitos de qualificação demandados pelas mudanças tecnológicas do processo produtivo (OLIVEIRA, 2001, p.68).

A situação em que o trabalhador é colocado leva-o a sentir-se culpado por estar desempregado, a ter que tornar sua vida uma constante procura por cursos de qualificação e requalificação a fim de (re)inserir-se ou manter-se no emprego, além de provocar o medo do dia seguinte, gerado pela ameaça do desemprego iminente. Em relação ao fato de o desempregado sentir-se pressionado e com medo, será que ele se diferencia do empregado?

E os sindicatos? Precisamos perceber que a condição de desemprego faz com que as pessoas fiquem à margem do sindicato, que acaba sendo enfraquecido em seu potencial de lutas. Mais uma vez o desemprego aparece como problema, não só para quem está nessa situação, como também para quem está empregado.⁷⁸

Essas reflexões nos permitem pensar que a sociedade capitalista é a primeira sociedade que se desenvolve pela sua destruição, incluindo a das forças produtivas. A destruição de postos de trabalho neste momento é necessária a esse modo de produção, mesmo que suas conseqüências sejam desastrosas para quem sobrevive ou deveria sobreviver do seu salário. Além disso, estas seriam apenas algumas das decorrências das metamorfoses necessárias ao mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Ao analisar tais metamorfoses, Antunes (1995) constata a existência de uma processualidade contraditória, identificada da seguinte maneira: de um lado verificou-se a desproletarização do trabalho industrial fabril, ou seja, a diminuição da classe operária industrial tradicional. E, paralelamente, verificou-se a expansão do trabalho assalariado, ou seja, ampliação do assalariamento no setor de serviços, heterogeneização do trabalho (incorporação de contingente feminino no mundo operário e exclusão de mais jovens e mais velhos), e

⁷⁸ Neste sentido, ver Antunes (1995).

subproletarização intensificada (expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado).

O autor enfatiza que o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global.

Nessa linha de entendimento, Pochmann (1998) estabelece que as causas do desemprego podem ser endógenas, referentes ao mercado de trabalho ou exógenas, ou seja, ocasionadas por variáveis estruturais como o próprio modo de produção, as mudanças tecnológicas e a maior capacidade dos estados em realizar políticas públicas. Estas últimas seriam as principais e mais abrangentes.

Aued, B (2002) também analisa o tema e adverte que não se sustentam as formulações que concebem o desemprego como um mal inevitável e passageiro ou decorrência da lei de oferta e procura, nem as que o concebem como resultado da revolução tecnológica. “Desemprego, novas tecnologias e revolução são temas cujas conexões permitem compreender a contemporaneidade da discussão sobre as transformações sociais” (p.15).

Acrescentando que há transformações que não significam mudanças estruturais, a autora adverte que os procedimentos tecnológicos são produtos historicamente determinados, é preciso indagar sobre quem deles se beneficia e quem os usa.

Além das conseqüências do desemprego já apontadas no texto, é importante relatar que muitas pesquisas têm se dedicado a apontar os efeitos do desemprego como um problema social disseminado, apontando inclusive as conseqüências psicológicas:

Perda da auto-estima e do respeito próprio, isolamento social, conflitos familiares e conjugais, sentimento de marginalização, violência doméstica, depressão e doença física, sentimento de fracasso e culpa, em pessoas que se vêem incapazes de sustentar a si

mesmas e suas famílias. Seja por razões psicológicas ou pela força de uma ideologia ou de alguma ética do trabalho, as pesquisas internacionais indicam aspectos nocivos na experiência do desemprego (PEREIRA, 1998, p.142).

Rifkin (1995) descreve o desemprego como responsável por “uma morte lenta”, enfatizando a perda da auto-estima, seguida de morte psicológica e, muitas vezes de morte efetiva. Afirma também que o crescente desemprego e a perda de esperança num futuro melhor estão entre as razões do aumento da criminalidade e da violência aleatória.

Sanchis (1997) afirma que diversas pesquisas sobre grupos de jovens desempregados evidenciam que o trabalho continua sendo um elemento muito importante na vida desses sujeitos⁷⁹. Portanto, o desemprego afeta a auto-imagem, a auto-estima e o sentido da própria identidade pessoal e social.

⁷⁹ O autor cita a pesquisa de Louis e Galland (1984) realizada com jovens desempregados franceses e a de Blanch (1986), realizada com jovens de 16 a 25 anos, na área metropolitana de Barcelona. Destaca também a pesquisa de Romagnoli (1984), na Itália, onde foi verificado que apesar de duras e más condições de trabalho, a maioria dos jovens manifesta satisfação em estar trabalhando.

2. AS TRAJETÓRIAS DOS JOVENS EGRESSOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Aparentemente existe um consenso de que até os 16 anos os sujeitos devam brincar e estudar. Esta afirmação deriva do reconhecimento de que, no Brasil, o trabalho de crianças e jovens menores de 16 anos é proibido por lei, é fiscalizado, denunciado por organizações não-governamentais, restringido por entidades empresariais e combatido por entidades sindicais. Entretanto, na realidade, isto não acontece.⁸⁰

De acordo com a lei, identificamos a idade (cronológica) dos sujeitos, como um fator importante na inserção ocupacional, configurando um elemento constituinte do “passaporte” para o mundo do trabalho.

Por outro lado, embora a escolaridade não assegure empregos nem renda, a certificação através de diplomas não perdeu seu valor (PAIVA, 1998). Num momento de abundância de força de trabalho no mercado, a escolaridade, cada vez mais, passa a ser considerada critério na seleção de candidatos a emprego.

Segundo Pochmann (1998), o diploma escolar transforma-se em uma espécie de “passaporte” a ser usado na trajetória ocupacional. Portanto, o diploma escolar também é elemento constituinte do “passaporte” a que nos referimos, pois socialmente e subjetivamente é assim que tem sido considerado.

Ao considerarmos estes dois elementos como fundamentais na aquisição do “passaporte” para o mundo do trabalho, quais sejam: idade (superior a 16 anos) e diploma escolar (considerando, nesta pesquisa, o diploma de ensino fundamental, no mínimo), verificamos que,

⁸⁰ No Brasil, 3 a 4 milhões de crianças, algumas vezes antes de completarem 5 anos, trabalham (DIEESE, 2001).

enquanto alguns jovens do grupo pesquisado ingressam nesse mundo, munidos da documentação exigida; outros o fazem “clandestinamente”, utilizando a “estratégia do atalho.”⁸¹

Com a preocupação de facilitar a percepção de algumas questões pertinentes aos objetivos da pesquisa, além de pretendermos “dar ao leitor uma pausa para respiração”⁸², organizamos a apresentação das trajetórias ocupacionais do grupo, em duas partes, que não são isoladas entre si, pois guardam as mesmas orientações interpretativas e desempenham, cada qual, um papel na interpretação do outra (LAHIRE, 1997).

Na primeira parte, apresentamos as trajetórias ocupacionais dos egressos da EBJVP (1991-2003) que entram no mundo do trabalho, utilizando um caminho mais curto: um atalho. Não possuem “passaporte”, pois este exige idade mínima e diploma, portanto, são “clandestinos”. Na segunda, apresentamos as trajetórias ocupacionais dos que possuem o “passaporte”.

Será que ter o “passaporte” significa realizar a “viagem”? São distintos os destinos dos dois grupos no que se refere à inserção ocupacional?

⁸¹ Nos apropriamos aqui, de uma metáfora utilizada por Guimarães (1995), embora em abordagem distinta.

⁸² Expressão que tomamos emprestada de Lahire (1997).

2.1. Os “clandestinos” que adotam a estratégia do “atalho”

Trajetória ocupacional de Alcina

Perdi a conta de quantas vezes fiquei desempregada (Alcina)

Aos sete anos de idade, Alcina ingressa na primeira série da Escola Básica José do Valle Pereira, pelo fato de esta ser a escola pública mais próxima de sua residência e ser prestigiada por seus pais.

Seu pai é funcionário de uma empresa que realiza limpeza e manutenção da cidade, e sua mãe é rendeira (trabalha por conta própria, sem carteira de trabalho assinada). Ambos têm ensino fundamental incompleto (quarta série) .

Aos treze anos começa a trabalhar. Afirma que: “como precisei trabalhar desde muito cedo e por ter dificuldades em matemática, acabei tendo várias reprovações e me formando na oitava série quando já estava com dezenove anos”. Após concluir o ensino fundamental, pára de estudar.

Em sua trajetória tem oito ocupações como doméstica e babá, uma como funcionária de uma olaria (atuando diretamente na confecção de tijolos), uma como balconista de uma sorveteria e uma como comerciante autônoma num açougue.

Aos vinte e um anos de idade, tem sua carteira de trabalho assinada pela primeira vez, num emprego como doméstica, onde permaneceu por seis meses. Além desse emprego, teve

carteira de trabalho assinada (por três meses) como funcionária da olaria. Nunca recebeu seguro desemprego.

Afirma que o desemprego involuntário foi uma situação constante em sua trajetória ocupacional: “não encontrava oportunidade ou salário compatível com o que me ofereciam, queriam pagar muito pouco para trabalhar muito. Perdi a conta de quantas vezes fiquei desempregada”.

No único período em que pensa em procurar curso de formação profissional, precisa trabalhar em período integral e desiste da idéia. Enfatiza que “o mercado de trabalho está difícil e preconceituoso, gorda não arranja emprego, a aparência vem antes”.

Hoje, com trinta e dois anos e casada desde 1992, tem uma filha com oito meses de idade e está desempregada. Gostaria de trabalhar, porém o marido não está de acordo.

Durante a infância, sonha tornar-se professora de português. No momento, de acordo com sua avaliação, não tem ambições, sonha pouco com o futuro, só pensa em cuidar da casa, do marido e da filha. Talvez, um dia, “arranjar um emprego, para trabalhar fora de casa!”

Trajetória ocupacional de Alexander

Meu Deus do céu, eu estava com um padrão de vida muito bom (...) De repente tiraram...Puxaram o tapete de baixo de mim. Eu disse: O que vamos fazer da nossa vida, mulher? Ela disse: calma, não te desespera, já começamos tantas vezes do zero, a gente começa de novo! (Alexander)

Alexander, hoje com trinta anos de idade, ao recordar sua infância no bairro João Paulo, sente-se feliz e a julga maravilhosa: “brinquei muito na beira da praia, naquele rio que

antigamente era todo aberto e não era tão poluído. Quanto à escola diz: não era só o líder da turma, eu era líder do colégio”!

Seus pais são naturais de Florianópolis e de origem italiana. O pai, padeiro durante vinte anos em São Paulo, tem ensino fundamental incompleto (quarta série) e hoje está aposentado. A mãe tem ensino médio completo e desiste do emprego de enfermeira por imposição do marido.

Alfabetizado em casa, pela família, antes dos seis anos de idade, quando ingressa no ensino fundamental, repete a primeira série por não ter a idade mínima exigida para cursar a segunda. Então a escola torna-se “um tédio”, segundo diz. Paralelamente, sua família que destina a maior parte do tempo dos filhos para o estudo, passa a “exigir e cobrar menos”, salienta.

Aos oito anos de idade, vende picolé no portão da escola e amendoim na hora do recreio. Na sexta série, desiste de estudar para trabalhar na pesca, quer ter dinheiro e independência. Seu pai garante-lhe uma “mesada” para que retorne aos estudos. A proposta é aceita, porém torna a abandonar a escola no ano seguinte. A solução que o pai encontra desta vez é uma “surra”!

Aos quinze anos, na sétima série, conhece na escola sua atual esposa, aluna da oitava série. A paixão pela colega serve como motivação para vencer na vida, o que inclui a formatura no ensino fundamental. Durante este período, trabalha como servente de pedreiro em obras. Aos dezoito anos, ingressa no Exército e, para cursar o ensino médio, matricula-se no Instituto Estadual de Educação (IEE). Sua namorada engravida: “Então eu falei com o pai, o pai cedeu um ranchinho que já tinha lá no fundo do terreno para dar uma ajeitada, para nós juntarmos nossas trouxinhas!”

Vão para o serviço militar e constrói uma carreira militar brilhante, com promoções, premiações e medalhas, o que representa a realização de seu sonho: “No exército eu fiquei quatro

anos, oito meses, quinze dias e algumas horas”. Por uma questão administrativa que Alexander define como “sacanagem”, participa de uma trama que desencadeia o seu desligamento do exército, a partir do momento em que assina sua baixa (termo de desligamento do exército), sem perceber do que se trata. Recorre à Justiça (civil e militar) e aguarda o desenrolar do processo.

Nesse período, fica arrasado: “Pensei até em fazer uma besteira!” Com o apoio da esposa e da família, volta a trabalhar na construção civil. Por não agüentar mais o cansaço, em 1995, aceita o convite da esposa para trabalhar como vendedor ambulante para uma empresa multinacional, o salário (por comissão) também é melhor. Pela facilidade em comunicar-se, recebe várias promoções na empresa e aceita a proposta para montar um escritório no Rio Grande do Sul, sob forma de consignação. Em 2001, a empresa decreta falência e encerra todas as atividades. Este período é desesperador : “Meu Deus do céu, eu estava com um padrão de vida muito bom, eu estava tirando cinco mil reais por mês, dinheiro entrava que nem água! De repente tiraram... puxaram o tapete de baixo de mim. Eu disse: O que vamos fazer da nossa vida mulher? Ela disse, calma, não te desespera, já começamos tantas vezes do zero, a gente começa de novo!”

Para pagar as dívidas do escritório vende tudo o que tem (carro, móveis, eletrodomésticos etc) e retorna para Florianópolis com a esposa e os dois filhos: “Voltei a morar na casa de meus pais, fiquei quase maluco!”

Volta a trabalhar em obras, paralelamente trabalha numa fábrica de sapatos de propriedade de um cunhado, até que esta vem a falir. Faz curso de Vigilante patrocinado por sua mãe, o que facilita que um amigo o indique para um emprego. Pela primeira vez, tem carteira de trabalho assinada (há dois meses).

Na sua avaliação: ”Sinto que sou um líder por natureza! Nunca fiquei estacionado! Vou ser chefe na empresa, podes ter certeza!”

Trajetória ocupacional de René

As empresas também não podem fazer muito, não tem cabimento os cobradores ficarem parados ao lado das catracas eletrônicas, seria um gasto inútil para as empresas (René)

René, assim como toda sua família, é natural de Florianópolis e reside num bairro vizinho ao João Paulo.

Embora exista uma outra escola pública mais próxima de sua residência, seus pais optam pela EB José do Valle Pereira no momento em que René ingressa no ensino fundamental por considerarem ser uma boa escola. (O pai estuda até a terceira série, mais tarde faz curso supletivo e hoje está aposentado. Sua mãe também estuda até a terceira série e é “do lar”).

As lembranças de infância não lhe atraem, não recorda muita coisa, exceto que na época em que cursa a oitava série, é usuário de uma linha de transporte coletivo que faz o trajeto da escola para o seu bairro. Neste percurso, faz amizades com os funcionários da empresa e, por intermédio deles, consegue emprego como cobrador de ônibus, com registro em carteira de trabalho. Permanece até hoje no mesmo emprego e na mesma função.

Em 1996, pensa que o diploma do ensino médio poder ser útil no seu emprego, então conclui esta escolaridade num curso supletivo, porém não percebe diferenças. Na sua opinião, a escolarização não tem influência na sua contratação e na sua permanência na empresa: “Eu não acredito que o estudo faça diferença para se conseguir um emprego, nesse País tudo que se consegue é através da amizade, dos contatos que tu tens. Pode até ser que hoje em dia o estudo faça mais diferença, mas a amizade ainda é o principal”.

Contudo, diz que a exigência da escolarização para a contratação de novos funcionários cresce a cada instante: “até bem pouco tempo atrás existiam cobradores que eram

analfabetos. Hoje sim, está se exigindo mais estudo, me parece que para ser cobrador agora, precisa ter no mínimo o segundo grau”.

René enfatiza que gosta muito do que faz, não pensa em mudar de profissão ou de emprego, não alimenta sonhos, não pensa muito no futuro, não vê sentido em voltar a estudar, o que importa é viver o presente. Entretanto, afirma que, assim como muitos de seus colegas de profissão, também ele está temeroso quanto ao futuro da empresa e de seu emprego, após a implantação das catracas eletrônicas nos transportes e nos terminais de transportes coletivos.

Tem um relacionamento muito bom com a empresa (os fiscais, as chefias) que, na sua opinião, busca soluções para evitar o desemprego de seus funcionários. Em suas palavras: “As empresas também não podem fazer muito, não tem cabimento os cobradores ficarem parados ao lado das catracas eletrônicas, seria um gasto inútil para as empresas. Eu acho que é inevitável impedir o avanço da tecnologia. Mesmo com os gastos que as empresas terão com a manutenção das catracas, vão lucrar bem mais não precisando pagar os salários para os empregados”.

Trajetória ocupacional de Ricardo

A terceirização está tomando conta do Brasil, isso faz com que os trabalhadores percam salário, vale-alimentação, qualidade na assistência médica e odontológica e estabilidade no emprego. Isto aconteceu comigo!
(Ricardo)

Hoje, com 29 anos, Ricardo conta que na infância, pensa em tornar-se bancário, influenciado pela família. Com o passar do tempo, floresce o desejo de ser professor de Educação Física, mas decide que seria melhor lecionar na área de História.

Conclui o ensino fundamental em 1991, ingressa numa escola, no bairro Itacorubi e interrompe os estudos. Mais tarde conclui o ensino médio num curso supletivo. Faz curso de

datilografia, básicos de informática e preparatório para o vestibular. Não consegue aprovação nas duas vezes em que presta o exame (na UFSC e na UDESC) para ingressar no curso de História. Fica indeciso, pretende entrar numa universidade, porém em algum curso ligado à administração.

Sua trajetória ocupacional tem início aos catorze anos de idade. Trabalha como *disk jockey* (D.J.) autônomo. Paralelamente, é contratado (em 1990) para trabalhar na função de mensageiro de um hotel (com carteira assinada), onde permanece por três anos. Ingressa na TELESC, contratado por seis meses. Em seguida, trabalha numa imobiliária por cinco anos, três como *office boy* e dois como auxiliar de locação (com carteira de trabalho assinada). Logo após volta para a TELESC, agora BRASIL TELECOM, como funcionário efetivo, durante um ano. Depois, é contratado para trabalhar num serviço terceirizado pela empresa (TELESC), onde permanece um ano e meio e é demitido. Atualmente está desempregado (há três meses), faz trabalhos de sonorização em palestras e eventos. “Felizmente”, segundo diz, “há oito anos tenho meu próprio som!”

Enfatiza que “a terceirização está tomando conta do Brasil, isso faz com que os trabalhadores percam salário, vale-alimentação, qualidade na assistência médica e odontológica e estabilidade no emprego. Isto aconteceu comigo!”.

Quanto à família, o pai (falecido) pedreiro, e a mãe “do lar” (ambos tem ensino fundamental completo) sempre apoiaram e incentivaram os filhos em relação aos estudos.

Trajetoária ocupacional de Célio

A empresa, fez de tudo para mim ficar, pediram, insistiram, não queriam de jeito nenhum que eu saísse...eu tinha carteira assinada, tudo direitinho, não tinha outro emprego arranjado, mas estava de saco cheio, estressado, não agüentava mais! Fiz um acordo com a firma, fiquei no seguro desemprego...Lembro que fiquei em casa...lembro que consegui assistir à copa do mundo! (Célio)

Após a conclusão do ensino fundamental, estuda no Instituto Estadual de Educação. Reprova dois anos na mesma série e é jubilado da escola que adora. Reprova porque trabalha e estuda o tempo todo, segundo afirma: “no emprego não tinha horário fixo, estava sempre mudando de função”. Como recebe sucessivas promoções de cargo, resolve parar de estudar.

Seu pai trabalha como encanador (em construções), e sua mãe é faxineira (diarista). Ambos têm ensino fundamental incompleto.

Da infância só tem boas lembranças, muita brincadeira, poder fazer o que mais gosta de fazer na vida, que é jogar futebol. Seu sonho? Afirma com alegria e tristeza ao mesmo tempo: “Ser jogador de futebol, mas nunca tentei, tem que ter padrinho. Hoje eu escolheria trabalhar com computador porque minha função é muito perigosa”.

Assim descreve sua trajetória ocupacional: “Meu primeiro emprego foi de auxiliar de encanador, meu pai é encanador profissional, não lembro direito a idade que eu tinha, sei que era muito novo, lembro que tinha medo de altura e tinha que trabalhar no alto, meu pai é profissional mesmo, trabalha com prédio. Depois, fui trabalhar no Mac Donalds, passei pelas funções de atendente, treinador e coordenador de equipe. Depois, fui gerente e acabei saindo do Mac Donalds por estresse, tive que ir para Canasvieiras, mas não consegui me adaptar como gerente. Acabei pedindo as contas”. Faz vários cursos de aperfeiçoamento profissional quando trabalha na rede de lanchonetes, inclusive em outras cidades, “são bons momentos”, avalia.

Ao pedir demissão, destaca que: “Eles, a empresa, fez de tudo para mim ficar, pediram, insistiram, não queriam de jeito nenhum que eu saísse...eu tinha carteira assinada, tudo direitinho, não tinha outro emprego arranjado, mas estava de saco cheio, estressado, não agüentava mais!. Fiz um acordo com a firma, fiquei no seguro desemprego”.

Sorridente, afirma: “Lembro que fiquei em casa...lembro que consegui assistir à copa do mundo! Que alegria! Depois comecei a trabalhar com moto, como entregador de tele-

mensagem. Daí não tinha carteira assinada. Acabei cortando o pescoço no serol de uma pipa e quase morri, estava trabalhando, levei oito pontos, foi feio!”

Num dia de trabalho, faz amizade com um homem que lhe indica para um emprego de motoqueiro numa farmácia, com carteira de trabalho assinada. Há cinco anos permanece neste emprego, no qual se sente satisfeito por não existir cobrança de aperfeiçoamento profissional por parte do empregador.

Hoje, com vinte e oito anos, sente-se culpado por abandonar os estudos e pensa que está velho para prosseguir a escolarização que facilitaria sua desejada mudança de ocupação.

Trajetória ocupacional de Valéria

Hoje eu sou esperta graças ao trabalho, além disso, tenho facilidade em conseguir emprego porque sou muito responsável. (Valéria)

Após a conclusão da oitava série, ingressa na Escola Básica Simão Hess. Conclui apenas o primeiro ano porque engravida, casa e pára de estudar. Algum tempo mais tarde, com um filho (que estuda na EB José do Valle Pereira) e separada do marido, conclui o ensino médio num curso supletivo.

Sua trajetória ocupacional tem início aos quinze anos de idade, quando frequenta a oitava série pela primeira vez (reprova uma vez nesta série). Sua primeira ocupação é como babá, sem carteira de trabalho assinada.

Em 1995, uma amiga a indica para trabalhar como caixa de um supermercado. Este é seu primeiro emprego com registro em carteira de trabalho e prolonga-se por quatro anos e meio (três anos e meio na função de caixa e um na de fiscal do setor).

Sua inserção no emprego lhe traz satisfação: “Este emprego me ajudou muito porque eu tinha muito medo e ansiedade com relação ao mercado de trabalho. Eu era muito tímida, muito ‘tansa’, lembro que fiquei mais tempo que os outros na experiência. Hoje eu sou esperta graças ao trabalho, além disso, tenho facilidade em conseguir emprego porque sou muito responsável”.

Casa pela segunda vez, o que lhe deixa muito feliz e realizada. Decide ter o segundo filho e engravida. Durante este tempo ocorre a falência do supermercado em que está empregada. É demitida (assim como os demais funcionários da empresa) e recebe seguro desemprego. Permanece aproximadamente oito meses desempregada, em seguida é chamada para trabalhar em outro supermercado.

Permanece no novo emprego por quatro meses e pede demissão porque filho apresenta problemas de saúde. Fica um ano sem trabalhar.

Atualmente está com vinte e oito anos e trabalha num supermercado próximo de sua residência.

Trajetória ocupacional de Simone

Na verdade, eu tirei minha carteira de trabalho com dezesseis anos, mas até hoje ela está limpinha. (Simone)

No início de seu depoimento diz: “Hoje, a minha profissão, sou do lar, mas eu tenho um grande sonho que é ser voluntária em asilos e hospitais”.

Esse desejo nasce com o falecimento de seu pai. É um período muito difícil, durante três anos seu pai permanece doente e a família assume em casa todo o tratamento.

Dentre os fatos que mais marcam sua infância, destaca com alegria e satisfação a presença do pai (que ao falecer está aposentado por idade, depois de trabalhar como motorista)

nas atividades escolares. Por adorar contar histórias sobre o passado e principalmente sobre guerras e revoluções, é convidado a participar das aulas de história na sua turma de oitava série.

Pensa que só o fato de os pais “mandarem estudar”, cobrirem as despesas com transporte e material escolar e permitirem suas idas (sozinha) à biblioteca pública, já é uma maneira de contribuir para sua escolarização, porém o mérito é seu, pois tudo parte de sua insistência.

Aos treze anos de idade, trabalha na casa da madrinha de sua mãe. Não é uma experiência positiva, pois além de estudar, é responsável por todo o serviço de uma residência e cuida de uma senhora.

A situação piora, em suas palavras: “Depois começou a não dar mais certo, a mulher não me pagou quatro meses, eles queriam me pagar com roupas, essas coisas. Eu também comecei a ir mal na escola, reprovei naquele ano, daí eu saí e consegui ser aprovada”.

Aos dezesseis anos, cursa o primeiro ano do ensino médio no Instituto Estadual de Educação, e uma amiga a indica para trabalhar como balconista nas feiras de vestuário no verão. Trabalha nessa feira e em outras nos próximos verões.

Enfatiza que, nessas feiras, seus patrões são muito bons e solidários. Em relação ao registro em carteira de trabalho, afirma: “Na verdade, eu tirei minha carteira de trabalho com dezesseis anos, mas até hoje ela está limpinha”.

Atualmente, está sem emprego porque cuida da mãe (rendeira, aposentada por problemas de saúde), que tem setenta e cinco anos e está doente. Cuida dos afazeres domésticos e do filho. Além disso, hoje não precisa mais trabalhar porque seu marido mantém a casa.

Na sua avaliação: “Quem trabalha em casa, na verdade trabalha mais do que quem trabalha fora! Eu também ensino meu filho, ajudo a professora porque no início ele tinha muitas

dificuldades, eu estou sempre lá na escola, procurando saber tudo sobre ele, eu educo, eu alfabetizo”. Porém, ao final da entrevista, completa: “Eu ainda pretendo voltar a trabalhar fora!”

Aos vinte e sete anos de idade, é casada e tem um filho de oito anos que estuda na EB José do Valle Pereira. Procura suprir a falta que sente de estudar, acompanhando diretamente o filho na escola, já que sua escolaridade é interrompida com a conclusão do ensino médio, devido à doença do pai, ao casamento e à gravidez.. Destaca também que: “Meus pais só estudaram bem pouquinho, tenho dois irmãos que não concluíram nem o primário, não lembro de mais ninguém que tenha estudado, juntando todo mundo, a família toda, até parentes, avós, acho que fui a única que terminou o segundo grau”.

Trajetória ocupacional de Anderson

Nessa época, estudava a noite na ETEFESC, saía, trabalhava no Ilhéu até às cinco horas da manhã e de manhã trabalhava, com carteira assinada de Office boy num banco. Não me pergunta como é que eu dormia porque eu não consigo me lembrar como que eu fazia. (Anderson)

Anderson ingressa na primeira série aos sete anos. Embora exista uma escola pública mais próxima de sua residência, a avó (com quem mora desde os quatro anos de idade) e os pais optam pela EB José do Valle Pereira por gostarem muito da escola. Seus pais têm o ensino fundamental completo e são comerciantes autônomos.

Depois da formatura no ensino fundamental, cursa e conclui o ensino médio no Instituto Estadual de Educação. Também concluiu o curso de Segurança no Trabalho na ETEFESC, porém não tem o diploma do mesmo porque realiza estágio obrigatório, mas não entrega o relatório final.

Aos quinze anos de idade, quando inicia o ensino médio, por intermédio de uma vizinha consegue bolsa de trabalho na Secretaria de Justiça e Administração. Depois, no período

em que seu pai trabalha como garçom num restaurante na praia e fratura o braço, trabalha com ele para ajudá-lo.

Em seguida, trabalha como porteiro de uma casa noturna, onde permanece por um ano e oito meses. Nestas ocupações não tem carteira de trabalho assinada. Paralelamente, trabalha por um curto período e com carteira de trabalho assinada na função de *Office boy* num banco. “Nessa época, estudava à noite na ETEFESC, saía, trabalhava no Ilhéu até às cinco horas da manhã e de manhã trabalhava, com carteira assinada de *Office boy* num banco. Não me pergunta como é que eu dormia porque eu não consigo me lembrar como que eu fazia”.

Em 1997, resolve largar tudo, permanece durante seis meses sem trabalhar. Em seguida, consegue emprego num posto de gasolina. Faz cursos oferecidos pela empresa e assume a função de gerente. Recentemente, pede demissão deste emprego e começa a trabalhar no escritório de uma firma.

Da infância no bairro, destaca as brincadeiras e a tranquilidade: “Não tinha medo de violência, assaltos, essas coisas. Hoje não dá mais, está tudo muito diferente. Esse foi um dos motivos pelo qual tive que sair do posto, violência, assaltos, estava muito perigoso!”

Julga que herda de seus pais a atração por trabalhar com o público. Quanto aos meios de obtenção de trabalho, diz: “Nunca precisei ir atrás de emprego, sempre fui indicado por alguém e vinham atrás de mim. Só dessa última vez é que eu fui atrás porque eu queria mudar de emprego!”

Enfatiza que o trabalho lhe traz muita satisfação, adora trabalhar e ter independência financeira. Avalia que sua facilidade de comunicação é um ponto positivo e atraente no campo do trabalho. Atualmente, com vinte e sete anos e solteiro, seus sonhos continuam ligados ao trabalho direto com o público.

Trajetória ocupacional de Josielle

Minha família sempre deu toda força para que eu conseguisse realizar tudo o que eles não conseguiram!. (Josielle)

Sua trajetória ocupacional tem início quando cursa a oitava série. Por indicação de uma prima, trabalha numa escola que realiza reforço pedagógico para crianças na função de auxiliar de ensino. Permanece um ano sem carteira de trabalho assinada. Nesse período, ingressa no IEE e conclui o primeiro ano do ensino médio. Transfere-se para o Colégio Coração de Jesus, onde conclui Curso de Magistério. É contratada por mais um ano pela mesma escola em que trabalha (com registro em carteira de trabalho), agora, como professora. A escola encerra as atividades (fecha), e ela fica desempregada durante oito meses. Retorna ao IEE e faz um ano de Curso Adicional ao Magistério. Vê um anúncio de vaga para professora em outra escola e candidata-se. Aceita, é contratada por meio período de trabalho (com registro em carteira de trabalho). Presta vestibular na UDESC para Pedagogia, porém não consegue aprovação. Três anos após, decide prestar vestibular na UNIVALI, é aprovada e amplia seu horário de trabalho na escola para pagar a universidade. Permanece no mesmo emprego há oito anos e deve se formar em Pedagogia no final de 2003.

Sente que está conseguindo realizar o sonho que lhe acompanha desde a infância, o de ser professora. Seus planos atuais, são: “continuar sempre estudando, fazer especialização, mestrado. Não pretendo parar, quero continuar sempre me aperfeiçoando na área da educação”.

Para isto, conta com o apoio incondicional da família que “sempre deu toda força para que eu conseguisse realizar tudo o que eles não conseguiram!”. Seus pais são comerciantes autônomos, o pai tem ensino fundamental completo e a mãe, incompleto (quarta série).

Trajatória ocupacional de Alexandre

Somos donos do nosso trabalho, da nossa composição, da nossa música. Tenho uma autoconfiança muito grande, pensamento positivo e, acima de tudo, acredito que o mercado é criado por nós. Nossa banda é geradora de emprego... (Alexandre)

Após a conclusão da oitava série, ingressa na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETEFESC), onde permanece durante um ano e meio. Integra uma banda musical que é formada na época da formatura na oitava série (inclusive, é nesta formatura que a banda se apresenta publicamente pela primeira vez). “Valorizo o estudo, mas amo a música!”, afirma. Articular estudo e trabalho, segundo enfatiza, é complicado, então, conclui o ensino médio num curso de ensino supletivo.

Conta com apoio e incentivo de algumas pessoas da família que pertencem ao meio artístico, porém o empurrão inicial para a banda, hoje, chamada “Tijuquera”, é dado pela influência de amigos, componentes de outras bandas originárias do mesmo bairro: “Um dia, um amigo de outra banda falou que dava para viver da música, esse depoimento também influenciou bastante”.

Alexandre faz questão de dizer que, assim como sua irmã (que cursa universidade) e seus pais (que trabalham no comércio e têm ensino fundamental incompleto) ele valoriza muito a escola, principalmente a EB José do Valle Pereira, pelo ambiente escolar e familiar, que considera importante. Deseja um dia fazer faculdade. Faz cursos ligados à música e realiza trabalho voluntário, ensinando música no Rio de Janeiro, onde reside atualmente.

Recebe propostas de emprego, porém recusa todas: “Somos donos do nosso trabalho, da nossa composição, da nossa música. Tenho uma autoconfiança muito grande, pensamento positivo e, acima de tudo, acredito que o mercado é criado por nós. Nossa banda é geradora de

empregos, precisamos de alguns funcionários, como por exemplo, motorista, montador de palco...”. Contudo, ainda não há tempo para pensar em carteira de trabalho.

Com uma trajetória de oito anos num mercado, conforme diz, “difícil e instável”, a Banda Tijuquera lança o segundo CD (compact disc), no qual busca atender também as exigências “de comércio”, enfatiza que no primeiro CD não houve essa preocupação.

Comenta com alegria que: “fomos convidados recentemente para tocar no exterior, provavelmente iremos!” Estes são planos para o futuro: deseja “conseguir manter um grupo que toque bem e se relacione bem para sermos conhecidos mundialmente. Além disso, colocar nossa ilha no cenário de percussões nacional”.

Trajatória ocupacional de Íris

Eu me sinto uma privilegiada por estar trabalhando, é uma questão de auto-estima. O que eu faço hoje é o que eu sempre sonhei fazer, não consigo me ver fazendo outra coisa. Sempre desejei trabalhar com crianças, ter uma escola. Mas para que meu sonho se concretize por completo, falta a graduação em Pedagogia para poder montar e registrar uma escola! (Íris)

Sua infância é ótima em todos os sentidos, gosta do bairro e da escola. Aos sete anos, ingressa na primeira série da EB José do Valle Pereira, pela proximidade de sua casa. Conclui o ensino fundamental, estuda no IEE e conclui o ensino médio. Com o sonho de ser professora, retorna para o IEE e cursa Magistério. Presta vestibular duas vezes (UFSC e UDESC) para o curso de Pedagogia, porém não consegue aprovação. Hoje tenta uma vaga no curso de Pedagogia à distância e sente-se angustiada por não estar estudando.

Quanto à trajetória ocupacional, tem seu primeiro emprego aos quinze anos de idade, numa banca de revistas, onde permanece um ano e meio. O próximo emprego é num supermercado, permanece nele por um ano. Pede demissão com o objetivo de estudar para o

vestibular. Neste período, torna-se amiga da dona da escola em que faz estágio como professora e é contratada por três anos. Pede demissão e inicia a montagem de um jardim de infância.

A iniciativa para buscar o primeiro emprego parte de sua vontade de ser independente e o consegue por intermédio de parentes e amigos. Na sua opinião, só se consegue emprego quando se tem amigos e experiência profissional. Questiona: “Como é que alguém vai adquirir experiência sem nunca receber uma chance? Muitas vezes para que é que serve um diploma?”

Na sua opinião: “Hoje em dia o trabalho é tudo, ou melhor, tudo é o trabalho! Eu me sinto uma privilegiada por estar trabalhando, é uma questão de auto-estima. O que eu faço hoje é o que eu sempre sonhei fazer, não consigo me ver fazendo outra coisa. Sempre desejei trabalhar com crianças, ter uma escola. Mas para que meu sonho se concretize por completo, falta a graduação em Pedagogia para poder montar e registrar uma escola!” Está indecisa em relação a dar prosseguimento às atividades da escola, pois o retorno financeiro é muito baixo.

Aos vinte e seis anos de idade, é casada, tem uma filha de dois anos e reside no Bairro João Paulo. Seu pai é militar e sua mãe *do lar*, ambos têm ensino fundamental incompleto (quarta série).

Trajetória ocupacional de Luciana

O emprego está muito difícil, ou melhor, emprego tem o que não tem é um trabalho digno! Se abrires o jornal, tu vai ver: precisa-se de doméstica, precisa-se de babá!. (Luciana)

Na infância adora todas as brincadeiras “consideradas de menino” e “todo mês ia ao hospital porque quebrava alguma coisa”. Na adolescência, só vai à escola por muita exigência dos pais (o pai é motorista aposentado e hoje tem um pequeno comércio em casa. A mãe é

costureira de uma loja comercial) e só deseja passear com as amigas e namorar. Pensa que “para escapar” da escola precisa casar: “eles não mandariam mais em mim”, afirma.

Aos dezessete anos, cursando o ensino fundamental, trabalha como fiscal de “boca de caixa num *shopping*”. Conclui o ensino fundamental e pára de estudar. Nesse período, casa, engravida e trabalha com o marido (comerciante) por três anos. Fica desempregada durante um ano e meio “não porque quer”, afirma, mas por não conseguir emprego. Então consegue emprego numa fábrica de geléia. É demitida e fica novamente desempregada. Trabalha na TELESC. Ao terminar o contrato fica desempregada. Atualmente, separada do marido, mora com o filho em sua casa (construída no mesmo terreno da casa de seus pais), trabalha como motorista numa loja de pneus para automóveis e está feliz: “Eu sou louca por direção! Estou fazendo o que gosto de fazer!”.

Nos períodos de desemprego, para se manter faz faxina em residências e trabalha como manicura. Enfatiza que: “o emprego está muito difícil, ou melhor, emprego tem o que não tem é um trabalho digno! Se abrires o jornal, tu vai ver: precisa-se de doméstica, precisa-se de babá!”. Na sua avaliação, “trabalho digno” é a atividade que a pessoa realiza porque gosta, então, atualmente, tem um trabalho digno.

Arrepende-se pelo que considera ter perdido: “Eu perdi de estudar, ter uma carreira, um diploma, uma universidade!”. Considera também que a universidade lhe proporcionaria uma vida diferente em muitos sentidos. Além disso, a escolarização é requisito básico para quem quer um emprego ou mudar de função no emprego: “Hoje eles te obrigam a estudar!”. Contudo, pensa que ter escolarização, também não garante o emprego, o que a assusta: “Meu Deus, não há um dia em que não apareça alguém lá na loja que trabalho pedindo um emprego!” Por tudo isso, enfatiza: “desejo para meu filho tudo o que eu perdi, estudo, universidade...”

2.2. Os portadores de “passaporte”

Trajatória ocupacional de Priscila

se eu ficar em casa eu fico louca. Não tem condições, eu tenho que trabalhar[...] Se eu ficar sem a loja, sem o meu serviço, eu acho que eu fico doente. Preciso estar trabalhando, preciso me mexer, não consigo ficar parada. É mais do que dinheiro. Deve ser um sufoco para quem está desempregado, querer fazer alguma coisa e não ter como. Querer fazer alguma coisa e não conseguir. Acho que a pessoa perde um pouco até da dignidade, né? Querer fazer, saber que pode fazer, mas não ter uma chance de poder mostrar o que ela pode fazer...”(Priscila)

Priscila nasce em São Paulo onde reside até os sete anos de idade. O pai nasce na Espanha, vem para o Brasil, conclui o ensino médio e hoje é proprietário de uma oficina mecânica. Sua mãe já foi proprietária de uma escola infantil, e hoje é funcionária pública (professora) aguardando, para breve, a aposentadoria.

Recorda que na infância cuida do irmão enquanto sua mãe trabalha o dia todo. Avalia que o período em que estuda na EB José do Valle Pereira é o melhor da sua vida. Após concluir a oitava série, ingressa no Instituto Estadual de Educação. Ainda no primeiro ano do ensino médio, com quinze anos de idade, nasce seu primeiro e único filho, quando interrompe os estudos. Retorna no próximo ano e, aos 19 anos, conclui o ensino médio no I.E.E. no curso técnico de Educação Física. Decide parar de estudar.

Em seguida, realiza um concurso público para professores, é aprovada e trabalha durante um ano. Resolve desistir porque a remuneração é baixa. Monta uma loja de esquadrias de madeira junto com o marido que, nesse período, está impossibilitado de continuar trabalhando numa madeireira de propriedade de seu pai, por apresentar problemas de saúde.

Enfatiza que: “Meu sonho de estudante era me formar professora. E completa afirmando: Acho que era só um sonho, depois que eu trabalhei no ramo do magistério, acho que acordei!”

Atualmente, como microempresária, sente-se realizada. Diz que não gosta, nem gostaria de trabalhar como empregada e que nem pensa em ficar sem trabalhar, pois adoeceria, enlouqueceria: “É mais do que só dinheiro!”.

Em relação ao desemprego, pensa que devemos ter cuidado nas generalizações: “Tem gente capacitada querendo emprego e não consegue, mas também tem gente que tem um emprego na mão e não valoriza!”

Quanto às dificuldades em manter uma microempresa, afirma que são muitas: “o empregado tem o salário dele garantido, ele tem férias, tem décimo-terceiro, ele tem tudo e a gente não. O empregado tem o dele garantido, o patrão não. Segurança só existe para o empregado, para o patrão não, ele só tem quando sobra!”

Não contrataria um empregado sem experiência profissional, pois além de pensar nas questões relativas a acidentes de trabalho, preocupa-se com o prejuízo (tempo e produtividade) que este empregado “certamente daria à empresa”. E conclui: “Eu tive que aprender na marra! Então, ou tu sabes, ou estás desempregado!”

Trajetória ocupacional de Débora

Como sou alérgica a glúten, procurei emprego, mas não consegui porque só aparecia vaga onde quem não tem estudo geralmente tem que trabalhar, na padaria, ou na limpeza, ou então arrumando prateleiras.... (Débora)

Após concluir a oitava série, ingressa em 1992 no Instituto Estadual de Educação, para fazer o curso de Magistério. No mesmo ano, resolve desistir desse curso e ingressa no curso

Técnico de Enfermagem. Desiste também, assim que tem seu primeiro contato com a prática, que considera assustadora. Nessa época, tem alguns problemas de saúde. Começa a trabalhar como balconista num restaurante de uma pessoa da família e desiste por problemas de saúde.

Descobre que é alérgica a glúten e que isso lhe impossibilita trabalhar em algumas das funções nas quais se julga apta, pois a maioria exige contato com o trigo. Cita como exemplo: padarias, supermercados, segundo diz: “onde quem não tem estudo geralmente tem que trabalhar na padaria ou na limpeza, ou então arrumando prateleiras...”.

Casa em 1996. Três anos após, nasce sua filha e, em 2002, volta a freqüentar o ensino médio. Conclui o segundo ano e pára de estudar novamente. Afirmo que deseja terminar o ensino médio para poder prestar vestibular, pois acredita que com maior escolaridade seja mais fácil conseguir outro tipo de emprego. Além disso, julga que o estudo é muito importante para o ser humano, em todos os sentidos. Opinião herdada, segundo diz, da sua convivência muito próxima à mãe, uma professora de ensino fundamental (alfabetizadora) aposentada. Com relação ao pai, é padeiro (está viabilizando sua aposentadoria) e tem ensino fundamental incompleto (segunda série). Atualmente, Débora cursa o segundo ano do ensino médio

Trajetória ocupacional de Farney

Lembro que trabalhei direto o ano inteiro, tinha muito trabalho e eu não tinha experiência ainda...até dia 31 eu estava na obra...era um stress. Pedi demissão, fiquei no seguro-desemprego, fui acampar, depois fui fazer curso no SENAC para voltar a trabalhar. (Farney)

Após a conclusão do ensino fundamental, ingressa na ETEFESC, onde seu jeito extrovertido, agitado e brincalhão identifica-se com as atividades de teatro e banda musical. Não participa da solenidade de formatura em que conclui o Curso de Edificações, em 1996. No

mesmo ano, começa a trabalhar (com registro em carteira de trabalho) em uma construtora, onde permanece durante 11 meses. Após o término do contrato, a empresa quer renovar o contrato, mas não aceita: “O pessoal da firma ficou muito triste, mas o salário era muito baixo, além disso, trabalhava de dia e estudava de noite, a firma era um stress”. Recebe o seguro-desemprego e fica um mês sem trabalhar. Nesse período, faz curso de Liderança e Trabalho em Grupo e curso de “Empreendedorismo”.

Sem experiência profissional na área, consegue emprego numa construtora, onde tem muito trabalho e salário bom. Permanece neste emprego até 1998 (um ano e um mês), pede demissão e recebe seguro desemprego. Nesse período, faz curso de desenho no SENAC, ou seja, trabalha e estuda ao mesmo tempo.

Quando sai da construtora, tem muitas propostas de emprego porque tem experiência, enfatiza. Opta por trabalhar num escritório de desenho durante o dia e no período noturno trabalha na TELESC. Não agüenta a jornada de doze horas, sai da TELESC (depois de um mês) e permanece no escritório por um ano e dois meses. Nesta época recebe um convite para trabalhar em outro escritório, mais próximo de sua residência. Aceita porque diminui suas despesas com transporte e almoço. Trabalha neste escritório durante um ano e dois meses. Incentivado por amigos, opta por sair e trabalhar como autônomo. Hoje é corretor, trabalha com empréstimos bancários para funcionários públicos e ganha porcentagens em cada empréstimo. Afirma de maneira enfática que: “Trabalho muito e estou sempre em busca de melhoria financeira, sempre correndo atrás de melhor salário”.

Trajatória ocupacional de Denise

Eu ainda serei, com certeza, professora de Educação Física, ainda vou fazer outro vestibular e vou conseguir! (Denise)

Após a formatura na oitava série, ingressa na Escola Básica Simão Hess, localizada num bairro vizinho ao João Paulo, porém logo em seguida engravida, casa e pára de estudar. Em 1995 retorna aos estudos em Rio Vermelho, onde reside atualmente, e conclui o ensino médio em 1997.

Filha de um administrador de hospital, que tem ensino médio completo e hoje está aposentado e de uma mãe “dona de casa” com ensino médio completo, valoriza a escolarização, mas lamenta “que uma prova (vestibular) possa atrapalhar os planos dos jovens” . Ao prestar vestibular na UFSC a fim de realizar seu sonho de infância de se tornar professora de Educação Física, não consegue aprovação e decide adiar as novas tentativas. Contudo, isto não abala sua convicção em realizar seu sonho: “Eu ainda serei, com certeza, professora de Educação Física, ainda vou fazer outro vestibular e vou conseguir!” Visando a um emprego, faz o curso de Auxiliar Técnico em Enfermagem na UFSC, cursos de informática e *telemarketing*. Por intermédio de seu irmão, consegue emprego em um consultório odontológico onde permanece por dois anos. Em seguida, consegue emprego em outro consultório odontológico onde permanece até hoje (aproximadamente quatro anos). Nos dois empregos, sua carteira de trabalho é assinada. Durante esse período, realiza dois concursos públicos, em um é aprovada e aguarda ser chamada, no outro, embora seja aprovada, não consegue a classificação necessária.

Aos vinte e oito anos de idade, casada, mãe de um menino de oito anos, está sempre feliz, sempre sorridente e diz que: “tem que ser assim, porque senão não dá!”

Trajectoria ocupacional de Caetano

Para as pessoas conseguirem um emprego, é necessário ter indicação, amigos, contatos! (Caetano)

Caetano tem vinte e oito anos de idade, é solteiro e mora com os pais. Na infância sonha tornar-se jogador de futebol, mais tarde, deseja ser advogado e hoje planeja continuar a carreira militar, assim como seu pai.

Ao ingressar na primeira série, aos sete anos de idade, seus pais (o pai, militar aposentado, tem ensino fundamental completo, e a mãe é funcionária pública e tem ensino fundamental incompleto) optam pela Escola Básica José do Valle Pereira. Ao concluir o ensino fundamental, ingressa no primeiro ano do ensino médio no Colégio Geração. Transfere-se para a Escola Básica Lauro Muller e conclui essa escolaridade. Presta vestibular na UFSC para o curso de Direito duas vezes, não consegue aprovação e desiste de tentar.

Com dezoito anos, por intermédio de seu padrinho, é contratado para emprego de vendedor de livros, com carteira de trabalho assinada durante um ano e três meses. Trabalha um mês em um supermercado onde se candidata para uma vaga e é aceito. Em seguida, por indicação de um amigo, obtém emprego numa empresa de telecomunicações, no setor administrativo, onde permanece por nove meses. Pede demissão e recebe seguro desemprego. Após quatro meses de desemprego, presta concurso público para a Polícia Militar, é aprovado e há seis anos é soldado.

Gosta de trabalhar e encara o emprego como meio de suprir as necessidades. Quanto aos meios de obtenção de emprego, enfatiza que: “é necessário ter indicação, amigos, contatos!”

Trajatória ocupacional de Adriana T.

Em todo lugar eles diziam: Tu és muito bonita, bem arrumada, como é que tu vai trabalhar com limpeza? Nós não podemos te botar numa função dessa, tens que conseguir uma função melhor. Mas para a função melhor eles só botam quem eles já conhecem!”(Adriana T.)

Após o ensino fundamental, conclui o ensino médio num curso supletivo. Não presta vestibular, mas isto faz parte de seus planos, pois seria o caminho para a realização de seu sonho de tornar-se bióloga e lidar com questões relativas aos mares e oceanos. Este sonho nasce de sua convivência na família e dos passeios com seu pai, um pedreiro (autônomo) que tem ensino fundamental incompleto (quarta série) e valoriza as questões ambientais.

Quanto ao apoio da família na sua escolarização, afirma que a única maneira que os pais têm para contribuir é cobrando, pois sua infância acontece num período de sacrifícios e de dificuldades financeiras, e diz: “Hoje sim, um pedreiro ganha melhor, mas antigamente era difícil!”

Aos dezoito anos, trabalha como doméstica durante sete meses. Depois, trabalha como doméstica em outra residência por três anos. Pede demissão e permanece um ano realizando faxinas (como diarista) em residências. É enfática ao descrever o péssimo tratamento que alguns empregados domésticos recebem de seus empregadores.

Em relação aos requisitos pedidos pelos “empregadores”, destaca que o ensino médio não é valorizado e sim a experiência profissional. Outro fator importante, na sua avaliação, é a indicação de parentes e amigos.

Em sua busca por emprego percebe muitas discriminações: “Em todo lugar eles diziam: Tu és muito bonita, bem arrumada, como é que tu vai trabalhar com limpeza? Nós não

podemos te botar numa função dessa, tens que conseguir uma função melhor. Mas para a função melhor eles só botam quem eles já conhecem!”

Atualmente, com vinte e sete anos, casada e grávida do primeiro filho, está empregada há um ano, pela primeira vez com registro em carteira de trabalho, na mesma empresa e na mesma função que sua mãe (que tem ensino fundamental incompleto e trabalha como auxiliar de serviços gerais). A discriminação que percebe agora está relacionada com a função que exerce.

Trajetória ocupacional de Luciano

Estava indeciso, pensando em ser autônomo, mas consegui uma vaga como bolsista e deu certo! (Luciano)

Luciano ingressa na ETEFESC assim que conclui o ensino fundamental e forma-se no curso de Mecânica, em 1996. Em seguida, faz estágio remunerado por dois anos.

Nesse período, pensa em ser autônomo. Faz cursos de informática e inglês, visando à inserção ocupacional. Paralelamente, envia currículo para vários locais em busca de emprego.

Por intermédio de amigos, ingressa na UFSC como bolsista. Surge uma vaga no setor em que esta há dois meses (como bolsista). É contratado como servidor com registro na CLT e permanece empregado até o momento.

Cursa Administração na UFSC desde o ano 2000.

Trajetória ocupacional de Andreza

É muito presente na minha vida a falta de um diploma de curso universitário (...) O estudo é uma peneira, quem tem universidade acaba tendo um salário melhor. (Andreza)

Após a formatura na oitava série, ingressa na ETEFESC, onde cursa Edificações, realiza o estágio remunerado, porém não entrega o relatório final e não recebe o diploma de conclusão do curso. Nesta fase tem problemas com o chefe e é assediada. Em seguida, começa a trabalhar num escritório de desenhos arquitetônicos em tempo integral, durante o dia. No período noturno, trabalha na TELESC. Pede demissão do escritório, onde não tem carteira assinada e ingressa em um outro (ainda sem carteira) porém mais próximo ao local onde trabalha durante a noite e com salário melhor. Ali constrói “amizades e contatos quentes para a profissão”, diz. Consegue um outro emprego, com salário melhor, no mesmo ramo de atividade, porém, ainda sem carteira assinada. Também sai da TELESC porque termina o contrato. Permanece no novo emprego durante nove meses, porém o escritório está com problemas financeiros, e o salário começa a atrasar. Surge uma oportunidade de voltar para a TELESC. Por certo tempo, continua nos dois empregos, até que resolve ficar só na TELESC onde permanece de 1999 até 2002 e passa por vários setores. Em 2002, pede demissão da TELESC, mas antes de pedi-la trabalha em um escritório de engenharia, onde permanece durante um ano e meio (sem carteira de trabalho assinada). No momento está empregada no setor de *telemarketing* de uma empresa, que considera a sua experiência no ramo e assina sua carteira de trabalho. Segundo diz: “Não dá para ficar onde não podem assinar minha carteira, no caso, de desenhista”.

Durante todo este trajeto, presta vestibulares na UFSC e na UDESC, optando por Artes Cênicas, Artes Plásticas e Arquitetura, além de realizar exame para Designer de produto, no CEFET. Não consegue aprovação. Segundo afirma: “É muito presente na minha vida a falta de um diploma de curso universitário. Minha mãe voltou a estudar com 44 anos por esse motivo, hoje ela faz Biblioteconomia na UDESC e é bolsista! A hierarquia dos cargos tem a ver diretamente com a escolaridade...O estudo é uma peneira, quem tem universidade acaba tendo um salário melhor”.

Aos quatro anos de idade seu pai falece, e a mãe, sua grande amiga, sempre esteve muito presente. Tem muitos planos e sonhos. Pretende ir para o exterior, trabalhar com o que gosta, arquitetura e artes plásticas. Segundo diz: : “Estou sempre lutando, não fico dependendo de seguro desemprego. Isso eu herdei da minha mãe que é uma guerreira!”

Trajetória ocupacional de Ana

Quando estou desempregada, me sinto um carma, um peso! (Ana)

Aos vinte e seis anos, é solteira, gosta muito de estudar e mora com a família que apóia, participa e incentiva a escolarização dos filhos e decide que o trabalho só pode vir depois da conclusão da escolarização.

Aos sete anos de idade, ingressa na primeira série da EB José do Valle Pereira e aos dezessete, conclui o ensino médio no IEE. Presta vestibular para a UFSC com opção pelo curso de Psicologia e reprova. Faz um curso preparatório para o vestibular no SESC, presta novo vestibular na UFSC, opta pelo curso de Pedagogia e consegue aprovação. Em 1996 começa o curso e em 1999, conclui.

Durante o período em que está concluindo o curso de Pedagogia, realiza estágio remunerado no SESC por um ano. Consegue a vaga por iniciativa de seu pai que trabalha naquele local. Depois começa a trabalhar com carteira de trabalho assinada num minimercado onde permanece por um ano. É demitida, fica desempregada e paga INSS como autônoma, vende artesanato e faz digitação de textos. Presta exame para a ETEFESC, curso de Meio Ambiente, é aprovada e começa a cursar, porém não conclui porque seu pai adoece, precisa dos cuidados da família, e falece.

Estar trabalhando faz com que se sinta realizada, útil e valorizada pela família e pela sociedade. Não gosta de recordar, nem de falar sobre o período em que percebe que seria demitida do emprego no minimercado. Tem depressão e sofre muito: “A cobrança é enorme, até da família mesmo. Encontro obstáculos demais, mas não penso em desistir e não vou desistir. Quando estou desempregada, me sinto um carma, um peso!”

Atualmente, desempregada, sobrevive por morar com a mãe que tem ensino fundamental incompleto (quarta série), é lavadeira e passadeira (autônoma). Procura emprego diariamente, envia seu currículo para todos os lugares possíveis e aguarda uma possibilidade de contrato para trabalhar, mesmo que não seja como pedagoga.

Não tem ambições materiais, seu sonho de tornar-se psicóloga persiste. Pensa em retornar à universidade para se especializar em séries iniciais por acreditar na possibilidade da existência de oferta de emprego nesta área. Também deseja cursar Psicologia: “Meus sonhos estão se encaminhando, mas acho que com passos lentos!”, afirma.

Na sua opinião, o principal obstáculo encontrado na busca por emprego é a exigência de experiência profissional e, embora entenda a atitude de seus pais, culpa-os pela exigência de concluir a escolarização antes de ingressar no emprego.

Trajetória ocupacional de Adriana V.

Usei e procurei os estudos para ingressar no mercado de trabalho. Para mim as coisas fluíram, não precisei procurar muito por um emprego, diferente da maioria dos meus amigos, até mesmo de curso... Bom, eu também nunca gostei de ficar parada, sempre corri atrás! (Adriana V.)

Após concluir a oitava série, Adriana cursa o segundo grau completo no IEE. Presta o primeiro vestibular na UFSC para Ciências Contábeis, porém reprova. Ingressa num curso pré-

vestibular e presta vestibular novamente na UFSC, onde é aprovada em sua primeira opção para o curso de Economia. Forma-se em 2001.

Ainda quando cursa a Universidade, trabalha como estagiária no IPESC e no Banco do Brasil. Conclui cursos básicos para aperfeiçoamento profissional em informática e datilografia com objetivo de inserção no emprego. Ao final do curso (Economia), na fase de construção da monografia, é indicada pelo Banco do Brasil para trabalhar numa empresa de informática, no setor financeiro. É contratada por essa empresa onde permanece empregada.

Na sua avaliação, é uma pessoa de sorte: “Para mim as coisas fluíram, não precisei procurar muito por um emprego, diferente da maioria dos meus amigos, até mesmo de curso...” Reflete e refaz sua afirmação: “Bom, eu também nunca gostei de ficar parada, sempre corri atrás!”

Adriana casou há menos de um ano, está feliz, sente-se realizada e afirma que não pretende parar de trabalhar, quer se manter independente financeiramente.

Trajetória ocupacional de Liliane

A universidade apenas dá o caminho, nós é que temos que construir o resto. É difícil, mas é por aí, não acredito que a universidade deva dar retorno financeiro, o meu emprego vai depender de mim, do meu empenho. (Liliane)

Aos vinte e cinco anos de idade é solteira, não tem filhos e mora com seus pais que são naturais do interior do Estado de Santa Catarina. Seu pai tem ensino fundamental incompleto e trabalha por conta própria. Sua mãe tem ensino fundamental e é costureira, também autônoma.

Após concluir o ensino fundamental na EB José do Valle Pereira, estuda no Instituto Estadual de Educação (IEE) onde conclui o ensino médio. Presta vestibular duas vezes na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para o curso de Psicologia, porém não é

aprovada. Em 1999, presta vestibular para Biblioteconomia na mesma Universidade. Aprovada, ingressa no curso e forma-se no primeiro semestre de 2003.

Tem seu primeiro emprego aos dezessete anos numa empresa multinacional especializada em lanches (*fast foods*), com registro em carteira de trabalho. Busca o emprego por considerar que está na hora de pensar em ter independência financeira e o consegue após ler um anúncio de jornal, procurar a empresa e candidatar-se à vaga. Pede demissão depois de um ano e recebe seguro-desemprego.

O segundo emprego é numa livraria onde permanece por três anos. Pede demissão, recebe seguro-desemprego e começa a realizar estágios remunerados recebendo bolsa de treinamento cedida pela Universidade.

Atualmente envia currículo para vários locais e busca emprego. Há uma oferta de emprego em outro estado, mas considera inviável aceitar a proposta. Deseja muito atuar na sua área de formação (Biblioteconomia) porém, assim como os demais colegas de sua turma (da UFSC), está sentindo dificuldades. Segundo afirma: “Os demais alunos da turma estão na mesma situação, não tem ninguém empregado”.

Na sua avaliação: “A universidade apenas dá o caminho, nós é que temos que construir o resto. É difícil, mas é por aí, não acredito que a universidade deva dar retorno financeiro, o meu emprego vai depender de mim, do meu empenho”.

Conclui cursos de idiomas e básicos de informática que facilitam na realização da graduação.

Quanto ao alongamento da escolarização, salienta que seu irmão e um primo também estão na universidade e que os demais membros de sua família prolongaram os estudos no máximo até o ensino médio.

Embora sua família dê muito apoio aos filhos com relação à escolarização, considera que o mérito é seu, pois se quisesse poderia ter desistido.

Apesar de Biblioteconomia não ser a sua opção inicial, há uma identificação muito grande com o curso, o que lhe dá perspectivas positivas com relação ao futuro.

Enfatiza que: “Desde o segundo ano, sempre estudei e trabalhei ao mesmo tempo, assim que entrei para a universidade comecei com estágio, fazia dois estágios ao mesmo tempo! Fazia dois estágios durante o dia e estudava à noite. Acho que o resultado disso foi o gosto pelo meu trabalho, só trabalhando, praticando é que eu aprendi... se hoje eu gosto da profissão, é porque trabalhei para isso”.

Trajetória ocupacional de Deivson

Sinto falta da universidade, ela me daria realização pessoal e profissional!...Eu seria o arquiteto, poderia assinar os trabalhos, não seria mais só o prestador de serviços!.(Deivson)

Após a conclusão da oitava série, Deivson estuda na ETEFESC, onde conclui o curso de Edificações em 1997. Neste período faz estágio remunerado de 840 horas em uma concreteira no Bairro Saco Grande. Em seguida é contratado, em caráter experimental pelo período de três meses. A empresa faz uma proposta de prorrogar o contrato, ele não aceita em função do horário de trabalho. Faz curso preparatório para o vestibular e paralelamente ingressa numa função terceirizada no Banco do Brasil (contratos trimestrais).

Em 1998, faz vestibular na UFSC e na UDESC , mas não consegue aprovação. Continua no Banco do Brasil até o ano 2000. Nessa época, faz registro como autônomo, começa a pagar INSS e pega alvará de desenhista.

Por indicação de clientes do banco, recebe convites para prestar serviços a arquitetos. Decide montar um escritório de serviços arquitetônicos que administra atualmente: “É um trabalho de muita responsabilidade, não tem horário de trabalho, não tem feriado, às vezes nem domingo!”, afirma.

Faz outros cursos na área de desenho. Na sua avaliação, o curso técnico abre as portas para o trabalho, porém não dá base suficiente para o vestibular. Sente-se realizado com seu trabalho, contudo, chateado: “sinto falta da universidade, ela me daria realização pessoal e profissional!”. E conclui: “Eu seria o arquiteto, poderia assinar os trabalhos, não seria mais só o prestador de serviços!”.

Em 2002, sonhando com o curso de Arquitetura, faz vestibular na UFSC para Engenharia Civil (curso que não é tão concorrido quanto o que deseja) e passa, porém no curso que escolhe como segunda opção, Matemática. Cursa durante algumas semanas, mas desiste ao perceber que não é o que realmente deseja. Sente necessidade de aperfeiçoamento profissional, avalia que até mesmo voltar para a ETEFESC com a maturidade atual seja interessante.

Trajatória ocupacional de Márcio

Queria um emprego público, estabilidade, segurança e aproveitar o conhecimento para a satisfação de ambições pessoais. Consigo separar trabalho de prazer, queria conseguir articulá-los! (Márcio)

Na infância Márcio adora ler e escrever e tem apoio total e incondicional da família, que prioriza a escolarização dos filhos. Com o passar do tempo, estas características permanecem. Seus pais são funcionários públicos estaduais aposentados. O pai tem ensino fundamental e a mãe ensino médio.

Após concluir a oitava série, Márcio estuda no Colégio Laura Lima, no Saco Grande. Ao final do primeiro semestre no ensino médio, vai para o IEE, onde concluiu essa escolaridade.

Presta concurso vestibular para a UFSC, optando por Psicologia, com a intenção de reprovar para descansar e ler: “Era um curso muito concorrido, havia me preparado pouco, fiz só para ter experiência. Além de tudo, quero descansar um pouco de estudar”. Avalia que esse ano é maravilhoso, pois consegue fazer o que gosta, ler bastante. No próximo ano, é aprovado no vestibular para o curso de Letras na UFSC (sua primeira opção). Inicia o curso em 1997 e recebe bolsa do CNPQ durante três anos. Em 2001 conclui o curso de Letras e ingressa no curso de Mestrado em Literatura na mesma Universidade. No início de 2002, trabalha quatro meses como auxiliar administrativo de um hospital, enquanto aguarda o recebimento de bolsa do CNPQ.

Ao buscar o curso de Letras, o objetivo não é ser professor, sempre pensa só na Literatura. Quanto aos planos e perspectivas, diz: “Queria um emprego público, estabilidade, segurança e aproveitar o conhecimento para a satisfação de ambições pessoais. Consigo separar trabalho de prazer, queria conseguir articulá-los!”

Ao optar pela Literatura: “Não pensei na carreira, na profissão”. No momento acredita que: “Só pensei na minha satisfação pessoal e depois quebrei a cara por isso”. Diz que seus colegas de curso tinham uma certeza que ele ainda não tem. E afirma: “Eu não tenho uma profissão. Eu aprendi muitas coisas, mas para mim mesmo, não que eu possa usar para minha sobrevivência”. É pessimista com relação ao mundo e à juventude atual, não acredita que possa mudar para melhor.

Trajetória ocupacional de Grasiela

A moral da história é: ir atrás e não ficar lamentando porque não teve oportunidade!
(Grasiela)

Ao lembrar sua infância, Grasiela se vê como uma criança extremamente tímida na escola, que não precisa estudar em casa porque se concentra totalmente no que é ensinado. Em casa, fica hipnotizada na frente da televisão, lê muito e é dotada de uma curiosidade imensa. Cercada por enciclopédias, o que a deixa feliz, nunca se sente pressionada pelos pais para estudar. A televisão, as músicas que tenta traduzir e as aulas que dá para a prima que estuda em colégio particular lhe permitem aprender o idioma de que gosta (inglês): “fui meio autodidata mesmo!”, afirma.

Pensa em tornar-se jornalista ou psicóloga, já que adora ler. Julga que “todo mundo quer ser mais do que os pais”, afirma. Então, decide lutar pelo que deseja. Ao ingressar no ensino médio no IEE, descobre a biblioteca pública e percebe que deseja jornalismo mais que qualquer outra profissão. Percebe também que a partir de então seu “mundo se amplia”, diz, porque na EB José do Valle Pereira, todos são parentes ou vizinhos.

Presta vestibular na UFSC para Jornalismo (doze candidatos por vaga oferecida), percebe que a partir da sétima série a escola não lhe ensina nada. É aprovada na segunda opção, Filosofia. Decide cursar um semestre para aproveitar a oportunidade de ingressar na Universidade e ler muito. Com sacrifício, os pais pagam um curso pré-vestibular. É aprovada na segunda tentativa na mesma Universidade (não existe condição para pagar uma particular): “me senti do outro lado do abismo e virei logo bolsista”, afirma. Faz matérias e locução no programa de rádio da UFSC, lê muito, faz cursinho de inglês na Universidade, faz disciplinas optativas na Filosofia “porque ser culta sempre foi importante para mim”, diz. Viaja e conhece outros estados em

atividades do curso. Na Universidade Aberta aprende jornalismo na prática. Descobre a Internet e percebe que, ao contrário dos ensinos fundamental e médio públicos, a universidade pública é “*top de linha*”, é tudo o que quer!

Com o sonho de trabalhar na Editora Abril e devido ao mercado de trabalho “inexistente” em SC (ênfatisa que a RBS⁸³ só contrata gaúchos), vai para São Paulo. Faz curso naquela editora, é aprovada na primeira etapa e reprova na entrevista. Ao mesmo tempo, passa no curso de “*trainees*” da Gazeta Mercantil. Mora durante um mês num albergue com uma amiga. O “*train*” da Gazeta acaba. Retorna para Florianópolis. Devido ao seu trabalho de conclusão de curso (na graduação), um amigo a chama para trabalhar na Abril, no *site* da “Playboy”. Aceita o convite. Três semanas após, a Gazeta também lhe chama. Prefere permanecer na Abril.

Salienta que o curso de Jornalismo da UFSC, considerado muito prático e pouco teórico, favorece na aquisição do perfil do profissional desejado no momento. Porém, ênfatisa: “não existe mapa da mina”, o mercado de trabalho na área está saturadíssimo e o normal é trabalhar doze horas por dia. Sente orgulho por ter estudado na rede pública e acredita que o crescimento vem depois dos sacrifícios. A meta agora é comprar um terreno em Florianópolis, “ter, quem sabe, um carro pra voltar...Filhos, só quando der!”. Conclui afirmando: “A moral da história é: ir atrás e não ficar lamentando porque não teve oportunidade!”

Trajetória ocupacional de Gláucia

A gente vai para onde sofre menos. (Gláucia)

Gláucia é irmã de Grasiela. Aos vinte e cinco anos de idade, é solteira e mora com a família. Seu pai, um funcionário público federal aposentado, tem ensino médio. Sua mãe, telefonista aposentada, tem o ensino fundamental incompleto (quarta série).

⁸³ Rede Brasil Sul de Televisão

Após concluir a oitava série, faz segundo grau no IEE no turno da noite. Em seguida, presta vestibular para a UFSC (com opção em Direito) e para a UDESC (com opção em Artes Plásticas). Reprova em ambos. No ano seguinte ingressa na UFSC após realizar vestibular para o curso de História. Pensando em trabalhar com educação de adultos, presta vestibular na UDESC para Pedagogia e é aprovada com ótima classificação: primeiro lugar no curso e sexto no geral. Começa a cursar Pedagogia, mas desiste. Em 2001 conclui a graduação em História, sendo bolsista do PIBIC⁸⁴ desde a segunda fase. Durante esse período pede retorno na Universidade para cursar Letras, começa e logo desiste. No mesmo ano, ingressa no curso de Mestrado em História na mesma Universidade e deve concluí-lo em breve. No Mestrado também recebe bolsa de estudos.

A inserção no emprego ocorre aos dezoito anos de idade quando trabalha numa locadora de vídeos, com carteira de trabalho assinada, durante um ano. Depois trabalha durante quatro meses na TELESC, no período em que está concluindo a graduação e deixando de receber a bolsa de estudos. Trabalha durante duas semanas como professora em uma faculdade particular. Envia o currículo para algumas faculdades e no momento aguarda uma possibilidade de contrato como professora. Também busca uma oportunidade para adquirir experiência com ensino fundamental.

Está desempregada e pessimista no momento atual: “estou muito pessimista com relação ao emprego, pois o mercado de trabalho está terrível.”

⁸⁴ PIBIC é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, financiado pelo CNPq.

Na sua opinião, a inserção no emprego depende de sorte e indicação. Além disso, muitas vezes: “As coisas aparecem como troca de favor e daí cria-se uma dependência política para o resto da vida”.

É enfática ao afirmar que nunca faz planos: “A gente vai para onde sofre menos”. Enfatiza que em nenhum momento a carreira de professora lhe pareceu ser uma opção realizada. Além disso, pensa que não tem uma profissão porque o curso de História não tem esse objetivo. Pensa em fazer outro curso universitário, ou talvez o Doutorado (já recebeu proposta de orientação). Está indecisa.

Com relação à sua família, diz que: “A minha família não foi só a facilitadora, foi também a possibilitadora, me deram toda a estrutura para que eu pudesse ter essa sobrevida na escola”.

2.3. Do singular ao geral / coletivo

Consideramos que ao nos referirmos a estes jovens, como “egressos” do ensino fundamental da EB José do Valle Pereira, estamos estabelecendo um marco inicial para nossa análise e evidenciando um primeiro ponto em comum entre eles.

Contudo, cabe destacar, que segundo Halbwachs (1990) o grupo que constitui uma turma escolar é essencialmente efêmero, pelo menos se considerarmos que, com a mudança de ano letivo, geralmente estes agrupamentos sofrem transformações. Todavia, é fundamental perceber que esses alunos “não esquecerão que estiveram próximos” (p.29).

Neste sentido, verificamos que os depoimentos dos entrevistados adquirem sentido quando relacionados aos grupos dos quais fizeram ou fazem parte, já que supõem acontecimentos vividos em comum, o que evidencia a proximidade a que se refere o autor.

Apresentamos a seguir, traços identificados nas trajetórias dos jovens que pesquisamos:

A – Todos os 27 sujeitos investigados (16 mulheres e 11 homens), são **egressos da rede pública de ensino**, sendo que:

- 13 destes egressos formam-se em 1991 (6 homens e 7 mulheres)
- 12 formam-se em 1992 (4 homens e 8 mulheres)
- 2 formam-se em 1993 (1 homem e 1 mulher)⁸⁵

B – Todos **nasceram na década de 1970** (de 1971 a 1978). Atualmente estão na faixa etária de 25 a 32 anos. Portanto, na década de 1990, **todos são jovens**⁸⁶.

C - Todos foram **moradores do bairro** em que está localizada a escola (João Paulo), **ou do bairro vizinho** (Saco Grande), no período de conclusão do ensino fundamental.

D - Quanto à **opção dos pais pela EB José do Valle Pereira (EBJVP)** destacamos que o fato de esta pertencer à rede pública de ensino e não à particular, não configura uma opção, já que a situação financeira das famílias não oferece outra alternativa.

Embora exista outra escola pública mais próxima às residências de alguns destes egressos, interessa-nos destacar, além da proximidade espacial entre a (EBVJP) e a residência deles, os demais motivos apontados pelos entrevistados para tal opção, são:

⁸⁵ Dois alunos da turma 1992 reprovaram e só concluíram o ensino fundamental em 1993.

⁸⁶ De acordo com a faixa etária definida nesta pesquisa.

- Proximidade de um Núcleo de Ensino Infantil (NEI) da Prefeitura Municipal (alguns destes egressos são responsáveis por levar e buscar os irmãos no NEI).
- Existência de ônibus escolar (uma empresa de transportes coletivos destina um ônibus para fazer o trajeto entre os bairros próximos à escola, nos horários de início e final das aulas, e os alunos utilizam passe especial).
- A escola é prestigiada pela comunidade.

E – Quanto ao **tempo de permanência no ensino fundamental**, considerando que muitas vezes o que é concebido como reprovação, na realidade, é evasão, observamos que o número de reprovações verificado, entre os jovens que pesquisamos, durante o curso de ensino fundamental é o seguinte: 8 (3 homens e 5 mulheres) nunca reprovaram; 9 (3 homens e 6 mulheres) reprovaram uma vez; 4 (1 homem e 3 mulheres) reprovaram duas vezes; 3 (2 homens e 1 mulher) reprovaram três vezes; 1 (homem) reprovou quatro vezes; 1 (homem) reprovou cinco vezes e 1 (mulher) reprovou seis vezes.

Percebemos características importantes, relativas à distorção idade/série escolar, contudo, não observamos diferenças significativas em questão de gênero. Consideramos importante destacar, que durante as décadas anteriores a de 1990 (quando estes ingressam na primeira série) e inclusive no período 1991-93 (quando concluem o ensino fundamental), a EBJVP tem anualmente três turmas de primeira série e apenas uma de oitava⁸⁷.

F – Em relação ao **estado civil**⁸⁸ atual dos egressos da EB José do Valle Pereira, temos situações distintas. Observamos uma diferença mínima entre o número total de casados (12) e de solteiros (14). Entretanto, percebemos que a maior parte dos homens são solteiros (10), enquanto a maior parte das mulheres são casadas (11).

⁸⁷ Conforme registros da secretaria da escola.

⁸⁸ Consideramos aqui também os casamentos não formalizados.

G - Quanto à **residência atual**, todos (as) os (as) solteiros (as), portanto, a maioria, homens, mora com a família (pais, ou mãe, ou avós). Entre os (as) casados (as), 4 moram com os pais ou em residência de propriedade dos pais de um dos cônjuges, os demais residem com a família que constituíram.

H - Em relação ao **número de filho** verificamos diferenças significativas em questão de gênero: dos 9 egressos que têm filhos, apenas um é homem (tem dois filhos) e oito são mulheres (7 têm um filho e 1 tem dois). É importante também destacar a gravidez, ocorrida entre 15 e 18 anos de idade, em 5 das 8 mulheres que são mães. Fato semelhante ocorre com o único homem entre estes jovens que tem filhos, já que se torna pai aos dezoito anos de idade.

I – Quanto à **escolaridade dos pais** destes egressos, percebemos situações distintas, contudo destacamos que mais de 50% destes, cursaram apenas as séries iniciais do ensino fundamental⁸⁹.

J – **Todos são filhos de trabalhadores**⁹⁰.

K – Quanto ao **ingresso no ensino médio em rede pública ou privada**, verificamos que um destes egressos inicia tal escolaridade na rede privada e em seguida retorna para a pública. Todos os demais que ingressam em tal escolaridade (ensino regular ou profissionalizante) o fazem na rede pública.

L – Destes 27 jovens egressos da EBJVP (1991-2003), catorze realizam pelo menos uma vez, concurso **vestibular**. Apenas um destes, após reprovar na primeira tentativa na rede pública, opta pela rede privada e precisa ampliar sua jornada de trabalho para custear os estudos. Os demais⁹¹ só realizam tal exame em universidades públicas⁹².

⁸⁹ Maiores detalhes em relação à escolaridade dos pais serão abordados posteriormente.

⁹⁰ Posteriormente apresentaremos as ocupações dos pais.

⁹¹ Não consideraremos aqui, aprovação ou reprovação em tais concursos, pois trataremos deste tema posteriormente.

⁹² Voltaremos a abordar estes dados com maior profundidade, ao tratarmos do alongamento da escolarização.

Nossa intenção ao realizar esta síntese com algumas das características gerais observadas entre os jovens que pesquisamos, é evidenciar que, embora originários de uma mesma escola pública, ou seja, mesmo possuindo um ponto de partida em comum, apresentam trajetórias diferenciadas em vários aspectos, incluindo a escolarização e a ocupação.

Algumas das características que acabamos de descrever, tais como, estado civil, número de filhos e a permanência na casa dos pais são enfocadas de uma maneira particular por Martins (2000)⁹³.

De acordo com a autora, diante da complexidade e ambivalência que caracteriza a transição da “juventude” para a vida adulta, um fato que tem chamado a atenção de muitos cientistas sociais é o considerado “prolongamento da juventude”⁹⁴.

Conforme afirma, trata-se de um entendimento que pressupõe a adoção, pelos jovens, de estratégias para adiar a entrada na vida adulta. Está aí a origem de um conceito que tem sido incorporado por alguns sociólogos brasileiros: “jovens adultos”⁹⁵.

Constatamos em nossa pesquisa⁹⁶ que realmente existe este “prolongamento da juventude”, perceptível principalmente pela permanência na casa dos pais - por dependerem

⁹³ A autora analisa as trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos (no município de Osasco – SP).

⁹⁴ Chiesi e Martinelli (1997) enfatizam que, nos últimos 25 anos, e não só na Itália, os jovens tendem a adiar cada uma das cinco passagens essenciais à transição para a vida adulta: conclusão dos estudos, novo endereço residencial, união do casal, inserção no mundo de trabalho e paternidade-maternidade. Na opinião dos autores, pelo menos duas dessas passagens são influenciadas pela conjuntura econômica: residência e entrada no mundo do trabalho.

⁹⁵ Neste sentido, a autora cita : Walther, A et al. *New trajectories of Young adults in Europe*. A research outline. Intercultural reconstrucion. Circle for Youth. Reserch Cooperation in Europe.1999.

⁹⁶ Como já evidenciamos, não é nosso propósito nesta pesquisa, discutir amplamente questões relativas especificamente à categoria juventude. Contudo, esta abordagem, embora de maneira superficial, neste momento, é necessária. Chiesi e Martinelli (1997) ao analisarem uma pesquisa sobre a condição juvenil, na Itália, destacam o prolongamento da idade juvenil, como a primeira tendência observada. “Os jovens tendem a deixar a família mais tarde e igualmente adiam a idade do casamento e do nascimento dos filhos” (p. 110).

parcialmente deles - de grande número de solteiros no grupo (principalmente homens), e pelo reduzido número de filhos.

Martins (2000) conclui que essa situação não decorre de estratégias definidas para adiar a entrada na vida adulta, mas “de causas estruturais que dificultam a passagem de uma situação estável de emprego e obtenção da segurança necessária ao casamento, à paternidade e à maternidade” (p. 26).

Nosso foco de análise nos permite compreender este “prolongamento da juventude” como **estratégia** de sobrevivência, dirigida particularmente para a inserção no emprego.

Reconhecemos a existência dessas causas estruturais apontadas pela autora e sua conclusão, porém, acrescentamos que, se as estratégias são construídas de forma dialética, precisamos perceber todos os lados da situação. Possivelmente algumas das características consideradas “de jovem” facilitem a inserção ocupacional⁹⁷. Trata-se de um processo, por exemplo, minha condição de estar empregado ou não, interfere na minha “decisão” de ter filhos ou não e vice-versa.

Além disso, no momento em que existe força de trabalho “sobrando”, diz a mídia, “é indispensável planejar tudo o que for possível”:

Um número crescente de brasileiros está despertando para uma necessidade, neste início de século. Os desafios do mercado de trabalho e a insegurança em relação ao futuro tornaram indispensável planejar tudo o que for possível. A começar pelo tamanho da família que se vai construir [...] Quanto menos a brasileira estuda, mais filhos ela tem. Dados do IBGE mostram que as mulheres que estudaram mais de 11 anos dificilmente chegam aos dois filhos. As que freqüentaram muito pouco a escola passam dos quatro filhos. Levar a informação para todos é um dos desafios dos programas de planejamento familiar.[...] Evitar que a família comece antes da hora e sem estrutura. Para isso foi criado o Centro de Saúde Sexual e Reprodutiva na periferia de São Paulo. Lugar para acolher,

⁹⁷ Padoim (2000) que investiga a inserção ocupacional a partir de um estudo comparativo entre agências de emprego em Florianópolis e analisa as variáveis na aprovação ou reprovação dos candidatos ao emprego, destaca, em relação às restrições (pré-condições impostas pelos empregadores), que as mais solicitadas são: boa aparência, morar perto, ter carro, ter referências e **não ter filhos**.

discutir e dar diretamente aos adolescentes anticoncepcionais e até a pílula do dia seguinte, usada depois do sexo desprotegido com risco de gravidez. (Jornal Nacional / Rede Globo de Televisão / 22.01.2004)

O planejamento familiar, como **estratégia**, também é identificado em nossa pesquisa.

Por outro lado, observamos em alguns casos uma situação distinta. Algumas mulheres do grupo engravidam e casam muito cedo⁹⁸. Em três trajetórias, as mulheres casam e em seguida passam a trabalhar como autônomas ou por conta própria com seus maridos.

Consideramos, nestes casos, procedimentos distintos, porém, inclusos na mesma estratégia. É importante perceber que o grupo não é homogêneo em relação às táticas utilizadas e que estas vão sendo construídas de acordo com a realidade de cada um.

Em relação ao conceito de “jovens adultos”, conforme enfatiza Martins (2000), só podemos pensar os jovens da classe trabalhadora⁹⁹ como adultos, na medida em que nos referimos a sujeitos que, desde muito cedo, enfrentam uma realidade de “adultos” e assumem responsabilidades de trabalho antes de estarem preparados, num mundo marcado pela precariedade, pela dúvida, pela ansiedade e pelo medo.

⁹⁸ Haguette (1982) constatou, no grupo por ela analisado, que aqueles que deixam a família para casar, diminuem o número de componentes da família de origem, e que isso revela-se como estratégia de sobrevivência.

⁹⁹ Utilizamos a reflexão da autora, embora ela particularize seu objeto, ou seja, se remete aos jovens metalúrgicos que investiga.

2.5. Alguns momentos em imagens

Apresentaremos, a seguir, momentos das trajetórias de vida e trabalho do grupo pesquisado.

A –As formaturas no Ensino Fundamental.



Figura 2 – Formatura da turma 1991



Figura 3 – Formatura da turma 1992

B – Sobrevivendo no mundo do trabalho

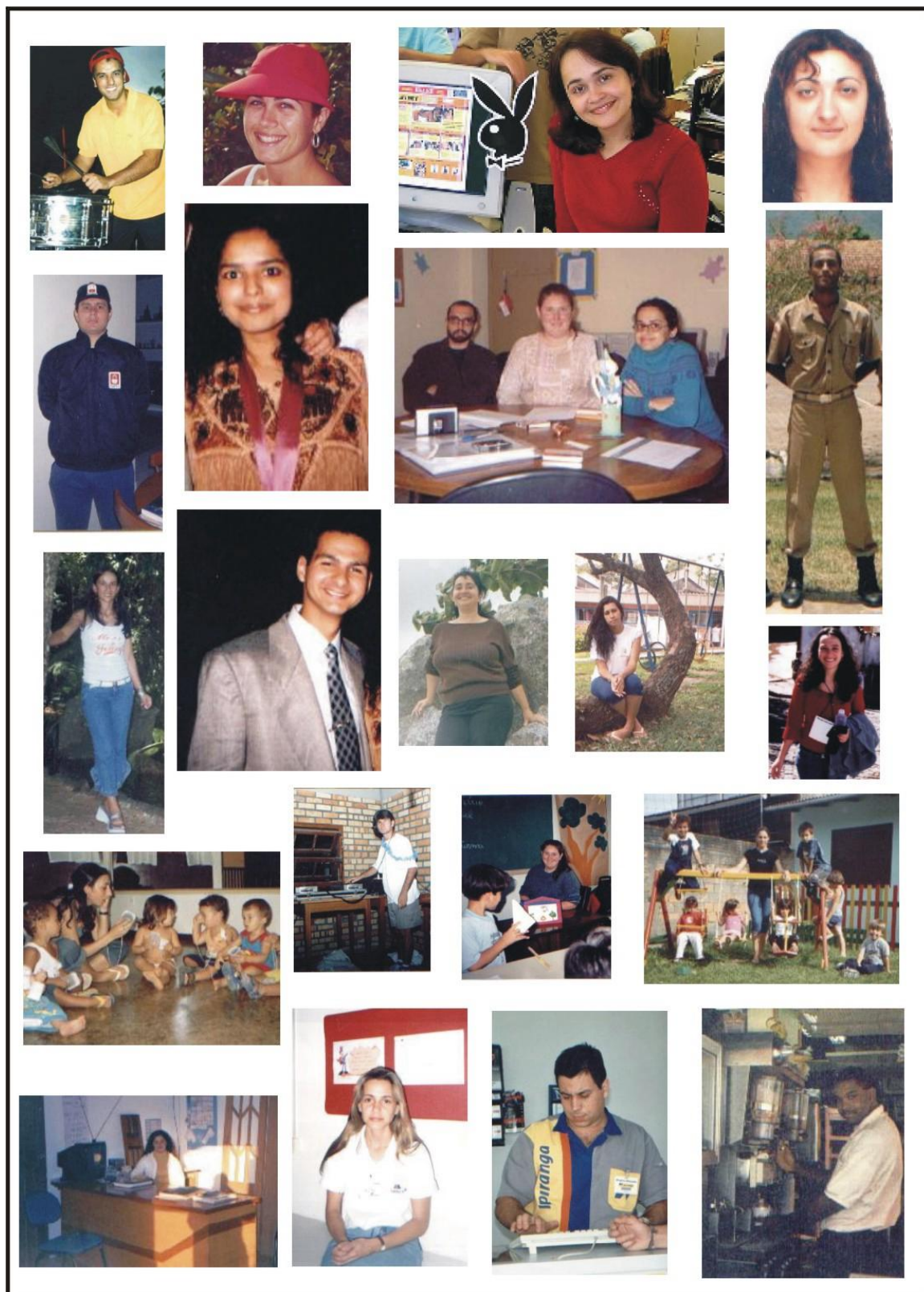


Figura 4 – Imagens atuais dos egressos da EBJVP (1991 – 2003)

3. O ALONGAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO

Neste e no próximo capítulo analisaremos “os itinerários visíveis, os cursos e orientações que as vidas dos indivíduos tomam no campo do trabalho, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo” (GUZMAN; MAURO; ARAÚJO, 2000, p.12), a partir de egressos do ensino fundamental da EB José do Valle Pereira (período: 1991-2003).

As narrativas de nossos entrevistados, ou seja, as versões dos próprios protagonistas dessas histórias de luta pela vida são tomadas como ponto de inflexão de nossa abordagem. Assim, as trajetórias são compreendidas como percursos particulares de vida, processos permeados por ações, pensamentos e sentimentos dos atores, no interior de determinadas relações sociais.

Neste sentido, tivemos “acesso à heterogeneidade dos percursos, muitos dos quais se perdem para bases de dados estatísticos, quando estes desaparecem no universo da informalidade e de outras opções não passíveis de registro pelas mesmas bases” (GOMES, 2002, p.131).

Abordaremos neste capítulo, o alongamento da escolaridade, considerando que, assim como o trabalho, a educação é um elemento fundamental da condição humana. Portanto, é necessário esclarecer que nos delimitamos - em termos de campo de análise - à questão da escolarização, não pretendendo, desta forma, reduzir a educação a ela.

Assim como o trabalho, a escola tem uma história. Ainda que compreendamos suas possibilidades referentes a todas as dimensões da vida humana e não unidimensionalmente ao

mercado, precisamos considerar os valores socialmente atribuídos a ela, como local privilegiado de preparação para o trabalho.

Nesta perspectiva, a escola deve formar os futuros trabalhadores para toda sua vida ativa, ou seja, para o emprego e o desemprego.

Hoje temos uma sociedade mais escolarizada. Contudo, este processo acontece paralelamente à destruição de postos de trabalho e à precarização e degradação do trabalho assalariado, vinculado à abolição dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Neste contexto, a escolarização acaba gerando expectativas que a realidade não satisfaz. As promessas de melhores empregos, mobilidade e ascensão social por essa via estão colocadas em xeque. Eis a grande contradição em que vive a escola!

Entre os jovens que pesquisamos, observamos que o desejo de dar continuidade à escolarização ou de retornar a esta, e o sonho de realizar um curso universitário estão presentes na maioria dos depoimentos. Percebemos que, algumas vezes, este desejo aparece como frustração, culpa, arrependimento, sentimento de inferioridade e até mesmo como “falta de desejo”.

Contudo, poucas vezes nas falas dos entrevistados, a escolarização esteve associada ao que foi considerado sucesso, ou seja, observamos que há incertezas e falta de credibilidade no sistema de ensino e no significado de um diploma.

Bourdieu (2002), enfocando o tema “Uma geração enganada”, afirma que a defasagem entre as aspirações e as oportunidades, produzidas aparentemente pelo sistema de ensino, engendra um desencantamento e reveste-se de formas diferentes, do ponto de vista subjetivo e objetivo, segundo as classes sociais.

Essa “defasagem” a que o autor se refere, repercute na vida dos jovens, social e culturalmente, levando-os a colocar em xeque a “lógica da instituição escolar” (p. 163).

Consideramos que, embora este tipo de análise possa nos levar a distintas interpretações, entre estas a de que o sistema de ensino deva ser avaliado numa relação custo-benefício¹⁰⁰, que não é nosso objetivo, é importante que se busque compreendê-las, pois tudo indica que é fundamentalmente pelo “valor de mercado” que o diploma escolar costuma ser reconhecido.

Em nossa pesquisa, percebemos que, independentemente da situação escolar do entrevistado (em relação ao alongamento da escolarização ou não), o sistema de ensino, quando relacionado à profissão ou à oportunidade de emprego, passa por um momento de redefinição de valores. Ou seja, o título escolar é visto como necessário para que o sujeito seja reconhecido social e profissionalmente, porém não garante a sobrevivência de seu portador, já que não garante emprego.

Porém, não é apenas essa redefinição de valores que faz com que alguns prossigam a escolarização enquanto outros a interrompem.

Os egressos que não deram continuidade aos estudos após o ensino fundamental (5) e médio (14) definem como causas de tal “decisão”: impossibilidade de conciliar trabalho e estudo,

¹⁰⁰ Neste sentido, destacamos o seguinte diálogo realizado durante a entrevista coletiva com os egressos da EBJVP (1991-2003) que alongaram a escolarização:

Márcio: “Uma coisa que me deixa profundamente irritado é essa visão que as pessoas tem sobre o conhecimento como trampolim para o mercado de trabalho, não é dessa visão que eu compartilho, eu moro agora numa localidade onde as pessoas dificilmente têm o segundo grau completo e esse é o sentimento deles. Quando elas sabem que eu estou fazendo o mestrado, a pergunta que me fazem é: O que é que tu vais fazer com isso? Quanto a mais tu vai ganhar por causa disso? A noção do conhecimento como gozo, como satisfação pessoal, eu acredito que desapareceu totalmente hoje em dia. Quando a gente vê os “terceirões”, os cursinhos pré-vestibulares para compensarem o que o segundo grau não deu, a gente tem isso bem claro, o conhecimento é só a arma que tu tens para o mercado de trabalho”.

Gláucia: “Bom, mas, essa coisa do conhecimento para satisfação pessoal só foi possível em um determinado tempo e para uma parcela bem pequena da população, se a gente tivesse vivido naquele tempo, também certamente não seríamos nós que teríamos tido acesso. Eu acredito que quando se democratizou o ensino, acabou com toda a possibilidade do conhecimento servir de gozo pessoal mesmo.”

vestibular, casamento, maternidade. Destas, as duas primeiras são as mais enfatizadas nos depoimentos.

3.1. A conciliação entre trabalho e estudo, uma estratégia carregada de dificuldades

Segundo Pochmann (2000), no Brasil do século XX, os jovens com idade entre 15 e 24 anos passam por três movimentos distintos na relação entre atividade e inatividade.

- De 1900 até a década de 1930, a sociedade brasileira, com forte herança escravista e com uma produção ligada predominantemente à agropecuária, absorvia o tempo do jovem em longas jornadas de trabalho diárias (14 a 16 horas).
- Entre as décadas de 1930¹⁰¹ e 1970, a situação se transforma. A taxa de inatividade cresce 18.5% entre 1940 e 1970, e a atividade cai 19.1%. Neste período o país passa por uma fase de industrialização, com geração de empregos expansão de escolas (públicas e privadas). Ainda que de maneira desigual, supõe-se que as famílias conseguiam financiar o tempo livre dos jovens e facilitar seu acesso à educação.
- A partir da década de 1970, a situação começa a mudar novamente. Entre 1980 e 1998, a taxa de inatividade juvenil cai 32%, e a de atividade cresce 39.9%. A expansão da taxa de atividade indica, por um lado, pressão constante e adicional de oferta de força de trabalho no mercado, provavelmente devido à piora nas condições de vida das famílias diante das altas taxas de desemprego e precarização do trabalho e, por outro, que o jovem tenha mais necessidade de contribuir na renda familiar.

¹⁰¹ Em 1930 é criado o Ministério do Trabalho.

Esta abordagem nos leva a refletir sobre a relação que existe entre condição juvenil, tempo livre (e condições para usufruí-lo) e escolarização. Começamos por esclarecer que quem não compõe a população economicamente ativa (PEA) é inativo, e tempo livre é a jornada não utilizada no trabalho. Então, em tese, o estudante é inativo, portanto dispõe de tempo livre para estudar e utilizá-lo como desejar.

Entretanto, o atual padrão de acumulação de capital, que começa a se configurar no início dos anos 70 do século 20, herda do padrão taylorista-fordista a necessidade do duplo controle do processo de trabalho e da vida do trabalhador. Além disso, tudo indica que o controle da vida do trabalhador tenha se tornado determinante em relação ao controle do processo de trabalho, devido à própria dinâmica, ao movimento mesmo do capital (TUMOLO, 2000).

Nessa linha de entendimento, também pela própria lógica de seu desenvolvimento, o capital vem se ampliando e, conforme Tumolo (2000), penetrando e dominando praticamente todas as atividades humanas, a produção social da vida e a redução generalizada do preço da força de trabalho, combinada com um imenso contingente supérfluo de trabalhadores.

Segundo o autor, o capital tem, assim, o controle sobre a vida dos trabalhadores, de uma maneira que a subsunção real do trabalho e a subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital, na contemporaneidade, transformam-se em subsunção real da vida social ao capital.

Com a penetração do capital em praticamente todos os setores e atividades (saúde, transporte, entretenimentos, esporte etc.), não é difícil perceber que possuir tempo livre não significa pleno aproveitamento dele por todos, pois são necessárias condições econômicas para desfrutá-lo. Assim, compreendemos porque os jovens precisam buscar a inserção ocupacional paralelamente aos estudos.

Contudo, esta afirmação nos leva a uma outra reflexão. No capítulo 1, afirmamos que, de acordo com Marx (1983), o valor da força de trabalho, assim como o de toda outra

mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, também reprodução desse “artigo específico”.

Assim, do ponto de vista do capital, o valor da força de trabalho corresponde aos meios de subsistência necessários para a produção e reprodução normais da vida do trabalhador e de sua família em sua totalidade, o que inclui alimentação, saúde, moradia, lazer etc (TUMOLO, 2000).

Então, por que os jovens precisam trabalhar tão cedo? Mais especificamente, por que alguns egressos da EBJVP (1991-2003) que são filhos de trabalhadores precisam trabalhar desde cedo?

A história nos indica uma resposta, ou seja, após determinar a transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, o próximo passo deste modo de produção é diminuir o valor das mercadorias, incluindo a força de trabalho. Este objetivo é alcançado com mudanças nos processos de trabalho, desencadeadas fundamentalmente pela introdução da maquinaria e pela organização industrial.

Essas medidas favorecem a utilização de trabalho feminino e infantil, pois facilitam os procedimentos de trabalho e contribuem para reduzir o valor unitário da força de trabalho.

Tumolo (2000) enfatiza que é preciso considerar, neste contexto, que quando vários membros da família tornam-se vendedores da força de trabalho cujo valor absoluto tende a aumentar, pois a família necessitará de uma quantidade maior de meios de subsistência. Contudo, com a divisão entre os membros da família, o efeito é a diminuição do valor relativo (individual) da força de trabalho.

Paralelamente, as mudanças nos processos de trabalho e a concorrência entre os capitalistas favorecem a redução do valor das mercadorias, atingindo as cadeias produtivas dos meios de subsistência, o que também resulta na diminuição da força de trabalho.

Estão criadas, assim, as condições para a redução do valor da força de trabalho e para a produção e expropriação da mais-valia relativa, resultando no aumento da composição orgânica do capital e na conseqüente diminuição do preço da força de trabalho, que, em parte, se torna invendável.

Para concluir nossa resposta, cabe acrescentar que, mesmo sendo muito jovens, filhos de trabalhadores e estudantes, os egressos aos quais nos referimos, vendem sua força de trabalho num mundo marcado por incertezas, instabilidades e precarização, “simplesmente” por necessidade, seja ela derivada da sobrevivência como ser humano ou do desejo de desfrutar de sua condição juvenil.

Não queremos, todavia, com esta reflexão, desconsiderar que o trabalho de crianças tenha se apresentado com “naturalidade” na história e que este seja uma novidade. Conforme enfatiza Silva (1998) ao analisar as práticas e representações em torno das relações entre a casa e a rua, junto a crianças de camadas populares¹⁰², “o trabalho na infância não é mesmo uma novidade, porém, o que é recente é o aspecto de ilegalidade e imoralidade que vem sendo a ele atribuído” (p. 88).

A afirmação da autora deriva das análises de Ariés (1981)¹⁰³ sobre a situação em que os ingleses, no século XV, colocavam seus filhos de sete a nove anos na casa de outras pessoas para executarem o “serviço pesado” e de que, no Brasil, a proibição do trabalho infantil aparece pela primeira vez na legislação de 1927 (Código de Menores). Mas a partir do momento que tal proibição sai do Código de Menores e passa para a Consolidação das Leis do Trabalho,

¹⁰² Pesquisa realizada em Florianópolis (1998).

¹⁰³ ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara. 1981.

desprotege o trabalho infantil, pois proíbe o trabalho para menores de 14 anos e ressalva: *salvo na condição de aprendiz*.

Tal proibição então, torna-se justificativa para o não reconhecimento da “força de trabalho infantil” como mercadoria, portanto, sua troca no mercado é camuflada por ser ilegal, o que permite ao empregador explorá-la sem garantir-lhe direitos trabalhistas.

Para melhor identificar a situação do estudante na sua inserção no sistema escolar, paralelamente ou não à inserção ocupacional, Romanelli (2000) faz a seguinte distinção¹⁰⁴:

- Estudante em tempo integral – estudante totalmente mantido pela família, sem participação no mercado de trabalho, podendo dedicar-se integralmente aos estudos.
- Estudante-trabalhador – estudante que trabalha, mas continua sendo parcialmente mantido pela família (moradia, alimentação, etc)
- Trabalhador-estudante – trabalhador que estuda, considerando que sua família não tem recursos financeiros para contribuir com sua manutenção.

Verificamos que a situação de estudante-trabalhador é uma característica predominante no grupo pesquisado e que esta se evidencia desde o ensino fundamental em 9 casos e, desde o ensino médio, em 10. Em 6 casos, os egressos só estudam e trabalham paralelamente no ensino superior, contudo, permanecem sendo parcialmente mantidos pela família. Esses dados são apresentados na tabela 5, a seguir.

¹⁰⁴ O autor enfatiza que, neste sentido, toma como referência os trabalhos de: FORACCHI (1965) O estudante e a transformação na sociedade brasileira. S. Paulo, Nacional e SPÓSITO (1989) O trabalhador-estudante. Um perfil do aluno do curso superior noturno. S. Paulo, Loyola.

Tabela 5 - Egressos da EBJVP (1991-2003) quanto ao nível de ensino em que ocorre a inserção ocupacional, por sexo.

Egressos	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Homens	4	5	2
Mulheres	5	5	4
Total	9	10	6

Fonte: pesquisa de campo

Apenas dois egressos não estudaram e trabalharam paralelamente, destes, um concluiu o ensino médio e um está cursando tal ensino.

As entrevistas com o grupo denunciam a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo. Destacamos as seguintes:

Eu adorava o IEE, mas fui jubilado porque reprovei dois anos e não podia reprovar dois anos. Então parei de estudar, não concluí o segundo grau e também não voltei mais. Isso aconteceu porque eu trabalhava e estudava o tempo todo, no emprego não tinha horário fixo, estava sempre mudando de função e de horário. (Célio)

Trabalhava e estudava, não me pergunta como é que eu dormia porque eu não consigo nem me lembrar como é que eu fazia. Só lembro que aos domingos eu dormia das seis da manhã até às seis da tarde. (Anderson)

As trajetórias escolares também identificam essas dificuldades:

- Dos nove egressos que têm a inserção ocupacional no ensino fundamental, verificamos que quatro não concluem o ensino médio e três só conseguem concluir tal escolaridade em ensino supletivo. Apenas um está cursando o ensino superior.

- Dos dez egressos que tem a inserção ocupacional no ensino médio, verificamos que sete prestam concurso vestibular, mas apenas um conclui o curso superior.
- Dos seis egressos que tem a inserção ocupacional durante o ensino superior, dois estão cursando mestrado.

Tudo indica que a necessidade de trabalhar e estudar paralelamente dificulta o alongamento da escolarização, e que a “opção” entre parar de estudar ou de trabalhar raramente existe. Entretanto, em várias entrevistas a menção ao trabalho, mais especificamente, à inserção ocupacional é carregada de satisfação, portanto, conclui-se que existem outros elementos nesta relação, ou seja, as experiências escolares anteriores, a natureza do trabalho, as condições de trabalho etc.

3.2. O ensino médio – diferentes caminhos

Quanto à trajetória escolar no ensino médio, verificamos situações distintas entre os jovens que pesquisamos: dois não ingressam em tal ensino, dois ingressam e não concluem e os demais concluem (conforme tabela 6, apresentada a seguir).

Tabela 6 – Escolaridade atual dos egressos da EBJVP, quanto ao ensino médio (EM), por sexo¹⁰⁵

Egressos	Não ingressam no EM	Ingressam e não concluem o EM	Ingressam e concluem o EM		
			Tipos de ensino regular	supletivo	técnico
Homens	-	2	3	3	4
Mulheres	2	-	8	2	4
Total	2	2	11	5	8

Fonte: pesquisa de campo

Um número bastante expressivo destes egressos, cerca de 30%, ingressa e conclui o ensino médio em cursos técnicos. Tudo indica que esta **estratégia** tenha facilitado a inserção ocupacional, contudo, parece que o mesmo não acontece em relação ao ingresso no ensino superior: “A ETEFESC abriu as portas para o emprego, mas faltou embasamento para o vestibular. Lamento por isso”. (Deivson)

O debate sobre a formação profissional no Brasil sempre foi intenso entre os educadores. Não temos o propósito de resgatá-lo neste momento. Contudo, para que possamos compreender sua relevância na trajetória ocupacional destes egressos, é fundamental perceber “que os modelos pedagógicos se constituem historicamente a partir de mudanças que ocorrem no mundo de trabalho e das relações sociais” (KUENZER, 1999, p.121).

¹⁰⁵ Destes, um homem e uma mulher concluem o ensino médio no ensino regular e no ensino técnico profissionalizante

Neste sentido, é necessário perceber as relações que ocorrem entre trabalho e educação, referentes ao período em que esses egressos se formam, e como estas se constituem historicamente.

Segundo Kuenzer (1999), a formação profissional inicia-se no Brasil como responsabilidade do Estado, em 1909, quando começa a existir uma nítida demarcação da trajetória educacional entre os que desempenhariam as funções intelectuais ou instrumentais (“dualidade estrutural”), ou seja, de um lado, as tarefas de planejamento e supervisão e, de outro, as de execução.

Ainda segundo a autora, há reformas na formação profissional em 1942 e 1961¹⁰⁶ “determinadas pelo crescente desenvolvimento industrial decorrente do modelo de substituição de importações”. E, em 1971¹⁰⁷, “a reforma do governo militar propôs ajustes à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro” (p. 125).

No período subsequente, em que este grupo de egressos se forma, continuamos a ter uma pedagogia que tem como finalidade atender as demandas da divisão social e técnica do trabalho. Nos cursos de formação profissional, o aprendizado é dirigido às demandas de um processo produtivo parcelado, com tecnologia de base rígida, relativamente estável.

¹⁰⁶ Segundo Kuenzer (1999), em 1942, a Reforma Capanema, torna legítima a existência de dois caminhos distintos a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica, uns, serão preparados pela escola para serem dirigentes, outros, em cursos de formação profissional (públicos ou privados) para o mundo do trabalho. Neste período são criados: o Senai (1942), o Senac (1946) e as escolas técnicas (1942). Em 1961, a Lei 4024/61 estabelece a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos para fins de prosseguimento dos estudos e não supera a dualidade estrutural.

¹⁰⁷ Segundo Kuenzer (1999), em 1971, a Lei 5692/71 pretendia substituir a equivalência pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no ensino médio, o que faria com que todos tivessem uma única trajetória. Todavia, mesmo antes de ser implantada, tal proposta é modificada pelo Parecer 76/75, que restabelece a modalidade de educação geral e que, posteriormente será consagrada pela Lei 7044/82. Assim, retornava-se ao modelo anterior a 1971, escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores, porém, manteve-se a equivalência.

Embora nesse período a formação profissional de nível técnico esteja integrada à educação geral e com equivalência, visando à continuidade dos estudos, a maior parte dos egressos da EBJVP (1991-2003) que optam por este tipo de formação, não conseguem ingressar no ensino superior¹⁰⁸.

Destacamos também que, cinco egressos concluem o ensino médio em cursos supletivos. Esta foi a **estratégia** que permitiu a esse jovens obterem um diploma em um período menor de tempo, pois todos trabalham quando ingressam em tais cursos. Apenas um realiza concurso vestibular para ingressar no ensino superior, mas não consegue aprovação.

3.3. O vestibular, ou melhor, o “abismo”.

Na tabela 7, apresentamos os dados relacionados às tentativas de ingresso no ensino superior por meio de exame vestibular (sem considerar o número de tentativas) e as trajetórias dos egressos da EBJVP (1991-2003) no ensino superior. Destacamos que todas as tentativas a que nos referimos, são feitas em universidades públicas¹⁰⁹, exceto em uma das trajetórias analisadas, em que após reprovação (na primeira tentativa para uma universidade pública), o egresso amplia sua jornada de trabalho para pagar uma universidade particular.

¹⁰⁸ Salientamos que com a Lei 9394/96 e com o Decreto 2208/97, ocorrem novas mudanças no ensino médio, das quais, destacamos somente o fato de que ela trouxe de volta ao cenário da educação brasileira a dualidade estrutural sem equivalência, segundo Kuenzer (1999), retorna-se à reforma Capanema.

¹⁰⁹ Conforme citamos anteriormente.

Tabela 7 - Egressos da EBJVP (1991-2003) quanto à realização de vestibular e trajetória escolar no ensino superior, por sexo¹¹⁰

Egressos	Não realizou vestibular	Realizou vestibular	Cursando o ensino superior	Concluiu o ensino superior	Cursando Pós-Graduação (mestrado)
Homens ¹¹¹	2	6	1	1	1
Mulheres	4	9	1	5	1
Total	6	15	2	6	2

Fonte: pesquisa de campo

Nenhum egresso da EBJVP (1991-2003) é aprovado na opção principal do primeiro vestibular e apenas um consegue aprovação na segunda opção. Quanto às demais tentativas, observamos particularidades diversas: desistências, mudanças de opção, novas reprovações e algumas aprovações. Além disso, alguns não lembram quantas vezes prestaram tal exame.

Dos 10 egressos que ingressam no nível superior, 2 estão cursando (Administração e Pedagogia), 6 estão formados (Pedagogia, História, Letras, Economia, Biblioteconomia e Jornalismo) e 2 destes estão cursando mestrado (História e Literatura).

Uma das entrevistadas diz que o vestibular “é uma barreira social” (Gláucia). Em outro depoimento, percebemos o sentimento de quem ultrapassou essa barreira: “Me senti do outro lado do abismo!” (Graziela)

Consideramos importante relacionar estes dados que apresentamos sobre os egressos da EBJVP com os da Tabela 8, construída segundo dados divulgados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresentada a seguir.

¹¹⁰ Levantamento feito a partir dos egressos que concluem o ensino médio.

¹¹¹ Não temos esses dados com relação a 1 homem do grupo pesquisado.

Tabela 8 - Vestibular da UFSC - Distribuição dos candidatos inscritos, vagas oferecidas e relação candidato/vaga, no período 1991-2003

Ano do vestibular	Total de candidatos inscritos	Vagas oferecidas	Relação candidato/vaga (média geral)
1991	19.722	3.069	6,43
1992	17.172	3.182	5,40
1993	16.959	3.182	5,32
1994	21.955	3.258	6,73
1995	22.030	3.258	6,80
1996	21.780	3.168	6,87
1997	25.208	3.203	7,87
1998	27.333	3.351	8,16
1999	29.977	3.671	8,17
2000	31.314	3.802	8,24
2001	35.278	3.802	9,27
2002	38.323	3.842	9,97
2003	41307	3880	10,40

Fonte: Comissão Permanente do Vestibular – UFSC

Percebemos que no período 1991-2003, o acréscimo do número de vagas foi de 811, enquanto no número de inscritos foi de 21585. Evidentemente, outros fatores contribuem para que o vestibular seja considerado uma “barreira” ou um “abismo”, talvez até bem mais preocupantes, porém é importante que se perceba a situação no que diz respeito à relação candidato/vaga.

Nesse sentido, destacamos o investimento maior do Estado no ensino fundamental no que diz respeito ao acréscimo do número de vagas, o que leva a concluir uma maior rentabilidade em relação a outros níveis de ensino (PAIVA, 1998), além do acentuado investimento da empresa privada no ensino superior.

3.4. A realização de cursos extra-escolares ou de formação profissional

Verificamos a realização de cursos extra-escolares ou de formação profissional pela maioria dos egressos da EBJVP (1991-2003), como **estratégia** de inserção / manutenção de emprego.

Algumas vezes os cursos são oferecidos pela própria empresa em que trabalham (Anderson, Célio, Alexsander), em outras, são realizados por iniciativa própria. Dentre os mais citados nos depoimentos destacamos: básico de informática, datilografia, idioma (inglês), auxiliar técnico em enfermagem, desenho arquitetônico, vigilante, pré-vestibulares, liderança no trabalho, música, empreendedorismo.

Na maioria das vezes, percebemos a satisfação dos entrevistados quanto aos cursos realizados e, em todas, a relação direta entre a busca por estes e a inserção ocupacional.

Destacamos um caso, em particular, em que o egresso, levado pelo estresse, pede demissão - ciente de que tem direito ao seguro-desemprego - para poder durante esse período, realizar um curso de formação e dispor de tempo para procurar outro emprego.

Pelo exposto, concluímos que o seguro-desemprego é uma **estratégia** adotada na inserção / re-inserção ocupacional

3.5. A relação alongamento da escolarização – estratégia de inserção ocupacional

O alongamento da escolarização tanto pode representar uma **estratégia** adotada para inserção no emprego, de acordo com a maioria dos depoimentos, como também uma maneira de

adiar o enfrentamento em relação ao mercado de trabalho¹¹². Além disso, em ambos os casos, configuram estratégias carregadas de contradições. Neste sentido, destacamos os seguintes depoimentos:

Eu acredito que essa questão é uma faca de dois gumes, tu alongas tua escolarização para conseguir alguma coisa no mercado de trabalho, mas algumas pessoas são obrigadas a desistir da sua escolarização por causa do mercado de trabalho. Eu acredito que as pessoas só param de estudar porque tem que trabalhar. Ao mesmo tempo, tu procuras estudar mais para depois ter um espaço no mercado de trabalho...e se ferra porque o que está acontecendo é isso, eu me qualifiquei, eu estou dentro da minha área, e a coisa está super difícil! [...] Eu já pensei que, se eu quiser, eu posso ficar vivendo de bolsa por muito tempo... agora já consigo brincar com isso, mas até bem pouco tempo atrás, nem brincaria com essa questão. (Gláucia/mestranda UFSC)

Em muitos casos, é claro, o mestrado é uma estratégia que adia a hora do enfrentamento. [...] Eu fiz um concurso público do Estado para um cargo de nível médio, auxiliar administrativo, eu passei e estou esperando ser chamado. Se eu for chamado até o final do mestrado, felicidade total, termino o meu mestrado e vou para esse emprego. Mas se isso não acontecer, eu vou entrar no doutorado, justamente para continuar mais quatro anos, porque a hora desse enfrentamento através do estudo e da formação que eu tive, me parece impossível...a sensação é de que o êxito profissional e financeiro nunca vai acontecer. (Márcio/mestrando UFSC)

Destacamos que os dois egressos da EBJVP (1991-2003), que mais alongaram a escolarização, estão cursando pós-graduação (mestrado), estão desempregados.¹¹³ Entre os formados no ensino superior (4), dois estão na mesma situação.

Verificamos empiricamente que o diploma não garante emprego, contudo, a busca de ascensão social via escolarização persiste:

Em nenhum momento eu optei pelo curso de Letras para ser professor, pensei só na minha satisfação pessoal e depois quebrei a cara por isso [...] A Literatura acaba sendo um gozo para si próprio, parece uma instituição fantasma na sociedade [...], de certa forma isso é valorizado, mas esse saber não tem um efeito social imediato, ou pelo menos muito visível [...]Hoje em dia eu queria um emprego de funcionário público, de atendente de qualquer coisa, uma função de seis horas por dia para que eu pudesse estudar. (Márcio)

Eu pensava em ser jornalista ou psicóloga, já que gostava de ler. Todo mundo quer ser mais do que seus pais. Meu pai era funcionário público, super inteligente, que só fez até o segundo grau porque foi realmente obrigado a parar de estudar para trabalhar. Uma pena mesmo. Minha mãe era telefonista e só tinha feito até a quarta série. (Grasiela)

¹¹² Nos casos em que o aluno recebe bolsa de estudo.

¹¹³ Recebem bolsa de estudo, mas exercem procura de emprego, portanto, são desempregados.

Estes depoimentos refletem o desejo dos jovens de ampliarem seus universos culturais, via escolarização, todavia - ao mesmo tempo em que procuram superar as condições dos pais, de classe trabalhadora - sua condição de classe impõe que eles trabalhem.

Em alguns depoimentos e em conversas com os pais, observamos que a maioria das pessoas não sabe o que significa um mestrado, porém, exaltam e fazem questão de informar os nomes dos “vitoriosos¹¹⁴”.

Portanto, embora de maneira controversa, a escolarização continua sendo valorizada. Além disso, a escolarização pode não assegurar empregos, mas é “essencial para que o indivíduo encontre nichos nos quais possa ganhar a vida, para que eventualmente entre no mercado formal de emprego, combine atividades formais e informais ou, ainda, parta para o pequeno empreendimento ou se refugie exclusivamente na informalidade” (PAIVA, 1998, p.11).

3.6. A relação família-escola

“A família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado” (ZAGO, 2000, p.21).

A autora também destaca o papel do aluno como parte ativa do seu próprio percurso escolar e das relações que estabelece com outras instâncias de socialização.

Estes aspectos aparecem de maneira enfática nos depoimentos dos jovens entrevistados. Suas famílias são modestas quanto às condições materiais, existindo variações,

¹¹⁴ Destacamos também, que o “êxito” ou as aprovações durante os percursos escolares são fatores que favorecem o prolongamento dos estudos, manifestam-se como alavancas que impulsionam as trajetórias.

evidentemente. A instabilidade e a precariedade nas condições de vida, a mobilidade voltada para a sobrevivência e a convicção de que para isto é necessário trabalhar, justificam os sacrifícios para manter os filhos estudando.

Em todos os depoimentos, as famílias são apontadas como “facilitadoras”, “possibilitadoras” da vida escolar dos filhos. Esta relação acontece de maneiras distintas, ou seja, como cobrança, exigência, participação, incentivo, financiamento ou, até mesmo, como “surra” ou “mesada”. Também percebemos que os egressos, embora reconheçam a importância da família durante todo o processo, enfatizam que, se prosseguem os estudos, é por mérito próprio.

Essa constatação nos leva mais uma vez a perceber que, ideologicamente, os sujeitos são levados a interiorizarem seu destino, sua posição e suas oportunidades sociais como responsabilidades pessoais.

Neste sentido, Enguita (1989), ao analisar “a face oculta da escola” no capitalismo, destaca que esta instituição, por sua inserção social, contribui para que isto aconteça. Ao ignorar as identidades coletivas de crianças e jovens, suas características próprias e sua pertinência a grupos sociais específicos, a escola interpela-os como sujeitos isolados e leva-os a condutas individualistas. Assim, da mesma maneira que atribuem os “sucessos” a seus próprios méritos, também se sentem culpados pelos “fracassos”.

Quanto à escolaridade dos pais destes egressos, observamos que mais de 50% deles, ou seja, 26 cursaram apenas as primeiras séries do ensino fundamental, no máximo até a quarta série; 6 concluíram o ensino fundamental; 11 concluíram o ensino médio; 1 está cursando o

ensino superior, e 1 concluiu o ensino superior¹¹⁵. Os dados acima evocados são apresentados na tabela 9.

Tabela 9 -Escolaridade dos pais dos egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo

EGRESSOS	Grau de escolaridade						
		EFI	EFC	EMI	EM	ESI	ES
HOMENS	Pai	4	3	-	2	-	-
	Mãe	5	1	-	2	-	1
MULHERES	Pai	8	1	-	4	-	-
	Mãe	9	1	-	3	1	-
TOTAL	26	6	-	11	1	1	

Fonte: pesquisa de campo

EFI - Ensino fundamental incompleto

EF - Ensino fundamental completo

EMI - Ensino médio incompleto

EM - Ensino médio completo

ESI - Ensino superior incompleto

ES - Ensino superior completo

A escolaridade atual dos egressos que pesquisamos, apresenta uma diferença significativa em relação à situação de seus pais: 4 têm ensino fundamental, um está cursando o ensino médio, 14 têm ensino médio, 2 estão cursando o ensino superior, 4 tem ensino superior e 2 estão cursando pós-graduação, conforme tabela 10, a seguir.

¹¹⁵ Não conseguimos informações quanto à escolaridade de 9 pais.

Tabela 10 - Escolaridade atual dos Egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo

EGRESSOS	Grau de escolaridade					
	EF	EMI	EM	ESI	ES	PGI
HOMENS	2	-	7	1	-	1
MULHERES	2	1	7	1	4	1
TOTAL	4	1	14	2	4	2

Fonte: pesquisa de campo

EF – egressos que não ingressaram no ensino médio, ou ingressaram e não concluíram o primeiro ano e não retornaram ao sistema escolar

EMI – egresso está cursando o ensino médio

EM – egresso conclui o ensino médio e não prossegue a escolarização

ESI – egresso está cursando o ensino superior

ES - egresso conclui o ensino superior e não prossegue a escolarização

PGI – egresso está cursando pós-graduação (mestrado)

A escolaridade dos jovens egressos da EBJVP (1991-2003) cresceu em relação à de seus pais. Esta constatação nos leva a refletir sobre por que - justamente num momento de crise do capital, quando a necessidade leva todos a buscar emprego sem que este exista para a maioria - a escola se torna tão importante?

Consideramos fundamental refletir sobre o papel que a escola acaba assumindo na atual conjuntura de desemprego. Partindo do pressuposto que o jovem, permanecendo mais tempo na escola (pelo menos alguns), exerce menos pressão sobre o mercado de trabalho, presumimos que a escola contribui para dissimular o desemprego.

Presenciamos uma situação, no mínimo, contraditória. Contudo, a articulação mundo do trabalho e mundo escolar é histórica. Precisamos perceber que a evolução de ambos também se articula, ou seja, a democratização do acesso à escola também contribui para desvalorizar os diplomas, que acabam servindo apenas como critério de seleção do grande exército de trabalhadores que se candidatam a uma vaga no mercado de trabalho.

Assim, temos uma sociedade mais escolarizada e, ao mesmo tempo, mais vulnerabilidade social; eis o grande paradoxo!

4. A BATALHA PELO EMPREGO

Para que possamos compreender a construção de percursos, sejam eles escolares ou ocupacionais, numa perspectiva de processo, precisamos ir além de indicadores oficiais ou resultados do tipo: aprovado, reprovado etc. Contudo, optamos por apresentar algumas tabelas no decorrer das análises, objetivando simplificar a identificação dos aspectos visíveis a que nos referimos ao definir *trajetória*.

Cabe destacar a imensa dificuldade que encontramos ao tentarmos identificar, em forma de tabela, os dados relacionados ao emprego / desemprego ou ocupação. Buscamos auxílio até mesmo nos termos técnicos utilizados pelo IBGE, SINE e DIEESE (principais órgãos que divulgam pesquisas sobre emprego e desemprego no país) e percebemos que as diferenças entre uma definição e outra são quase imperceptíveis na maioria das vezes. Além disso, constatamos, mais uma vez, quanto estas não dão conta de expressar a realidade.

Pochmann (1998) também destaca as dificuldades encontradas nas definições conceituais e medições estatísticas de emprego e desemprego. O autor considera-as inadequadas para dar conta da situação atual e enfatiza que, além disso, “a identificação do que sejam emprego, desemprego e inatividade tornou-se atualmente muito mais complexa, em especial para o caso dos jovens” (p.75)¹¹⁶.

¹¹⁶ Pochmann (2000) enfatiza que em países como o Brasil, onde o mercado funciona de maneira pouco estruturada e muito flexível, as possibilidades de uma pessoa ser identificada na situação clássica de desemprego sempre foram muito difíceis pelas estatísticas oficiais, pois os desempregados acabam exercendo qualquer tipo de atividade para sobreviver. Na opinião do autor, essa imprecisão conceitual decorre de sua referência à realidade de economias avançadas, com predomínio de mercados de trabalho estruturados.

Chiesi e Martinelli (1997), ao realizarem pesquisa sobre as condições juvenis no mundo do trabalho, na Itália, salientam que: “Desenha-se, basicamente, no país, um quadro em que a separação entre condição de emprego e condição inativa, entre ocupação e desemprego, não é mais delineada nitidamente como antes” (p.118).

Conforme Singer (1998), “talvez melhor do que a palavra desemprego, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo” (p.24). Neste sentido, o autor enfatiza que “é possível afirmar que o conjunto dos países ativamente envolvidos no processo de globalização, isto é, todos os membros da OCDE¹¹⁷ mais uma ou duas dúzias de países da Ásia e da América Latina estão, em graus variados, sendo submetidos ao mesmo processo” (p.29).

Esta situação repercute no dimensionamento do desemprego. De acordo com a orientação de órgãos internacionais do trabalho, o ponto de partida da mensuração quantitativa deve ser a forma em que o sujeito se vê (AUED, 2002). Contudo, contraditoriamente, este faz tudo para não se identificar como tal.

As dificuldades apontadas estão presentes na fala dos entrevistados que se referem a trabalho e emprego, ora como sinônimos, ora como o oposto do que realmente são; não conseguem, na maioria das vezes, definir o número de ocupações (ou o tempo de permanência nelas) exercidas durante suas trajetórias; enfim, seus depoimentos refletem o processo de precarização a que os autores se referem.

Percebemos também que os depoimentos, muitas vezes contraditórios, evidenciam sentimentos de culpa internalizados decorrentes da “aceitação” de ocupações sem registro em carteira de trabalho ou de situações de desemprego. A culpa por não ter continuado os estudos e o sentimento de estar sendo cobrado por isso - principalmente quando o entrevistador é o

¹¹⁷ OCDE é a organização de cooperação econômica que tem os países capitalistas mais desenvolvidos como membros.

orientador educacional da escola onde o entrevistado conclui a oitava série - também são percebidos.

Enfim, o emprego, o desemprego e a escolarização aparecem na sociedade e são evidenciados nas falas dos nossos entrevistados como “escolhas” subjetivas, pessoais. Dessa forma, desencadeiam a auto-culpabilização, além de levarem os sujeitos mais uma vez à condição de culpados, quando avaliados pela família ou pela sociedade.

Feitas estas considerações, apresentaremos a seguir, na tabela 11, dados relativos à idade com que o egresso conclui o ensino fundamental, idade e nível de ensino que frequenta¹¹⁸ quando inicia sua trajetória ocupacional, número de vínculos de emprego ou ocupação ao longo da trajetória ocupacional (dentro dos limites possíveis) e a idade atual. Salientamos que a tabela foi construída de acordo com algumas interpretações nossas, ou seja: consideramos estágio remunerado e bolsa de estudos como inserção ocupacional (posteriormente explicaremos por que); quanto às idades, quando há dúvidas em relação à exatidão, apresentamos em negrito. Procuramos apresentar o número de vínculos de emprego ou ocupação ao longo das trajetórias que pesquisamos, porém, há que se considerar, além das observações feitas, agravantes como: descontinuidades, rupturas, retornos, e, muitas vezes, nenhuma forma de registro. O trabalho por conta própria, como o de faxineira, por exemplo, é apresentado como uma ocupação. Logo, é evidente que em termos quantitativos, a precariedade e a rotatividade permaneçam disfarçados.

Destacamos que a “rotatividade” entre as ocupações é uma forte característica observada no grupo. Em alguns casos, no intervalo entre os nossos encontros com esses jovens, verificamos situações de mudança de ocupação (incluindo local de trabalho) e de demissão.

¹¹⁸ Considerando o fato do egresso estar estudando e trabalhando paralelamente.

Tabela 11 – Dados das trajetórias dos egressos do ensino fundamental da EBJVP (1991-2003)

Nome	Idade em que conclui o ensino fundamental*	Início de trajetória ocupacional		Número de vínculos de emprego ou ocupação ao longo da trajetória				Idade atual
		Idade**	Ensino	Entre 1 e 3	Entre 4 e 6	Entre 7 e 10	Mais de 10	
Alexsander	18	8	EF				X	30
Ricardo	17	14	EF		X			29
Graziela	14	18	ES	X				26
Priscila	15	19	-	X				28
Márcio	14	18	ES	X				25
Valéria	16	15	EF		X			28
Débora	16	17	EM	X				28
Gláucia	14	18	ES		X			25
René	18	18	EF	X				30
Adriana V.	14	21	ES	X				25
Josielle	15	15	EF	X				27
Denise	16	22	EM	X				28
Alexandre	17	17	EF	X				27
Andreza	14	18	EM			X		26
Deivson	15	18	EM		X			25
Farney	17	21	EM			X		28
Luciano	14	19	EM	X				26
Alcina	19	13	EF				X	32
Liliane	14	17	EM		X			25
Simone	16	13	EF		X			27
Adriana T.	16	18	EM		X			27
Célio	15	14	EF		X			28
Anderson	15	15	EF		X			27
Ana	14	22	ES		X			26
Íris	15	15	EF		X			26
Caetano	16	18	EM		X			28
Luciana	17	17	EF		X			26

Fonte: pesquisa de campo

* Em negrito, idades aproximadas.

** Em negrito, idades aproximadas

4.1. Inserção ocupacional

Em cinco das trajetórias apresentadas, a idade em que ocorre a inserção ocupacional é inferior à estabelecida como relativa ao jovem nesta pesquisa, ou seja, entre 15 e 24 anos¹¹⁹. As demais estão entre 15 e 22 anos de idade. A maioria destas (22) situam-se na década de 1990, as demais (5) na década de 1980. Apenas 1 egresso não estudou e trabalhou ao mesmo tempo, só ingressou no emprego após concluir o ensino médio. Entretanto, ao concluir tal ensino, tem um filho de dois anos de idade.

Em relação às causas dessas inserções ocupacionais precoces no mundo do trabalho, identificadas entre os jovens que pesquisamos, verificamos uma situação bem complexa. Apesar de reconhecermos o caráter não-determinista das condições sócio-econômicas das famílias, não há como negar que a instabilidade e a precariedade nas condições de vida da família tenha sido um fator fundamental para este acontecimento.

No que se refere às condições sócio-econômicas, o grupo é diversificado. Todavia, observamos que, sendo a mobilização da família voltada primeiramente para a sobrevivência, justifica-se que alguns de seus membros tenham que trabalhar desde muito cedo¹²⁰.

Com a finalidade de contribuir na renda familiar ou ter “seu próprio dinheiro”¹²¹, na maioria dos egressos entrevistados evidencia-se a iniciativa própria na busca pelo primeiro

¹¹⁹ Pochmann (1998) afirma que em 1996, conforme dados do IBGE, havia 3,1 milhões de pessoas com menos de 14 anos que participavam do mercado de trabalho brasileiro.

¹²⁰ Conforme também constatou Zago (2000) ao investigar processos de escolarização em meios populares.

¹²¹ De acordo com o DIEESE (2001), em 1999, a participação da renda dos jovens de 16 a 24 anos no rendimento familiar mensal total, variou de 6,7% a 10,8% e entre as famílias de menor renda, praticamente dobrou, variou de

emprego. Porém, no decorrer das entrevistas, outros motivos aparecem¹²²(ter mais liberdade, ser aceito socialmente, não ser chamado de malandro, etc). De certa forma, estes parecem estar ligados à “naturalidade” com que a inserção ocupacional dos jovens é vista, o que nos remete a uma afirmação já utilizada nesta pesquisa, ou seja: Parece natural trabalhar! Neste momento, acrescentamos: desde muito cedo!

Em algumas famílias o trabalho aparece como algo “natural” desde cedo; enquanto em outras, percebemos a imposição de que o trabalho só poderia ser procurado após a conclusão dos estudos, evidenciando que a família, dessa maneira, tenta “garantir” um futuro melhor para os filhos.

Verificamos, entre os jovens egressos da EBJVP (1991-2003), distintas formas de inserção ocupacional. Neste sentido, destacamos que:

- Em 10 trajetórias, evidenciamos o registro em carteira de trabalho ou contrato de trabalho como funcionário público (professor substituto, contrato por tempo determinado).
- Em 6, não há registro em carteira de trabalho ou qualquer outro tipo de contrato, somente acordo verbal.¹²³
- Em 2, a inserção é feita por conta própria¹²⁴. Em um desses casos, a situação permanece até o momento.

12,6% a 23%, nas regiões pesquisadas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo).

¹²² Característica semelhante foi identificada por Marques (1997) em sua pesquisa sobre “escola noturna e jovens”.

¹²³ No fim do século 20, no Brasil, o total de ocupados com idade entre 15 e 24 anos possui a cada 10 jovens 4 autônomos e 6 assalariados. Sendo 4 sem carteira assinada e 2 com registro em carteira de trabalho (POCHMANN, 2000).

¹²⁴ Segundo o DIEESE (2001), trabalhador por conta própria é a pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. Destacamos que, nos anos 90, os postos de trabalho por conta própria, ocupados por jovens, cresceram 51% em relação à década anterior (POCHMANN,2000).

- Em 8, verificamos situações de estágio remunerado e de bolsas de estudos.

Chamamos a atenção para a elevada instabilidade contratual que permeia essas inserções ocupacionais, enfatizando que em alguns casos o contrato nem mesmo existe. Isto, certamente, tem conseqüências nas garantias de direitos trabalhistas (seguro desemprego, férias, aposentadoria etc). O que piora o quadro é o fato da situação não se modificar no decorrer das trajetórias.

Neste sentido, cabe citar o seguinte depoimento:

Quando eu estava lá na escola, com 13 anos, eu trabalhei na casa de uma família, a mulher era madrinha da minha mãe, eu cuidava da casa e cuidava da mulher que já era uma senhora. Mas depois começou a não dar mais certo. A mulher não me pagou 4 meses, eles queriam me pagar com roupas, essas coisas[...] Com 16 anos, acho que estava no primeiro ano, eu comecei a trabalhar nas feiras de verão e fui até os 18. [...] Mas não assinaram minha carteira não. Na verdade, eu tirei minha carteira com 16 anos, mas até hoje ela está limpinha! (Simone)

Percebemos, então, porque a menção ao seguro desemprego é tão reduzida, quando comparada às vezes em que há referências a situações de mudanças de ocupação nas trajetórias analisadas.

Pochmann (1998) afirma que o “desassalariamento”¹²⁵ é um fenômeno que atinge todos os trabalhadores, especialmente os jovens brasileiros, e que este processo decorre tanto da destruição dos empregos assalariados em maior quantidade do que são criados, como da expansão de postos de trabalho não assalariados.

Ainda segundo o autor, no período entre 1980 e 1997, no Brasil, o emprego assalariado do jovem foi reduzido em 23,8%, ou seja, houve uma diminuição de 3,363 milhões de postos de trabalho. Deste total, 1,309 milhão eram empregos considerados formais e 2,54 milhões,

¹²⁵ Segundo o autor, desassalariamento é a perda de participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação, com as pessoas passando para ocupações informais, trabalhos por conta própria etc. Neste sentido, destaca-se que, entre os anos de 1940 e 1980 a cada 10 postos de trabalho gerados, 8 são assalariados, sendo 7 com carteira assinada.

empregos sem registro. Em relação ao emprego assalariado com registro em carteira de trabalho, as maiores perdas (entre 1986 e 1996) se concentram na região sul (onde realizamos nossa pesquisa).

Ressaltamos, contudo, que no Brasil o “regime salarial” nunca chegou efetivamente a ser implantado¹²⁶. Segnini (2001) afirma que, no Brasil, nunca houve uma situação onde o emprego formal (aquele que possibilita garantia e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população.

Outro ponto relevante que destacamos nas trajetórias pesquisadas, ainda quanto à inserção ocupacional, relaciona-se aos **estágios remunerados e bolsas de estudo**, tanto no ensino médio, como no superior e na pós-graduação.

Caracterizar essas situações como ocupações é, no mínimo, controverso. Porém, partindo do princípio que se estes egressos são somente estudantes, estão na condição de inativos, eles não compõem, portanto, a população economicamente ativa (PEA). Contudo, quem exerce procura de trabalho¹²⁷ - como é o caso de todos os bolsistas ou estagiários que entrevistamos (já que paralelamente realizam concursos ou mantêm contatos em busca de emprego e se não o fazem é por estarem em determinada situação) - compõe a PEA na condição de desempregado. Neste sentido, é importante que se reflita sobre esse tema.

Pochmann (1998) ao analisar e comparar as principais mudanças nas políticas de emprego para jovens nas últimas décadas (a partir de 1970), destaca suas respectivas ações, entre estas, no período 1980-90, no Brasil: “Generalização de contratos de formação – trabalho, por

¹²⁶ Ver Pereira (1998).

¹²⁷ O DIEESE (2001) define como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a consulta a agência de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou através de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio, etc.

meio de estágios e outros mecanismos de integração do sistema de educação e sistema produtivo” (p.83).

O autor também afirma que: “De certa forma, os estágios e contratos especiais de trabalho dos jovens passaram a servir como meio de estudo e forma de inserção na vida ocupacional” (p.85). Portanto, **estratégias** para alongar a escolarização e conseguir emprego.

Não se trata de deixar de reconhecer a importância dos estágios, principalmente os remunerados e das bolsas de estudo ou de treinamento. Todavia, parece-nos importante considerá-los, pelo menos em nossa pesquisa, como formas de inserção ocupacional. Além disso, é fundamental perceber que, estando nesta situação, uma parcela dos jovens ativos é retirada das estatísticas de desemprego ou é caracterizada como inativa; portanto, mais uma vez, sem garantias de direitos trabalhistas.

Entretanto, cabe considerar que tanto os estágios remunerados, como as bolsas de estudo configuram estratégias de sobrevivência ao favorecerem o alongamento da escolarização e servirem como meio de obter experiência e garantia de uma “remuneração” mensal.

4.2. Facilidades e dificuldades encontradas na busca de emprego ou ocupação

As principais facilidades apontadas pelo grupo pesquisado na busca de emprego são as indicações pessoais por meio de vínculos de amizade e de parentesco, o que coincide com a pesquisa de Chiesi e Martinelli (1997)¹²⁸.

¹²⁸ Os autores analisam as pesquisas “IARD” sobre a condição juvenil na Itália, enfatizando a condição e as atitudes dos jovens relativas ao trabalho. Destacam como “modalidades de procura de trabalho” (apresentadas segundo a ordem de ocorrências na pesquisa dos autores): influência de amigos e parentes, cadastro em agência de emprego, participação em concursos públicos, pedidos em empresas, resposta a classificado, apresentação em escolas e empresas, proteção de pessoas influentes, cadastro em centros de orientação, anúncio em jornal.

Guzmán, Mauro, Araújo (2000) destacam que as redes familiares e sociais, em particular as de amizade, interferem muito nas oportunidades de trabalho, pois servem como fonte de informação sobre o mundo do trabalho e sobre as especificidades do mercado. Têm, desta forma, um papel relevante na inserção ocupacional, já que fornecem informações sobre como conseguir um emprego, facilitam contatos e informações sobre postos de trabalho disponíveis e o acesso a contextos ocupacionais definidos.

Portanto, as redes familiares e sociais configuram **estratégias** adotadas na inserção ocupacional. Observamos ainda que é constante a procura por outras ocupações em busca de melhores salários e condições de trabalho, mesmo nos casos em que o egresso está empregado ou ocupado. Neste sentido, as redes de amizade e parentesco são reativadas. Percebemos também que estas crescem, geralmente, por meio de contatos estabelecidos no próprio emprego ou ocupação:

Um dia fui fazer uma cobrança, de moto, para um homem que era parente do dono das Farmácias G. e começamos a conversar sobre emprego, sobre carteira assinada e ele se ofereceu para me arranjar um emprego na farmácia, como motoqueiro mesmo, mas com registro. Estou lá faz 5 anos. (Célio)

Nesse escritório, acabei construindo amizades e contatos quentes para minha profissão, até que acabei conseguindo outro emprego com uma arquiteta. Com ela eu ganharia mais, mas ainda sem carteira assinada. (Andreza)

A mobilidade geográfica também caracteriza um fator evidenciado no quadro das facilidades e dificuldades, encontradas na busca ou manutenção do emprego. A disponibilidade em mudar de área geográfica para encontrar emprego ou melhorar as condições de trabalho é evidenciada em três entrevistas, apresentando-se de maneiras distintas.

Tudo indica que a definição dos limites geográficos e dentro dos quais movimentar-se em busca de trabalho configura uma **estratégia** adotada pelos jovens egressos que pesquisamos.

Destacamos também que a elevação dos requisitos de contratação dos jovens, em decorrência da existência de força de trabalho excedente, é constatada em vários depoimentos.

Quanto à exigência de **escolaridade**, são ilustrativos estes depoimentos:

Na época em que comecei a trabalhar de cobrador não havia a exigência de muito estudo para a função, inclusive, até bem pouco tempo atrás, existia cobradores que eram analfabetos. Hoje sim, está se exigindo mais estudo, me parece que para ser cobrador agora, precisa ter no mínimo o segundo grau. (René)

Meu Deus, não há um dia em que não apareça alguém lá na loja, pedindo um emprego. Pessoas com currículo, que já trabalharam em outros lugares, e pessoas que são formadas em profissões dignas estão trabalhando de garçons, trabalhando de qualquer coisa. A gente vai lá no SINE e encontra um monte de gente formada procurando emprego. Não existe emprego nem para gente formada! Quem tem emprego tem que segurar com as duas mãos, porque não está fácil. Hoje em dia o estudo é muito importante, basta olhares as exigências dos jornais. Em qualquer lugar que tu for procurar emprego, pelo menos, o segundo grau é exigido. Hoje eles te obrigam a estudar, eles obrigam a gente a estudar! Se tu não estudar, tu não consegue emprego, tem que ter inglês...Empregos banais, que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode fazer, só podem ser ocupados por quem tem segundo grau. Se tu estiveres numa empresa, por exemplo, na Telesc, onde eu já trabalhei, tu só sobes se tiveres nível superior, não podes nem fazer cursos para promoção que tem lá dentro e para mudar de função.(Luciana)

Observamos, ainda, que a exigência de **experiência profissional ou ocupacional** também aparece em vários depoimentos, configurando outro requisito fundamental na contratação:

Também saí da construtora porque estava cheio de propostas de trabalho, mas por quê? Porque eu já tinha experiência. Daí eu quis trabalhar num escritório de desenho, fiquei 1 ano e dois meses. Como eu tinha muita experiência, tive uma proposta melhor, mais perto de casa, não precisava pegar ônibus, podia almoçar em casa, então fui para o outro escritório. (Farney)

Para conseguir emprego, tem que ser através de indicação, através de amigos, mas percebo que estão exigindo demais a experiência. Isso felizmente eu estou adquirindo com o que eu faço. Não sei direito te falar sobre a importância do estudo, eu observo que o que eles exigem mesmo é experiência. As pessoas ficam sem trabalho por não ter experiência. Tem o caso de uma amiga que estudou comigo, está formada em Pedagogia, mas não consegue emprego porque não tem experiência. Como é que alguém vai adquirir experiência se nunca for dada uma chance a ela? Muitas vezes me pergunto para que é que serve um diploma. (Íris)

Para conseguir emprego, sei que existem muitos preconceitos, mas eu não senti com relação ao sexo nem escolaridade, mesmo porque eu tenho. Mas percebi muita discriminação com relação à experiência, essa é a que mais pesa. Sem dúvida a experiência é o principal obstáculo. Eu culpo um pouco meus pais por isso, pela falta de experiência. Principalmente meu pai, sempre disse que nós primeiro só estudaríamos para depois trabalhar. (Ana)

Também são enfatizadas nas entrevistas, outras características que facilitam a inserção ocupacional: ser comunicativo, ter liderança, ser assíduo, ser responsável. Entre as que dificultam: a aparência física (ser gordo, por exemplo).

Neste sentido, cabe destacar a pesquisa¹²⁹ realizada pelo SINE / SC (a cargo da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC) com egressos de cursos de qualificação profissional do Plano Estadual de Qualificação e Requalificação Profissional de Santa Catarina¹³⁰.

Em relação à “eficácia” da pesquisa, são utilizados os indicadores: encaminhamento ao mercado de trabalho (inserção e reinserção)¹³¹, ocupação e renda. As conclusões relativas à inserção, particularmente, nos interessam:

- Em 1999, é constatado que 70.3% dos egressos que não tinham trabalhado até concluírem os cursos, permanecem na mesma situação. Em 2000, este quadro piora e o índice chega a 74.5%.

¹²⁹ Pesquisa que integra o processo de avaliação externa sobre as políticas públicas de trabalho e renda constantes no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR e no Plano Estadual de Qualificação – PEQ.

¹³⁰ Foram analisados os relatórios de pesquisa dos anos de 1999 e 2000.

¹³¹ Na referida pesquisa, a inserção é caracterizada pela entrada do egresso, pela primeira vez, no mercado de trabalho, após a conclusão do curso e reinserção pelo retorno a uma nova ocupação, em decorrência do processo de qualificação ocorrido através deste. Sendo que a inserção pode ser analisada de duas formas, dependendo da sua vinculação ou não à realização do curso: A inserção total é caracterizada pela incidência de egressos que, independente da realização do curso, conseguiram ingressar no mercado de trabalho e a inserção motivada pelo curso retrata a influência direta da realização do curso na inserção dos egressos no mercado de trabalho.

- A pesquisa do ano 2000 enfatiza que 44.74% das inserções ocorrem por **indicação pessoal** (de amigos e familiares), 2.63% foram encaminhados pelo SINE e os demais, tiveram outras formas de encaminhamento.
- A conclusão do relatório do referido ano é a de que a inserção total dos egressos está diminuindo (33.33% em 1998, 29.70% em 1999, 25.42% em 2000). Além disso, com base nas opiniões dos 2244 egressos das ações de qualificação, quanto às inserções, destaca-se a não-existência de vagas no mercado de trabalho e a **exigência de experiência** anterior.

Estes dados também são enfatizados na pesquisa de Padoim (2000), que investiga a inserção ocupacional, a partir de um estudo comparativo entre agências de emprego em Florianópolis, e analisa a influência da escolaridade e de outras variáveis na aprovação ou reprovação dos candidatos ao emprego.

Algumas conclusões destacadas na pesquisa da autora são:

- “Entre 1989 e 1996, o desemprego cresceu relativamente mais para as pessoas com idade avançada (mais de 40 anos) e para os jovens que buscam o primeiro emprego” (p.106).
- As exigências mais apontadas pelos empregadores não foram as intelectuais, mas atributos de estética, referência, conhecimento e experiência em alguma ocupação
- Em relação às restrições (pré-condições impostas pelos empregadores), as mais solicitadas são: boa aparência, morar perto, ter carro, ter referências e não ter filhos.
- As vagas de nível técnico também não comportam candidatos sem prática na função

- O comércio mostrou ser o setor que mais absorve candidatos sem experiência
- O diploma de ensino médio constitui um requisito importante, mas não suficiente, para ingressar no emprego
- O tempo que o empregado está desempregado é motivo para reprovação. Quanto maior o tempo, maior a dificuldade (provavelmente os empregadores considerem sua experiência obsoleta)
- A reprovação dos candidatos revela aspectos subjetivos, não declarados no perfil da vagas, como: pouco dinamismo, falta de empatia, falta de fluência verbal, despreparo, escrita ruim, rotatividade profissional

Os requisitos exigidos na contratação de força de trabalho evidenciam sua elaboração a partir de uma dimensão individual , ou seja, a escolaridade e a experiência profissional de cada um aparecem como fatores determinantes em sua trajetória ocupacional¹³².

Situações semelhantes estão presentes na elaboração de políticas públicas de trabalho para os jovens. Neste sentido, vale destacar as considerações de Pochmann (2000), ao enfatizar que as ações de tais políticas tendem a refletir interpretações diferentes sobre o funcionamento do mercado (plano microeconômico e plano macroeconômico), o que implica em distintas definições de estratégias de geração e manutenção do primeiro emprego.

Tais ações, ainda conforme o autor, no âmbito microeconômico, concentram-se no funcionamento do mercado e tendem a identificar a redução do custo do trabalho e a

¹³² Gomes (1997) identificando critérios de recrutamento utilizados em uma metalúrgica de médio porte. fabricante de componentes microeletrônicos, destaca: “ser não fumante; ter boa aparência (ser digno, limpo, honrado); ser dinâmico, flexível, rápido; uma pessoa atirada; ter boa coordenação motora e habilidade manual; e, sem ser eliminatório, talvez o primeiro grau” (p. 60).

flexibilização das regras de contratação, assim como a qualificação / formação profissional e o estímulo à mobilidade funcional e geográfica dos trabalhadores, pressupondo resolver os problemas de escassez de vagas. Ou seja, cabe exclusivamente aos sujeitos a responsabilidade pela sua inserção ou pelo próprio desemprego.

Para que as políticas de trabalho, voltadas para o primeiro emprego, obtenham algum efeito positivo, conclui Pochmann (2000), devem ser pensadas no âmbito macroeconômico em que o emprego do jovem está subordinado à dinâmica geral da economia, ou seja, não podem ficar condicionadas exclusivamente ao comportamento do mercado¹³³.

Não há mais como negar que as dificuldades de inserção ocupacional crescem assustadoramente. Como manchetes de jornal e tema de programas televisivos, o desemprego e as “possíveis” maneiras de fugir dele movimentam a mídia, garantindo audiência e vendas¹³⁴.

¹³³ Destacamos que em Outubro de 2003, foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Primeiro Emprego que tem como objetivo estimular empregadores a contratar jovens entre 16 e 24 anos, com baixa escolaridade e em situação de pobreza. A meta é empregar 250 mil jovens até dezembro de 2004. O programa começa nas 10 capitais brasileiras onde o índice de desemprego é maior entre os jovens. São elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Distrito Federal, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, e Porto Alegre. O Governo Federal dará uma contrapartida financeira aos empregadores que aderirem ao Primeiro Emprego e se comprometerem a manter os postos de trabalho por, no mínimo, 12 meses. Empresas com faturamento até R\$ 1,2 milhão terão direito a um incentivo de R\$ 200,00 por jovem contratado, e o valor será repassado a cada dois meses. As empresas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão terão direito a um incentivo de R\$ 100,00. Além dos recursos, as empresas que aderirem ao programa também receberão um selo denominado "Empresa parceira do Programa Primeiro Emprego", que poderá ser utilizado em futuras campanhas publicitárias demonstrando a responsabilidade social destas empresas com o País. Outra linha de geração de empregos para a juventude é o estímulo à responsabilidade social que reconhece o compromisso das empresas que desejem colaborar com o programa contratando, sem ônus para o Governo Federal, jovens inscritos no programa. (Fonte: emquestão@secom.planalto.gov.br) Recentemente, tem sido tema de noticiários, as imensas filas de jovens buscando inscrição em tal programa.

¹³⁴ Uma revista de veiculação nacional (Revista Veja, dez/2003) trouxe como matéria de capa o seguinte tema: “O desafio de arranjar emprego”. A revista enfatiza que em seus 35 anos de existência, foram dedicadas mais de quarenta capas a assuntos ligados à carreira, ao emprego e ao mercado de trabalho e que, considerando a velocidade das transformações referentes ao assunto, esta certamente não será a última.

Por meio de comparações entre estatísticas relacionadas ao emprego / desemprego e a concursos vestibulares, em todo o País, a matéria da referida revista conclui que a concorrência para obter o primeiro emprego é bem maior do que a enfrentada para ingressar numa faculdade. Conforme dados divulgados pela Revista Veja, ano 36, número 50, o concurso para Banco do Brasil contabilizou concorrência quatro vezes maior que a do vestibular para as faculdades de medicina do País e para o último concurso aberto pelo Ministério da Justiça para contratação de policiais rodoviários federais, a previsão é de meio milhão de inscritos.

Em suma, quanto ao que consideramos facilidades e dificuldades encontradas na busca de emprego ou ocupação, Paiva (1998) enfatiza que estamos diante de “uma revalorização de virtudes pessoais e qualificações tácitas¹³⁵ capazes de incidir positivamente no âmbito do emprego e na busca de trabalho e / ou atividade e ainda de crescente importância do capital social e cultural nas possibilidades de inserção” (p. 11).

Conforme a autora, na atualidade presenciamos a confirmação da previsão de Kern e Schumman, que, em 1984, identificaram uma tendência crescente à “refeudalização” no mundo do trabalho. Ou seja,

se a inclusão no mercado formal – em condições em que a disponibilidade de conhecimentos e habilidades ou de formação geral, capacidade de aprender e flexibilidade mental tornou-se mais ampla do que os postos de trabalho existentes – passa a depender de critérios adicionais ao mérito, ela regride ao nível do capital social (e político) dos envolvidos e sua posição na escala social, indicando uma reorganização complexa porém restritiva das possibilidades de mobilidade social vertical. Frente a isto podemos dizer que nos encontramos diante de uma ética regressiva no que concerne aos postos de trabalho (e até mesmo aos cargos políticos) e constatar que vêm caindo as barreiras que dificultavam o exercício do nepotismo aberto (p. 11)

4.3. As faces “visíveis” da precarização no mundo do trabalho dos egressos da EBJVP (1991-2003)

As estatísticas oficiais sobre desemprego não apreendem os trabalhadores do chamado setor informal, “como se a informalidade fosse exógena e perversa ao processo econômico” (AUED, B, 2002, p.8).

¹³⁵ Neste sentido, a autora se refere a “aspectos menos mensuráveis e / ou perceptíveis / definíveis, adquiridos através da experiência de vida e de maneira informal” (PAIVA, 1998, p. 15).

Muitas das ocupações descritas na apresentação das trajetórias que pesquisamos, permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais. Consideramos, então, que estabelecer oposição entre formalidade e informalidade, neste caso, não tem fundamentação real¹³⁶.

Todavia, cabe esclarecer que, no emprego considerado formal, há registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho (documento indispensável para assegurar ao trabalhador seus direitos legais). Quando este contrato ocorre na informalidade, dispensa o empregador de cumprir a legislação trabalhista (pagamento de férias, décimo terceiro salário, aviso prévio etc), o que, segundo Singer (1998), “reduz em mais de 50% o custo anual do trabalhador à empresa” (p.45).

O autor adverte que o emprego informal é ilegal, portanto só se efetiva com a cumplicidade do trabalhador. O que percebemos em nossas entrevistas é que o medo do desemprego faz com que os sujeitos “aceitem” trabalhar na informalidade. Também observamos que isto acontece tanto na inserção ocupacional, quanto no decorrer das trajetórias, evidenciando tratar-se de uma **estratégia** de sobrevivência.

Entretanto, é fundamental perceber a complexidade desta situação, pois ela envolve fatores subjetivos e um determinado contexto social e não uma escolha livre em favor da informalidade.

Verificamos relações de subcontratação, terceirização, trabalho por conta própria, autônomo com registro e sem registro em carteira de trabalho, etc. As relações de subcontratação e terceirização, particularmente, nos chamaram a atenção devido à “naturalidade” com a qual são percebidas e evidenciadas pelos jovens entrevistados.

Abreu, Ramalho e Sorj (1998), analisando um caso específico de terceirização numa grande firma multinacional do setor de telecomunicações, no Rio de Janeiro, enfatizam que, no

¹³⁶ Neste sentido, ver Oliveira (1976).

Brasil, a difusão de relações de subcontratação e parceria, ao longo da cadeia produtiva, estão se disseminando com rapidez e introduzindo vários tipos de medidas organizacionais nas empresas.

Em muitos dos casos, segundo os autores, a “terceirização” aparece associada a estratégias tradicionais de redução de custos. Desta forma, é “acompanhada por uma maior precarização e instabilidade no emprego, aprofundando as desigualdades sociais. Reduzir o emprego, fugir das despesas com a manutenção legal dos trabalhadores e reduzir o poder de interferência do sindicato podem aparecer como os principais atrativos para a externalização da produção” (p. 156).

O movimento de terceirização cresce no Brasil, no final da década de 1980, aparecendo associado a uma articulação entre a grande e a pequena empresa ou a estratégias que visam a externalizar atividades para redução de custos, precarizando as condições de emprego.

Nesse contexto, entendemos porque alguns de nossos entrevistados (6) têm contratos de trabalho por tempos determinados e relativamente curtos¹³⁷, além de exercerem funções terceirizadas numa grande firma do setor de telecomunicações do Estado. Além disso, parecem estar familiarizados com esta situação, pois alguns deles, em curto período de tempo, são contratados e demitidos pela mesma empresa, mais de uma vez.

O caso de Ricardo ilustra essa questão: É contratado por seis meses numa empresa de telecomunicações. Após certo período, é admitido na mesma empresa, como funcionário do quadro efetivo. É demitido e, em seguida, readmitido em função terceirizada na qual permanece por um ano e meio. Em seguida, é novamente demitido. Atualmente, está desempregado.

¹³⁷ Conforme Singer (1998), grandes empresas dificilmente se entregam a práticas ilegais (emprego informal), o que fazem para reduzir os custos é substituir empregados formais por “temporários”.

O que percebemos é que todas essas medidas só são possíveis pelo fato de a força de trabalho ser mercadoria e, como tal, estar “sobrando” no momento, o que a transforma em dispensável, descartável.

Encontramos situação semelhante na trajetória de Alexsander, seja vendendo amendoim ou picolé na escola, ou trabalhando em construções; seja como vendedor ambulante ou trabalhando no ateliê de calçados do cunhado, enfim, o que esta trajetória representa?

Piccinini (1998) também nos auxilia a compreender tal situação (especificamente a que se relaciona ao trabalho no ateliê de confecção de calçados), ao afirmar¹³⁸ que o setor calçadista brasileiro, eminentemente exportador, sofre pressão por competitividade e busca reduzir custos. Desta forma, “uma das mais importantes formas de flexibilização é o recurso ao trabalho dos ateliês” (p. 195).

A autora destaca que o recurso ao trabalho a domicílio é habitual neste setor industrial, segundo dados da Organização Internacional de Trabalho (OIT), e observa que, no Brasil, os trabalhadores que produzem a domicílio uma parte do calçado são geralmente ligados a um ateliê, caracterizando uma forma de subcontratação, já que resulta apenas de um acordo (verbal ou documentado) em que o trabalhador será pago por peça (elaborada ou beneficiada).

Ainda, concernente a isso, consideramos importante destacar na trajetória Alexsander a situação criada quando ele reúne vários vendedores ambulantes e é gerente do grupo, mas continua recebendo pelo que vende, sem nenhuma forma de contrato formalizado tanto com a empresa que lhe fornece as mercadorias, quanto com os trabalhadores que ele agrupa:

Eu comecei a trabalhar como vendedor, vender essas cacarecadas na rua, radinho, relóginho, livrinho, lanterna, o que aparecia para vender, eu conseguia vender, eu já tinha toda uma lábia [...] Então eu meti a cara nesse negócio e eles me disseram que se eu fosse um bom vendedor, conseqüentemente seria promovido a instrutor, se eu fosse um bom instrutor e formasse uma boa equipe, seria promovido a auxiliar de gerente. Daí meus olhos já cresceram, nesse ponto sempre fui muito ambicioso. Quando entrei na obra eu já

¹³⁸ Baseada em pesquisa desenvolvida no setor calçadista desde 1988, sobretudo no Rio Grande do Sul.

disse que não queria ser servente, queria ser pedreiro.[...] Hoje eu sei fazer tudo numa obra, desde o alicerce até o acabamento. E daí eu disse para ele que isso não era problema, bastava ele me dizer o que era preciso fazer para ser instrutor. Ele me disse que eu teria que manter uma média de vendas de 30, 40 reais por dia no mínimo. Eu consegui, fiquei constante nessa média e fui promovido a instrutor [...] sem carteira assinada, só com a promessa de um dia montar minha equipe e a empresa mandar um dinheiro para montar meu escritório. Conseqüentemente isso aconteceu, montei uma equipe, fui promovido a instrutor, comecei a ensinar as pessoas a fazerem o que eu já sabia fazer e, muito bem por sinal, porque eu fui um dos melhores da empresa [...] Eu montei uma equipe de 65 pessoas, 65 pessoas! Eu ensinei a trabalhar na empresa, daí fui promovido a auxiliar de gerente. Nessa função eu ficava bem em torno do negócio junto com ele (o chefe) dentro do escritório aprendendo a parte burocrática do negócio, contador, contatos para a Indonésia, Malásia, Estados Unidos, Japão, isso tudo eu aprendi a fazer, aprendi até a falar algumas palavras em japonês, inglês. E daí eu fui promovido a gerente. Quando eu fui promovido, a empresa mandou para mim 150 mil reais em mercadorias, consignada no meu nome, sem que eu assinasse nenhuma promissória. Eu quis abrir o escritório em Novo Hamburgo porque a minha mulher já tinha morado lá 12 anos e me falou que lá tinha um mercado muito grande Eu já tinha ido passear lá, é próximo de Porto Alegre e eu já fui para Novo Hamburgo, pensando em Porto Alegre, para ser bem sincero. Meu intuito já era ser diretor regional, olha como já estava minha cabeça. Então fui para o RS, consegui ser o terceiro melhor escritório do Brasil [...]. Fui dois anos gerente de marketing no RS, daí a empresa faliu em São Paulo, com a crise do dólar, há dois anos atrás a empresa faliu. [...] E o que aconteceu? Faliram os escritórios do Brasil inteiro [...] Faltavam duas promoções para ser promovido a diretor regional. Isso foi em 2001. Em 2002 eu seria diretor regional. Estava com um padrão de vida muito bom, eu estava tirando 4500, 5000 reais por mês [...] Eu paguei a empresa, e o telefone tocou: era a empresa dizendo que a partir daquele momento não viria mais mercadoria...a empresa acabou. Foi bem assim, um baque, um baque! tiraram...puxaram o tapete de baixo de mim [...] Eu disse: como é que eu vou dar essa notícia para 35 pessoas? dizer que a empresa acabou?! Foi assim, a empresa acabou. Eram 35 pessoas, pais de família, mães de família, todos dependiam daquilo ali para sobreviver. Nesses dois dias eles estavam fazendo treinamento e esperando mercadoria, achando que viria, mas não viria mais [...] Estive sempre na informalidade mas...Meu Deus, eu dava palestras sobre motivação, cheguei a dar palestra para 3600 pessoas, eu tinha que fazer o sangue delas ferver! Mas, voltei para Florianópolis sem nada, fiquei praticamente maluco, botei meus pés no chão com muito apoio da minha mulher e dos meus pais. Sobreviver depois disso...até financeiramente, foi graças aos meus pais. (Alexsander)

Nosso interesse principal, ao apresentar este depoimento, é evidenciar nexos entre o chamado setor formal ou informal. O protagonista desta trajetória, assim como os atores “simplesmente” lutam pela sobrevivência.

A trajetória de Deivson, nos leva a refletir sobre o setor de serviços. Quando ele afirma: “Eu seria o arquiteto, poderia assinar meus trabalhos, não seria mais só o prestador de serviços!”. Este setor, segundo Oliveira (1976) “não é contraditório com a forma de acumulação, que não é obstáculo à expansão global da economia, que não é consumidor de excedente” (p.26).

Na maioria das vezes, segundo o autor, os serviços podem revelar uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação.

Dessa mesma forma, percebemos o trabalho por conta própria que aparece em alguns casos, nesta pesquisa. Contudo, eles nos remetem a pensar não só na precarização, insegurança, instabilidade, mas também sobre diferentes formas de “organizar” a sociedade.

Pries (1998)¹³⁹ chama a atenção para a importância desses trabalhadores que, no seu entendimento, representam um segmento que não está em vias de desaparecer e compõe-se por sujeitos individuais e atores coletivos, que, de certa forma, praticam e vivem as formas e as idéias não só de um mundo “velho”, mas também de uma sociedade “nova” (p. 101).

Não se trata de justificar as precárias condições de vida e de trabalho destes sujeitos, mas, segundo o autor, de refletir sobre as diferentes formas de uma convivência social alternativa, ou seja, pensar numa sociedade organizada de outra maneira. Seria uma luz no fim do túnel?

No que se refere às “donas de casa” que aparecem em várias das trajetórias analisadas - não só na figura do egresso, como também na de suas mães - percebemos um quadro bastante complexo. O trabalho doméstico não remunerado (trabalho para a própria família) não é considerado ocupação¹⁴⁰, porém, este não seria mais uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação?¹⁴¹

¹³⁹ Baseado em pesquisa sobre trajetórias ocupacionais e conceitos de trabalho de assalariados e “por conta própria”, realizada entre 1990 e 1995, no México, onde destaca que há poucos estudos nos países latino-americanos visando conhecer as condições reais de vida e de trabalho de uma parcela de trabalhadores por conta própria (vendedores e prestadores de serviços ambulantes).

¹⁴⁰ Atualmente há um grande movimento para garantir aposentadoria para as donas de casa. Neste sentido, destacamos que, com este objetivo, está sendo estudado o projeto de uma Deputada do estado de Santa Catarina deputada Luci Choinacki (PT/SC), autora da Proposta de Emenda Constitucional 385/2001, que institui a aposentadoria para as donas de casa com mais de 60 anos e renda familiar igual ou menor do que dois salários mínimos, mesmo que não tenham contribuído para a Previdência Social.

¹⁴¹ Segundo o DIEESE (2001), no Brasil, em 1973, as mulheres representavam 30.9% da PEA. Esse número triplicou até 1999, passando para 41.4% da PEA. No entanto, ainda existem muitas mulheres que trabalham, mas não

Esta reflexão indica pistas para considerarmos, embora de maneira superficial, as relações de gênero, evidenciadas nas trajetórias ocupacionais do grupo. Percebemos diferenças no grupo, notadamente, em relação ao estado civil e ao número de filhos dos homens e das mulheres. Entretanto, nas falas carregadas de justificativas, de ansiedades e de desejos é que tais diferenças se tornaram mais evidentes.

As trajetórias ocupacionais de algumas mulheres do grupo parecem estar subordinadas à aprovação da família ou do marido; ou seja, as entradas e saídas no mercado de trabalho, além de estarem vinculadas, evidentemente, às oportunidades de emprego, acontecem de acordo com as necessidades da família¹⁴². Nestes casos, os projetos dos homens são prioritários na organização familiar.

Em vários depoimentos, constatamos que as mulheres são requisitadas nas emergências familiares, pois quando um familiar (incluindo a família atual e a de origem) adoece e precisa de cuidados, é a mulher que adia ou desiste de seus projetos escolares ou profissionais¹⁴³.

No entanto, o trabalho é uma referência central tanto para homens como para mulheres, e o desemprego e a precarização trazem sofrimento para ambos.

Neste sentido, Segnini (2001) levanta a seguinte questão: parece haver uma “tolerância social” maior em relação ao desemprego feminino, tanto no espaço familiar, como no espaço público. “Não seria esta ‘tolerância social’, fundada na intolerância que marca a inserção da

estão presentes nas estatísticas por estarem ocultas no trabalho doméstico ou em atividades desconsideradas economicamente ou vistas como complementares

¹⁴² Característica semelhante foi observada por Guzmán; Mauro; Araújo (2000).

¹⁴³ Guzmán; Mauro; Araújo (2000) abordam as dificuldades encontradas, nas trajetórias ocupacionais, pelas mulheres casadas e com filhos. Enfatizam que o fato de a mulher ser solteira também pode tornar-se obstáculo para projetos pessoais das jovens, particularmente, as provenientes das famílias com menos recursos, pois estas são convocadas nas emergências familiares.

mulher de forma desigual no trabalho, sempre a remetendo ao espaço doméstico? Não estariam elas, em casa, desempregadas, ‘cumprindo um destino social’, ideologicamente esperado?” (p.147).

No nosso entendimento, o problema do desemprego tem uma dimensão muito maior, não se trata apenas de uma questão de gênero; contudo, assim como ser jovem, neste contexto, é um diferencial, ser mulher também o é. Segundo o DIEESE (2001), a proporção de mulheres desempregadas é sempre superior à de homens, apesar de serem minoria no mercado de trabalho¹⁴⁴.

Cabe ainda destacar, embora de maneira superficial, que a precarização das condições em que se exerce o trabalho também tem exercido influência no entendimento sobre profissões, o que repercute na identidade profissional do trabalhador.

Em vários momentos de nossa pesquisa, percebemos problemas dessa natureza, seja na dificuldade de o egresso considerar-se um profissional ou até mesmo na angústia sentida por ele não se perceber como tal. Constatamos ser quase impossível encontrar respostas quando se questiona sobre o assunto. Neste sentido, destacamos o seguinte depoimento:

Estou pensando em fazer outra graduação, uma graduação que me dê um emprego, que me dê uma profissão, porque o curso de História não me deu uma profissão, eu preciso ...para alimentar meu desespero eu preciso de uma profissão, porque eu não tenho! (Gláucia)

Aued, B, (2003), ao abordar tal questão, enfatiza que “profissão e ocupação não são sinônimos”, embora não possuam fronteiras nítidas e divisíveis como imaginamos. Além disso, a profissão é uma categoria histórica e não possui posição hierarquicamente superior à ocupação, ambas são partes constitutivas de um processo de trabalho.

¹⁴⁴ Em 1999, conforme dados da PED (DIEESE), as taxas de desemprego para as mulheres são cerca de 4 a 6 pontos percentuais superiores às apuradas para os homens, em todas as regiões.

Segundo a autora, é fundamental perceber que o movimento do desemprego é o mesmo que também transforma profissionais em descartáveis. “Nesse sentido, desemprego e profissão nutrem uma conexão entre si, evidenciam mudanças, muitas das quais nem sempre são para melhor” (AUED, B, 2003, p.23).

4.4. Desemprego e tecnologia como partes integrantes do repertório ideológico

Observamos nas falas de nossos entrevistados, que a cadeia de conexões estabelecidas a partir da situação atual no mundo do trabalho parece não ter fim, além de serem alimentadas ideologicamente por pressupostos falsos. No depoimento que apresentamos a seguir, observamos que a tecnologia é percebida como principal responsável pelo desemprego e, conseqüentemente, pela extinção de algumas profissões:

Percebo que todos os cobradores de ônibus estão com medo de perder o emprego. Espero que o mínimo possível perca seu emprego, pois acredito que vai ser muito difícil arrumar outro. Acredito também que a empresa está buscando soluções, nos terminais vão precisar de gente para trabalhar, alguns mudarão de função, serão motoristas. As empresas também não podem fazer muito, não tem cabimento os cobradores fiquem parados ao lado das catracas eletrônicas. Seria um gasto inútil para as empresas. Eu acho que é inevitável impedir o avanço da tecnologia. (René)

A máquina é produto de trabalho e pode servir como meio de produção para potencializar o trabalho do ser humano, portanto, trabalho de máquina é fetiche! No entanto se “não tem cabimento os cobradores fiquem parados ao lado das catracas eletrônicas”, como sugere René, a pergunta está posta: Quem ficará com o “emprego”?

Este processo contínuo de substituição de trabalho vivo a partir do uso da tecnologia¹⁴⁵ só tem como objetivo a obtenção de mais-valia, portanto, cabe lembrar que, segundo Marx (19--):

A máquina tanto tem de categoria econômica quanto o boi que puxa o arado. A utilização atual das máquinas é uma das relações de nosso presente regime econômico; mas uma coisa são as máquinas e outra coisa é o modo de utilizá-las. A pólvora continua sendo pólvora, indiferentemente, quer seja utilizada para ferir um homem quer para curar suas feridas (p. 248).

O depoimento de René também nos leva a refletir sobre a extinção de algumas profissões¹⁴⁶. Por que profissões como alfaiate, sapateiro e outras estão desaparecendo? Por uma questão lógica? Sim, enquanto algumas profissões são extintas, outras surgem. Mas quem determina esta lógica?

Não é propósito aprofundar esta discussão, entretanto, vale considerar que as transformações no mundo do trabalho, na sociedade capitalista, produzem um contexto no qual o mercado determina o que produzir, como fazê-lo e para quê.

4.5. A relação família – trajetória ocupacional

¹⁴⁵ De acordo com a Revista Veja, ano 36, número 50, uma pesquisa mundial mostra que entre 1995 e 2002 o emprego na indústria caiu 11% (No Brasil, a taxa de redução de emprego na indústria foi de 20%). Com relação aos ganhos de produtividade “motivados” pelas novas tecnologias, destaca-se que: na indústria eletrônica, é possível fabricar sete vezes mais televisores; na indústria automobilística, seis vezes mais automóveis; na indústria têxtil, quatro vezes mais tecidos; na construção civil, três vezes mais metros quadrados; nas empresas aéreas, transportar duas vezes mais passageiros; na siderurgia, fazer duas vezes mais aço.

¹⁴⁶ Em 17.05.2003 o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano de Florianópolis e região (Sintraturb) organiza paralisações das atividades visando, entre outras reivindicações, à garantia dos postos de trabalho ameaçados pela implantação das catracas eletrônicas. (Fonte: Jornal Diário Catarinense (JDC) / 17.05.2003). “Motoristas e cobradores prometem parar [...] deixando 200 mil usuários sem ônibus” (JDC / 03.06.2003). “Acordo cancela greve e ônibus não param” (JDC / 05.06.2003). Conforme reportagem do JDC de 05.06.2003, de todas as reivindicações dos funcionários do transporte coletivo urbano da Grande Florianópolis, três foram as que mais emperraram o processo: a garantia de emprego, a jornada de trabalho e o reajuste salarial. Com relação à manutenção dos postos de trabalho, ficou decidida, após dez horas de negociação, a garantia dos mesmos até o dia 30 de Abril de 2004, excluídos os trabalhadores afastados por auxílio doença ou acidentes de trabalho. Isso quer dizer que, até Abril de 2004, estão garantidos 3413 postos de trabalho, o que não contentou alguns motoristas e cobradores: “E depois desta data, como vai ser? Perguntou um deles durante a assembléia” (p.28).

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels (1998) advertem que “deve-se tratar de desenvolver o tema da família segundo os fatos empíricos existentes” (p. 23). Em sua “Carta a Annenkov”, Marx (19--) enfatiza que “a determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem formas determinadas de organização social, uma determinada organização da família, das camadas ou das classes” (p. 245).

Portanto, ao tratarmos da categoria família, precisamos localizá-la no tempo e no espaço, contextualizá-la e perceber que os agrupamentos familiares têm se mostrado “adaptáveis” às diversas mudanças sociais.

Esse processo de adaptação e de mudanças não é linear. Rupturas e permanências de valores vão acontecendo, e as famílias vão se estruturando de maneiras diferentes. Contudo, o desenho da família e a ideologia a seu respeito permanecem indiferentes a essas transformações.

Para compreendermos tal afirmação, basta percebermos as famílias ao nosso redor e refletirmos sobre aquelas que são apresentadas como modelo pela mídia, nas novelas e propagandas comerciais. O que elas tem em comum?

Esta reflexão nos permite pensar na origem da família e a entender que é na sociedade capitalista que ela assume o papel de geradora de força de trabalho, portanto, cabe à família produzir uma mercadoria “sem defeito” a fim de garantir sua aceitação no mercado. Não cabe a ela somente a reprodução biológica, mas também a social, o que lhe atribui responsabilidades quanto à “disciplinação” força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Harvey (1992) refere-se à “disciplinação da força de trabalho” como processo de controle do trabalho e enfatiza que esta questão é muito complicada, pois envolve elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo.

Segundo Harvey (1992), “a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais” (p.119). Este controle é manifestado na formação de ideologias dominantes, cultivadas pelos meios de comunicação de massa e pelas diversas instituições da sociedade.

Percebemos o significado da divulgação da imagem de um modelo de família. O retrato onde pai e mãe estão um ao lado do outro e os filhos à frente, protegidos paternalmente. Esta imagem congelada, modelo brasileiro de organização familiar, corresponde à realidade brasileira em toda sua extensão?

Este modelo, que sugere uma maneira “natural” de agrupamento, é uma representação e não uma descrição da família brasileira,¹⁴⁸ pois a realidade evidencia que seu retrato é plural, mais se assemelhando a um filme – em que há singularidades, conflitos, contradições. Enfim, a busca pela sobrevivência impõe constantes mutações.

Os retratos das famílias que pesquisamos são diversificados, contudo, se aproximam no que concerne à adoção de estratégias que visam garantir o futuro dos filhos, exercendo desta maneira um papel relevante nas trajetórias ocupacionais do grupo.

Podemos perceber isso em duas estratégias apresentadas: uma que proíbe o trabalho durante a fase escolar, e outra que permite e incentiva o trabalho nesta fase, não só por necessidade financeira, como também por acreditar que o trabalho pode servir como elemento

¹⁴⁸ Conforme análise do DIEESE (2001), são acentuadas as diferenças entre estas no que diz respeito à composição, renda, ocupação de seus membros e às características de seus chefes. No conjunto do País, em 1999, 74,1% das chefias das famílias são exercidas por homens e 25,9%, por mulheres. Quanto à escolaridade, a heterogeneidade é muito evidente: a maioria dos chefes de família (67.1%) tem no máximo 7 anos de estudo, 19.3% não tem escolaridade alguma ou menos de 1 ano de estudo e com 15 ou mais anos de estudo, encontram-se 6.3% dos chefes de família.

mobilizador da carreira escolar¹⁴⁹, ou ainda, por considerar a presença deste como fundamental na socialização das novas gerações.

Essas estratégias originam situações contraditórias. Alguns jovens compreendem as atitudes dos pais, outros os julgam culpados quando não conseguem emprego por falta de experiência.

Entretanto, cabe destacar que é em nome da luta pela sobrevivência que estes promovem ações e mecanismos de autodefesa que nem sempre atingem os fins desejados, nem mesmo são interpretados de forma positiva pelos filhos.

Além disso, constatamos que trabalhar precariamente e incentivar os filhos para fazerem o mesmo, além de serem estratégias de sobrevivência, podem configurar táticas para conseguir “referências”, “experiência profissional” e treinamento em diferentes atividades. Talvez, seja neste sentido, que alguns jovens culpem os pais que não permitiram sua inserção ocupacional antes da conclusão dos estudos.

A seguir, apresentamos nos quadros 1 e 2, as ocupações exercidas pelos pais dos egressos do grupo que pesquisamos e as exercidas pelo grupo, respectivamente.

Quadro 1 - Principais ocupações dos pais dos egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo

EGRESSOS	OCUPAÇÕES ¹⁵⁰ DOS
----------	------------------------------

¹⁴⁹ Zago (2000) ao analisar processos de escolarização nos meios populares, destaca que alguns casos estudados mostram que o trabalho e a escolaridade são assumidos como parte de um projeto que tem como objetivo a ascensão social, definidos dentro do horizonte possível e “por etapas”.

PAIS DOS EGRESSOS		
HOMENS	Pai	Padeiro, pedreiro, motorista, comerciário, micro-empresário, funcionário público, encanador, comerciante, militar
	Mãe	3 “do lar”, 2 funcionárias públicas, comerciarista, professora, faxineira (diarista),comerciante
MULHERES	Pai	2 funcionários públicos, 2 comerciantes autônomos, mecânico de automóveis, auxiliar de serviços gerais (limpeza), 2 motoristas, pedreiro, vigilante, auxiliar de serviços gerais, padeiro
	Mãe	2 telefonistas, 2 rendeiras, 2 costureiras, professora, auxiliar de serviços gerais (limpeza), lavadeira e passadeira de roupas

Fonte: pesquisa de campo

Quadro 2 - Ocupações exercidas pelos egressos da EBJVP (1991-2003), por sexo

EGRESSOS	OCUPAÇÕES
----------	-----------

¹⁵⁰ Foram consideradas as principais ocupações. Alguns destes pais estão aposentados e três são falecidos. Uma mãe tem bolsa de estudo na universidade.

HOMENS	militar, garçom, comerciante autônomo, pescador, vendedor ambulante, auxiliar de pedreiro, pedreiro, vigilante, disk jockey, mensageiro de hotel, Office boy, auxiliar de locação imobiliária, operador de telemarketing, auxiliar administrativo, cobrador de ônibus, músico, técnico em edificações, corretor de empréstimos bancários autônomo, gerente de lanchonete, porteiro, motoqueiro, gerente de posto de gasolina.
MULHERES	professora, comerciante, micro-empresária, babá, comerciaria (açougue, restaurante, vídeo locadora, lanchonete, livraria, sorveteria, mini-mercado, banca de revistas), empregada doméstica, auxiliar de ensino, auxiliar administrativo, técnica em edificações, auxiliar de serviços de escritório, auxiliar de serviços gerais (limpeza), operária de olaria, faxineira, manicure, funcionária de fábrica de geléia, motorista, jornalista, operadora de caixa de supermercado, operadora de telemarketing, digitadora, artesã. ¹⁵¹

Fonte: pesquisa de campo

Os dados apresentados nos quadros 1 e 2 podem ser analisados, se considerados segundo “grupos ocupacionais”. O DIEESE desagrega as ocupações em três grandes grupos: Direção, Gerência e Planejamento; Tarefas de execução; Tarefas de Apoio.

- Direção, Gerência e Planejamento – neste grupo encontram-se os ocupados que tem por função: planejar, coordenar e supervisionar as tarefas a serem executadas nas diversas atividades econômicas.
- Tarefas de execução – neste grupo são agregados os ocupados que se encontram diretamente ligados às atividades-fim das atividades econômicas, com as quais se encontram envolvidos.

¹⁵¹ Optamos por apresentar as ocupações da maneira que foram identificadas pelos entrevistados, ou seja, procuramos não classificá-las aqui por grupos de serviços.

- Tarefas de Apoio – neste grupo são agrupados os profissionais que exercem tarefas complementares àquelas que caracterizam a principal atividade da empresa ou negócio em que atuam.

Nesses termos, percebemos que as ocupações identificadas tanto nas trajetórias dos egressos da EBJVP (1991-2003), como nas de seus pais são, predominantemente, tarefas de apoio e de execução.

Entretanto, não temos dados suficientes para analisar outros elementos que consideramos importantes nas trajetórias ocupacionais, tais como: forma de contratação, tempo de permanência nos empregos ou ocupações, idade de inserção ocupacional, etc.

O recorte que julgamos fundamental, nesse sentido, é o de classe, ou seja, todos fazem parte da classe trabalhadora. Portanto, é nesta perspectiva que as condições objetivas de inserção no emprego devem ser compreendidas.

4.6. Classe trabalhadora: ser ou não ser?!

A maioria dos jovens entrevistados enfatiza o desejo de ter um emprego estável. Alguns até salientam que gostariam de ser funcionários públicos, pressupondo a garantia dos direitos trabalhistas. Entretanto, outros afirmam que lutam para não se tornarem empregados.

Nos depoimentos do segundo grupo, percebemos que, ao mesmo tempo em que manifestam o desejo de liberdade, revelam a precariedade de suas inserções; além de demonstrarem dificuldades na distinção entre trabalho e não trabalho, entre trabalho e lazer.

Será que o desejo ou o pavor de ser empregado justifica o trabalho precário? Será que o pavor pode ser interpretado como negação de sua condição de classe? Ou será que todas essas

transformações que afetam a vida contemporânea têm exercido um profundo impacto sobre as maneiras, socialmente reconhecidas, de os indivíduos se identificarem?

Estas reflexões nos remetem aos seguintes depoimentos:

Com certeza não gostaria de trabalhar como empregada, com certeza! (Priscila, trabalhadora autônoma)

Com oito anos eu já vendia amendoim torrado na escola. Eu também vendia picolé no portão do colégio...queria ganhar dinheiro, queria comprar minha conguinha (risos), já ganhava meu dinheirinho. Mas nunca trabalhei de empregado, a primeira vez foi agora, porque até como militar eu não era empregado, eu servia diretamente o Presidente da República! (Alexsander)

Conforme Dubar (2001), “as imensas transformações no campo do trabalho, deram lugar a uma longa ‘batalha identitária’ que precisa ser travada ao longo da vida” (p. 153). Esta situação faz parte de um processo em que o antigo modelo de trabalhador não é mais dominante, “os modelos explodem, diversificam” (p.154).

Além disso, estão se esvaindo as biografias profissionais lineares e ascendentes (PAIVA, 1998). Os jovens sabem que, ao longo de suas vidas, necessitarão mudar de emprego e que, além disso, estarão sendo avaliados constantemente em todos os sentidos. Isso causa desconforto, negação, medo, incertezas.

Em paralelo, “difunde-se entre as novas gerações uma ideologia que vê a ausência do vínculo empregatício positivamente” (PAIVA, 1998, p.18). Todo esse processo, aliado ao aumento da escolarização¹⁵², faz com que os jovens não se identifiquem mais como trabalhadores ou ainda, que neguem essa identificação.

¹⁵² Neste sentido, ver Beaud e Pialoux (2000).

Dubar (2001) enfatiza que a identidade do trabalhador, hoje, está em crise, senão em declínio. Outro agravante enfatizado pelo autor é o discurso e as noções de administração, como “colaborador”, “operador”, substituindo o vocabulário tradicional.

Essa heterogeneidade de ocupações e as fronteiras tênues entre uma situação e outra refletem na identificação do trabalhador com sua classe. Além disso,

A maioria dos jovens não viveram as condições de constituição de uma identidade coletiva a partir do trabalho. Para a maior parte dos jovens, a individualização das trajetórias profissionais e a precariedade dos diferentes empregos ocupados fazem da experiência do trabalho uma experiência vivida individualmente, sem referência a um coletivo (a um ‘nós’) (BAJOIT e FRANSSEN, 1997, p.87).

Consideramos que todo esse processo represente uma manobra de despolitização da classe trabalhadora (BEAUD e PIALOUX, 2000).

4.7. As estratégias adotadas pelo grupo para inserção / manutenção de emprego

O desemprego de jovens evidencia um problema adicional em relação aos demais, ou seja, os jovens perderam a expectativa de mobilidade social; e os adultos, a estabilidade em seus projetos de vida. As repercussões desse processo na sociedade são profundas. Eleva-se a perplexidade!

Ao buscarmos perceber as estratégias adotadas pelos egressos da EBJVP (1991-2003) na inserção/manutenção do emprego, identificamos uma “conjuntura social que apresenta muitos pontos em comum com uma situação de guerra” (DEJOURS, 1999, p.13).

Neste sentido, é compreensível o depoimento de Andreza: “Estou sempre lutando! (...) Isso eu herdei de minha mãe que também é uma guerreira!”

Segundo Dejours (1999), nessa guerra, o fundamental é o desenvolvimento da “competitividade”; portanto, justifica-se a utilização de “métodos cruéis” no mundo de trabalho, a fim de excluir os que não estão aptos ao combate e exigir dos que estão “desempenhos sempre superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e abnegação” (p.13).

Tudo indica é essa “lógica” é a que subsidia a afirmação de Graziela, ao referir-se ao seu emprego e profissão: “Não existe mapa da mina! [...]A moral da história é: ir atrás e não ficar lamentando porque não teve oportunidade!”

Numa guerra onde se admite que os fins justificam os meios, é fato que os sujeitos sofrem (DEJOURS, 1999). No nosso entendimento, este sofrimento contribui para destruir as expectativas dos jovens quanto ao futuro: “Eu sou tão pessimista com relação ao mundo, acho que esse mundo devia explodir logo!” (Gláucia).

Conforme pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁵³, realizada em 1999, em cada 10 jovens brasileiros, 7 acreditam que não vão ter condições de viver e trabalhar melhores que as de seus pais. Isto seria pessimismo? Seria apenas uma constatação da realidade? Essa situação “tem saída”?

Sentimentos dessa natureza afligem não só os jovens, como também a todos nós. Segundo Frigotto (1998) “o balanço que inúmeros trabalhos de longo alcance histórico, marcados pela densidade da análise e precaução em evitar tanto as visões apocalípticas quanto o otimismo ingênuo, não nos permitem vislumbrar saídas fáceis para [...] a crise do capitalismo hoje existente”¹⁵⁴ (p.39). Para o autor, a crise que o modo de produção capitalista enfrenta hoje, é a mais profunda de sua história, portanto, para enfrentá-la, necessita de um potencial maior de destruição.

¹⁵³ Citada per Pochmann (2000).

¹⁵⁴ Neste sentido, o autor enfatiza as análises de Hobsbawn, Arrighi, Altvater, Ingrao e Rossanda, Jameson e Mészáros.

O potencial maior de destruição a que se refere o autor tem afetado profundamente um grande número de pessoas, ou seja, tem feito muitas vítimas. Dejours (1999) considera que nesta guerra há mais vencidos do que vencedores, e que se a guerra prossegue é porque a “máquina” acionada funciona muito bem, o que pressupõe que isto seja resultado de uma estratégia.

Neste contexto, segundo o autor, quem não consegue empregar-se ou reempregar-se e quem perdeu o emprego, sofre. Além disso, todos têm medo diante da ameaça da exclusão; contudo, o ponto de vista, segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão seriam também vítimas de uma injustiça, não atinge essa totalidade. Assim, muitos adotam uma postura de resignação, segundo a qual não haveria injustiça, mas apenas um fenômeno sistêmico, econômico, sobre o qual não se poderia exercer nenhuma influência, manifestando o processo de “banalização do mal”.

A banalização do mal, afirma Dejours (1999), repousa sobre um processo de reforço recíproco entre as relações: sofrimento e emprego (referente aos que não têm trabalho ou emprego) e sofrimento e trabalho (referente ao sofrimento dos que continuam a trabalhar). Portanto, “se hoje a principal fonte de injustiça e de sofrimento [...] é o desemprego, o grande palco do sofrimento é certamente o do trabalho, tanto para os que dele se acham excluídos quanto para os que nele permanecem” (p. 37).

É neste palco a que se refere o autor, que os jovens egressos da EBJVP (1991-2003) adotam suas “estratégias de defesa” em busca da sobrevivência, em busca da inserção/manutenção no emprego.

Consideramos que vale contextualizar a historicidade desta situação, mesmo entendendo que o autor não a esteja descartando. Neste sentido, questionamos: O que é a história senão um processo temporal, movido pela contradição, pela luta de classes (MARX e ENGELS, 1980)?

Marx e Engels (1980) no “Manifesto Comunista”, ao analisarem a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias, afirmam que: “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada [...]” (p. 18).

No decorrer de suas análises, os autores enfatizam que “a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes [...] e divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos” (p.9).

Assim, buscando dar uma certa particularidade à nossa análise, temos de um lado os vendedores e, de outro, os compradores da força de trabalho. Quanto aos primeiros, a classe “que não pode viver senão trabalhando, mediante salário, para os possuidores dos meios de produção” (MARX, 1963, p. 11), atualmente e contraditoriamente, precisa lutar para continuar vendendo sua força de trabalho.

Julgamos que esta luta acontece de forma contraditória por entendermos que se nesta guerra estão em jogo a sobrevivência e a garantia de liberdade, como argumenta Dejours (1999), precisamos estar mais atentos para o que significa “liberdade”, principalmente neste momento.

Na condição histórica atual, a luta por liberdade está vinculada à necessidade de os homens permanecerem “amarrados” ao capital. Neste sentido, são, no mínimo, esclarecedoras as considerações de Aued, I (1999), em que, explicitando a problemática do ser social e a emancipação humana, afirma:

É a lógica do capital que liberta os homens das amarras próprias das condições naturais e biológicas do trabalho. Porém, ata-os à lei da reprodução ampliada do capital. Atualmente, a mesma lógica capitalista está libertando gradativamente, os homens das amarras do capital. Mas essa libertação é perversa. Os ‘novos homens livres’, não tendo mais onde trabalhar e, portanto, não podendo participar da produção (como quota/parte do trabalhador coletivo) e da distribuição da riqueza, engrossam a fila do tradicional exército de excluídos. O modo de produção capitalista, que historicamente supera e impõe à sua lógica às demais instituições sociais (...) e que fez com que a socialização dos homens

tenha se processado somente pelo e no trabalho, na forma capital, está deixando de socializar o contingente humano de excluídos pela sua própria lógica, a lógica do capital. Em contrapartida, o exército de excluídos está livre para se socializar de toda e qualquer maneira (...). O capital, que molda o mundo à sua imagem e semelhança, transformando todos em ‘homens livres’, desata as amarras que prendem os homens à sua necessidade de reprodução ampliada. Os homens, nessa condição histórica, se tornam ‘livres do capital’, sem serem, ainda outra coisa. É esta a questão do nosso tempo.(p. 128)

Dejours (1999) considera que se a “guerra” prossegue é porque os homens consentem, mesmo quando isso lhes causa repugnância. As motivações subjetivas do consentimento têm aqui um papel decisivo: “Na verdade, homens e mulheres criam defesas contra o sofrimento padecido no trabalho. As estratégias de defesa são sutis, cheias mesmo de engenhosidade, diversidade e inventividade” (p. 18).

Segundo o autor, a psicologia do trabalho por meio de estudo clínico, mostrou que “a par dos mecanismos de defesa classicamente descritos pela psicanálise, existem defesas construídas e empregadas pelos trabalhadores *coletivamente*” (p. 35). Estas são consideradas estratégias coletivas de defesa.

Portanto, se os trabalhadores não enlouquecem, apesar de todas as pressões existentes no mundo do trabalho, é porque lutam contra o sofrimento¹⁵⁵ e se protegem criando estratégias defensivas individuais e coletivas.

¹⁵⁵ Neste sentido destacamos o seguinte recorte da entrevista coletiva realizada com os egressos do grupo que alongaram a escolarização:

Gláucia: Eu penso assim, tem colegas meus de mestrado, de doutorado, que não têm crises, eles têm teoria, são superaplicados, mas eles pensam o mundo, eles não se pensam, daí eles não se pensam, não sofrem.

Márcio: Existem dois tipos de alunos na área de Humanas, aqueles que estudam e internalizam o que estudam, se modificam; e aqueles que estudam e utilizam aquilo só como armamento, só como instrumento.

Gláucia: Tudo bem, eles se instrumentalizam, é a opção deles.

Entrevistadora: Estamos falando de alienação?

Márcio: Lógico!

Gláucia: Eu não vejo por esse aspecto, vejo como a maneira que as pessoas têm para sofrer menos, cada um tem uma estratégia. Eu não diria que seria essa alienação antiga, assim sabe, essa alienação marxista, eu não acredito mais nesse tipo de alienação, não acredito que existam pessoas alienadas, porque eu não acredito mais em consciência...qual é a grande história do alienado? Que as pessoas são alienadas, mas um dia elas vão ter uma tomada de consciência e vão ver que elas vão ter que ser as donas dos meios de produção e blá, blá, blá, essa história toda...mas isso eu não acredito, não acredito que as pessoas são um bando de zumbis alienados, mas o que eu acho é

O termo estratégia tem origem militar e política e deriva do vocabulário grego “*strategia*, de *stratos*, exército, e *ago*, conduzo, guio” (Grande Enciclopédia Luso-Brasileira, 19-- , p. 516). Segundo a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1963), “serviu para designar a ciência e a arte do comandante chefe” (p.1573)¹⁵⁶. E as táticas são conseqüências das estratégias, ou seja, são orientadas por estas com vista à consecução dos objetivos.

As estratégias, são aqui entendidas, como parte de um *projeto*. Para refletirmos quanto ao significado de projeto, buscamos uma citação de Machado (1997)¹⁵⁷, feita por Meksenas (2002)¹⁵⁸:

[...] Como esboço, desenho, guia da imaginação, ou somente da ação, um projeto significa sempre uma antecipação, uma referência ao futuro. Distingue-se, no entanto, de uma previsão, uma prospectiva, ou uma conjectura, que são, muitas vezes, efetivamente, representações antecipadoras, mas que não dizem respeito, de modo algum, a um futuro a realizar, anunciando simplesmente acontecimentos susceptíveis de ocorrer, ou uma previsão sobre evoluções possíveis do real, passíveis de serem consideradas na elaboração das estratégias dos autores, mas que não se constituem necessariamente em realizações dos mesmos. Etimologicamente, a palavra **projeto** deriva do latim *projectus*, particípio passado de *projicere*, algo como um jato lançado para frente; relacionando-se diretamente com outras palavras igualmente fecundas, como **sujeito**, derivada de *objectum/objicere* (lançado diante, exposto), ou ainda, **trajeto**, de *trajectus/trajectare* (passagem através de) (p. 160).

Portanto, consideramos que, no “grande palco do sofrimento” (DEJOURS, 1999), ou seja, no mundo do trabalho, não importa se as estratégias são identificadas como “defensivas” ou

que as pessoas param onde elas sofrem menos...eu queria sabe...se eu pegasse uma parada técnica eu ia sofrer menos...

Entrevistadora: Um emprego estável seria sofrer menos?

Márcio: É isso.

Gláucia: O grande lance é a maneira que tu encaras essas teorias todas, se ela não tiver a função de te ajudar na vida, então ela não serve para nada, melhor não ler, melhor ser doente dos olhos, mesmo. Tem pessoas que conseguem, mas se a teoria não te ajudar então não serve para nada! O grande lance é perceber que todo mundo funciona igual, tu vais para onde tu sofres menos!

¹⁵⁶ Estratego é o general do exército em Atenas; estrategista (do grego: *strategos*). (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 19--).

¹⁵⁷ MACHADO, Nilson José. *Cidadania e educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 63

¹⁵⁸ Aqui, a citação não está sendo feita integralmente.

de “sobrevivência”¹⁵⁹ ou ainda “de inserção no emprego”. Trata-se de reconhecer que a vida é o grande projeto.

4.8. “A unidade *estratégica* é o exército”¹⁶⁰ ou o exército de servidores do capital

Por analogia, nos remetemos à análise de Marx (1989) sobre a produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, formado pela população trabalhadora excedente, produto e condição necessária da acumulação capitalista.

Segundo o autor, todo trabalhador faz parte desta população durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado, e esta pode aparecer em forma aguda, nas crises, ou crônica, nos períodos de paralisações. Além dessas formas que se reproduzem periodicamente, continuamente podem se apresentar de três maneiras: flutuante, latente e estagnada.

Conforme a distinção feita pelo autor, a porção flutuante constitui-se de trabalhadores urbanos jovens, aptos para o trabalho, expostos às flutuações do mercado, ora recrutados, ora expulsos do trabalho, emigram segundo o capital em sua emigração. A latente é aquela expulsa do meio rural quando a produção capitalista penetra na agricultura e extingue postos de trabalho. Estes, em seguida, compõem a camada flutuante e estagnada. E a estagnada constitui parte dos trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular.

Esta análise nos dá pistas para compreender que o trabalho precarizado ou o “trabalho informal” - situação em que se encontra a maioria dos jovens do grupo que pesquisamos - não é

¹⁵⁹ Neste sentido, Marx (1963) é enfático: “O operário morre se o capitalista não o emprega” (p. 37). Destacamos ainda que Haguette (1982), ao realizar estudo sobre o trabalhador urbano e sua família (na cidade de Fortaleza – Ceará), objetivando explicar a capacidade de sobrevivência de famílias pobres e conhecer as estratégias mais freqüentemente adotadas pelas famílias para identificar, ter acesso ou criar fontes de complementação de renda, conclui que: “A principal e indispensável fonte de renda das famílias de baixa renda é o trabalho” (p. 109). A autora enfatiza que a pesquisa desmascara o mito de que é possível sobreviver com estratégias “extra-trabalho”.

¹⁶⁰ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (19--).

novidade, principalmente no caso brasileiro. Segundo Singer (2000), “o ‘trabalho informal’ corresponde ao segmento estagnado da população excedente que Marx tinha diante dos olhos, em Londres, em 1865-66” (p. 11).

Contudo, a conjuntura atual apresenta elementos distintos da analisada por Marx (1989), considerando os direitos trabalhistas conquistados, principalmente, no último século. Presenciamos um momento em que a classe trabalhadora vem perdendo gradativamente esses direitos e se conformando às novas imposições do modo de produção capitalista.

Além disso, como comprovamos pelas trajetórias do grupo que pesquisamos, não se trata apenas de perdas, mas também de trabalhadores que, em alguns casos, nunca tiveram direitos trabalhistas por não terem contrato de trabalho. Cabe lembrar que, por terem trajetórias ocupacionais, estão “incluídos” no processo produtivo mantêm as particularidades da mercadoria força de trabalho.

É fundamental perceber que os trabalhadores empregados sob formas precárias, os desempregados, os que trabalham por conta própria (sem registro), os prestadores de serviços, os jovens em busca do primeiro emprego (que vagam de um estágio a outro ou intercalam pequenos serviços), todos ocupam um lugar no mundo do trabalho.

Esta afirmação nos remete a uma análise de Marx (1963) sobre os efeitos da *maquinaria*, onde enfatiza que: “[...] a guerra industrial que os capitalistas fazem entre si; essa guerra tem a particularidade de que suas batalhas são ganhas menos no recrutamento que pelo licenciamento do exército operário. Os generais – os capitalistas – lutam entre si para ver quem poderá licenciar o maior número de soldados da indústria.” (p.51)

Após esta afirmação, o autor ainda alerta para o fato de os economistas afirmarem que estes operários encontrarão novos ramos de ocupação, mas não ousam afirmar que encontraram emprego em novos setores de trabalho.

Os economistas nos dizem, é verdade, que os operários que as máquinas tornaram supérfluos encontram *novos ramos de ocupação*. Eles não ousam afirmar diretamente que os mesmos operários que foram despedidos encontrarão emprego em novos setores de trabalho. Os fatos gritam muito alto contra essa mentira. Na verdade, apenas afirmam que novos meios de ocupação se apresentarão para *outras partes da classe operária* – por exemplo, para a parte das jovens gerações de operários que estavam prestes a ingressar no ramo da indústria agora fechada. Naturalmente, isto é um grande consolo para os operários atirados à rua. Não faltará aos senhores capitalistas carne fresca para explorar (p.51).¹⁶¹

Portanto, se este “exército” vende sua força de trabalho sob as mais diversas maneiras, este “consentimento” é decorrente da condição de vulnerabilidade em que se encontram.

4.9. As táticas adotadas pelo “exército” ou pelos egressos da EBJVP (1991-2003)

Durante os capítulos 3 e 4, preocupamo-nos em apresentar as estratégias adotadas pelo grupo, na medida em que são evidenciadas.

Contudo, considerando que as estratégias têm em vista mudanças estruturais e as táticas, mudanças conjunturais, e buscando dar uma melhor apresentação didática ao conteúdo abordado, optamos por realizar uma síntese das táticas adotadas pelo grupo. São elas:

- Trabalho precário ou “trabalho informal”
- Alongamento da escolarização
- Construção de redes familiares e sociais
- Conciliação entre trabalho e estudo
- Realização de cursos técnicos profissionalizantes no ensino médio

¹⁶¹ Consideramos importante perceber nesta afirmação do autor, a distinção entre trabalho, emprego e ocupação.

- Realização de cursos extra-escolares
- Realização de cursos supletivos
- Estágios remunerados e bolsas de estudo
- Participação em concursos públicos e privados
- Mobilidade geográfica
- Manter-se informado sobre ofertas de emprego por meio de jornais, rádio e

outros tipos de anúncio.

- Apresentação direta na empresa
- Seguro-desemprego
- Casamento
- Planejamento familiar
- “Prolongamento da condição juvenil”: -não ter filhos
 - morar com os pais
 - não casar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preguiça, todos sabem, é um dos sete pecados capitais

Ao perder o Paraíso terrestre, Eva e Adão ouvem do Senhor as terríveis palavras que selarão seus destinos. À primeira mulher, Deus disse: ‘Multiplicarei as dores de tua gravidez, na dor darás à luz filhos. Teu desejo te levará ao homem e ele te dominará’ (Gn, 3:16). Ao primeiro homem, disse Jeová: ‘Maldito é o solo per causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida [...]. Com o suor de teu rosto comerás teu pão, até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás’ (Gn, 3:17-9)].

Ao ócio feliz do Paraíso segue-se o sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina e por isso os filhos de Adão e Eva, isto é, a humanidade inteira, pecarão novamente se não se submeterem à obrigação de trabalhar. Porque a pena foi imposta diretamente pela vontade de Deus, não cumpri-la é crime de lesa-divindade e por essa razão a preguiça é pecado capital, um gozo cujo direito os humanos perderam para sempre. (CHAUÍ, 2000, p.9)

Com esta epígrafe iniciamos a reflexão final da nossa pesquisa, ou seja, considerando que “o laço que ata preguiça e pecado é um nó invisível que prende imagens sociais de escárnio, condenação e medo” (CHAUÍ, 2000, p.10). E que, são estas imagens que forçam o trabalhador desempregado a sentir-se humilhado, culpado, “um carma, um peso” como nos disse Ana.

Lafargue (2000) descreve o desprezo dos antigos pelo trabalho e o elogio ao ócio, enfatizando que seus poetas e filósofos louvavam o aparecimento das máquinas que, no seu entender, diminuiriam a fadiga, o sofrimento e as penas do trabalho. Enfatiza que Aristóteles imaginou o dia em que todos os utensílios realizassem por si mesmo todas as tarefas, e os homens estariam livres do trabalho.

No entendimento do autor, o sonho de Aristóteles tornou-se realidade. Além disso, chegará o dia em que o proletariado compreenderá que a máquina é o redentor da humanidade, o deus que resgatará o homem do trabalho assalariado e lhe concederá os lazes e a liberdade.

O automatismo das máquinas se confirmou, porém o proletariado não se dedicou a cultivar as virtudes da preguiça, como imaginava o autor, e continuou a lutar pelo direito ao trabalho.

Além disso, como afirma Chauí (2000), “surgiu a sociedade administrada, que passou a ter controle tecnológico de todas as classes sociais” (p.47). Pela organização científica do trabalho, controla-se o corpo e a mente dos trabalhadores, como também as conquistas destes sobre o “tempo livre”. Tempo, aliás, que não é dedicado às virtudes da preguiça como esperava o autor de “O Direito à Preguiça”, mas pelas indústrias cultural, da moda, etc., estruturadas pelo mercado capitalista.

A sociedade capitalista, como nos diz a autora, tira com uma mão o que concede com a outra e acaba mais uma vez ganhando, pois consegue tornar invisível a dominação de classe e a exploração.

O capitalismo conseguiu eliminar ou reduzir à insignificância todas as outras formas alternativas de se ganhar a vida pelo trabalho não subordinado ao capital, ou seja, esse tipo de trabalho que violenta a espécie humana conseguiu impor-se como modo dominante em nossa sociedade e, mesmo sendo penoso e alienado, é referência para todos. Assim, hoje, o desemprego é o maior pesadelo¹⁶².

Chauí (2000), descreve o momento atual de forma brilhante neste pequeno trecho:

O Muro de Berlin pôde cair porque um outro, invisível e inatingível, já havia sido erguido pela economia capitalista: o muro que, no interior de cada sociedade e entre os países, separa os privilegiados, que fruem a realidade virtual de suas ações [...], e os desempregados, massa de humilhados e ofendidos, dos envergonhados e culpados por não possuírem aquilo que o capitalismo não lhes deixa possuir – um trabalho – e os faz crer que têm o dever moral e social de possuir – um emprego (p.51).

¹⁶² A palavra pesadelo, definindo um sonho aflitivo com sensação opressiva, está sendo utilizada aqui metaforicamente.

O desemprego, na atualidade, representa mais do que uma crise, ele é estrutural. Neste contexto, à mercadoria força de trabalho assimilou-se um adjetivo, ou seja, ela, agora é mercadoria descartável.

É neste contexto que as trajetórias ocupacionais dos jovens egressos do ensino fundamental da EBJVP (1991-2003) acontecem. É no “grande palco do sofrimento” – o do trabalho – que adotam suas “estratégias de defesa” em busca da sobrevivência (DEJOURS, 1999).

Os jovens que pesquisamos são “guerreiros”, caminham para onde “sofrem menos”; embora, muitas vezes o façam com pessimismo. Têm sonhos e aspirações, mesmo que limitados por sua condição de classe, e demonstram ansiedade sobre um futuro do qual também os adultos nada sabem. Almejando serem “úteis para o mundo” (CASTEL, 1998), batalham por um emprego. Neste sentido, a inserção ocupacional acontece, na maioria das vezes, muito cedo e de forma precária.

Alguns jovens, adotam a “estratégia do atalho” e ingressam no mundo do trabalho sem o “passaporte” que, de acordo com esta pesquisa, só poderia ser obtido com a idade mínima exigida legalmente e com um diploma escolar que comprovasse, no mínimo, a conclusão do ensino fundamental. A adoção dessa estratégia, na maior parte dos casos, inviabiliza o alongamento da escolarização.

A situação de estudante-trabalhador foi observada na grande maioria das trajetórias analisadas. Em algumas, foi o que possibilitou o alongamento escolar paralelamente às estratégias familiares, às bolsas de estudo e aos estágios remunerados. No entanto, a escolarização não garante o emprego, embora seja critério de seleção na contratação.

O que caracteriza fundamentalmente as trajetórias ocupacionais destes jovens é a grande rotatividade entre as ocupações que, na maioria das vezes, acontecem sem registro em

carteira de trabalho. Além disso, observamos a não-linearidade destas, ou seja, períodos de desemprego ou inatividade.

Verificamos que, na maioria das vezes, a inserção ocupacional acontece por meio de redes familiares e sociais. Além do que, existem critérios subjetivos na contratação: a “experiência ocupacional” e a “referência” aparecem como os mais percebidos pelos jovens.

Os dados obtidos na pesquisa evidenciam que o aumento da escolaridade destes jovens, em relação à de seus pais, não foi acompanhado, na maioria das vezes, de mobilidade ocupacional ou social.

Assim sendo, os “jovens-adultos” do grupo que pesquisamos, não fazem a história que querem, mas a que é possível. Entretanto, consideramos que, se as intenções dos sujeitos não se realizam, isto não se deve a fatores meramente subjetivos, mas à própria estrutura da sociedade. Ou seja, “nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, conforme premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância” (ENGELS, 19-- , p.285). Além do que, como afirma o autor, “raramente se realiza o que se deseja” (p.198).

Estas considerações não estão baseadas em mera constatação, nem são feitas no sentido de conformação ou acomodação, mas sim e exatamente no sentido contrário.

Como afirma Marx [19--], a sociedade é produto da ação recíproca dos homens, embora não possam escolher livremente esta ou aquela forma social, por não disporem livremente das forças produtivas.

Portanto, só os homens fazem sua própria história, ainda que em determinadas condições. Assim, tendo ou não consciência disso, só eles, ou melhor, só nós, podemos resolver os problemas que criamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice R de P; SORJ, Bilac e RAMALHO, José Ricardo. Os impactos sociais da terceirização industrial. In: CASTRO, Nadya Araújo; DEDDECA, Cláudio Salvadore (Orgs). **A ocupação na América Latina**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p 155-88.

AGUIAR, Ronaldo C. **O Rebelde Esquecido**: Tempo, vida e obra de Manoel Bonfim. ANPOCS: TOPBOOKS, 1999. 561p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. 200p.

ARAUJO, Arliete. **“Bairros que trabalham em Lages”**: A trajetória de vida e trabalho de microempresários. 2001. 123f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ARROYO, Miguel. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, Celso João; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Sales (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. 167p.

AUED, Bernardete Wrublevski (Org.). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis, R.J: Vozes, 1999a. 190p.

_____. **Histórias de profissões em Santa Catarina**: ondas largas “civilizadoras”. Florianópolis: Ed. Do autor, 1999b. 120p.

_____. **Considerações a respeito da categoria desemprego**. Texto apresentado para discussão realizada na disciplina: Desemprego e trajetórias profissionais. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política. 2002 a. 21p.

_____. **O Processo de desemprego**. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2002b, Florianópolis. 17p. Texto.

_____. **Indicações metodológicas ao estudo das profissões no Brasil**. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003. 27p. Trabalho não publicado.

AUED, Idaeto Malvezzi. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernardete Wrublevski (Org). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis, R.J: Vozes, 1999. p. 109-131.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p.76-95. 1997.

BARROS, Nelci Moreira. **Conversa de Quiosque**: Os burros perderam o emprego. Dissertação de Mestrado em Educação. 1999. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. La classe obrera en el año 2000. **Le Monde Diplomatique**, Buenos Aires, p.19-21, jun. 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

BERTOLINI, Jeferson. População está refém de decisão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03 jun. 2003. Editoria, p. 24.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-192.

_____. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.145-184.

BRANDÃO, Zaia. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.) **Família e Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: 2000.

_____. IBGE. **Informação para a imprensa** – texto número 79. Rio de Janeiro: 2001.

BRASIL, Sandra; WEINBERG, Mônica. O segundo vestibular. **REVISTA VEJA**, São Paulo, n.50, p.168-180, dez. 2003.

CARDOSO, A.; CARUSO, L.A.; CASTRO, N. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro: IEC, n 1, p.7-23, mai. 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 611 p.

CASTRO, Nadya Araújo; DEDDECA, Cláudio Salvadore (Orgs). **A ocupação na América Latina**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. 344p.

CASTRO, Ramón Peña. **A questão do Trabalho**. São Carlos, 1988. 16f. Texto Mimeografado.

_____. **Desvalorização social do Trabalho e ilusória centralidade da Educação**. In: ANPED. São Paulo, 1998. 6p. Texto mimeografado.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

CHIESI, Antônio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 110-125, 1997.

CONTARTESE, Daniel; GOMEZ, Marcelo. Trayectórias laborales tempranas de graduados universitários de carreras modernas. La búsqueda errante de una inserción Profesional genuína. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Buenos Aires, n.14, p.166-202, 2001.

DA Universidade para o mundo do trabalho. Braga: Universidade do Ninho, 2001. 321p.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. O trabalho no Brasil dos anos 90. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Buenos Aires, n. 14, p.33-54, 2001.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 158p.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Diesse, 2001. 354p.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identificárias: Alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, São Paulo, p.13-30, abr. 1998.

_____. Identidade profissional em tempos de Bricolage. Contemporaneidade e Educação. **Jornal do Brasil**, 11 mar. 2001. Emprego e Trabalho, n.9, p.152-156. Entrevista.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Verbo, 1963. 22v.

ENGELS, Friedrich. Cartas. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. v. 3, p.144-207.

ENGUIA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 272p.

FAÉ, Maelí. **A contribuição do ensino de Geografia para a prática da Educação Ambiental nas primeiras e segundas séries do ensino fundamental**. 2003. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 277p.

FERRETI, Celso João et al (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 220p.

FERRETI, Celso João; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Sales (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo: Para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. 167p.

FIDALGO, Fernando et al. Editorial. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.5, p. 9-16, jan. / jun.1999.

FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Guia de ruas de Florianópolis**. Florianópolis: EDEME, 2000. 620p.

_____. Lei Municipal n. 5504. Florianópolis, 21 jul. 1999.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 154p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 230p.

_____. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p. 31-45, mai./ ago. 1999.

_____. Prefácio. In: AUED, Bernardete Wrublewski (org). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.7-14.

FURB-SINE. Pesquisa FURB – SINE sobre ascensão e queda do emprego nas microrregiões de Santa Catarina. 2000. CD ROM.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego; A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G (Org.). **Educação e crise do trabalho**: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.76-99.

GLOBO. Planejamento familiar. Disponível em < <http://www.globo.com/jornalnacional>>. Acesso em : 22 jan. 2004.

GOMEZ, Maria Soledade Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização**: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. 2002. 284f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Michael. Transporte assegurado até segunda feira. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 mai. 2003. Editoria, p. 24-5.

GOUVEIA, Aparecida Joly. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo: Loyola, 1981. 142p.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA: estratégia, [19--]. p.516.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa: Editorial Enciclopédia, [19--]. Xv.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A ilusão do atalho: a experiência operária da pequena burguesia em descenso. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p.149-180.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: HUCITEC, 1995. 223p.

GUZMAN, V; MAURO, A; ARAUJO, K. **Trayectorias laborales de mujeres**. Chile: Ediciones Centro de Estudios de la Mujer, [199-]. 226p.

_____. Las mujeres em el mercado laboral: desde el género a la formación de políticas. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, n. 9, p.151-54, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **O mito das estratégias de sobrevivência**: Um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família. Fortaleza: UFC, 1982. 162p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice - Editora Revista dos Tribunais, 1990. 189 p

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992. p. 349.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Trabalhadores desempregados: Trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.11, p.71-84, out. 1989.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e Subemprego no Brasil**. São Paulo: Ática, 1980. 184p.

INVERNIZZI, Noela. Empregos precários no setor terciário: estudo de trajetórias ocupacionais de trabalhadores em risco de exclusão. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.35-45, jan./abr. 2002.

JAKOBSEN, Kjeld. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 64p.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 27 mai. 2003, p.20.

KOFES, Suely. **Uma Trajetória, Em Narrativas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001. 192p.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.55-75.

_____. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETI, Celso João; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Sales (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 121-139.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça e outros textos**. Lisboa: Estampa, 1977. 223p.

MANACORDA, M.A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989. 382p.

MARQUES, Maria O. da Silveira. Escola noturna e jovens. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p.63-75, 1997.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p.96-109, 1997.

_____. A difícil transição: análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos. **Pro-posições**, v.1, n.5 (32), p.18-28, jul. 2000.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963. 54p.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, [19--]. 169 p.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. Tradução de José Carlos Bruni (et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978. 407p. (Os Pensadores).

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I, tomo I.

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v..II, tomo II.

_____. **O Capital**. 12. ed. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Bertrand. 1989. v. 2, p. 933.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cartas. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. v.3, 449p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Ched editorial, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119p.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 47p.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002. 166p

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.) **Família e Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 183p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Flexibilização nas relações de trabalho e emprego e recurso à educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.7, p.158-173, jul. / dez. 2000.

_____. A relação trabalho e educação e sua redução à política de emprego e qualificação na atualidade: alguns apontamentos iniciais. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v.6, n.1, p.59-72, mar/ago. 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Seleções CEBRAP 1**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981. 87p.

PADOIM, Egre Terezinha. **Educação e inserção no mercado de trabalho**: um estudo a partir da intermediação do emprego. 2000. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PAIVA, Vanilda. Educação e trabalho: notas sobre formas alternativas de inserção de setores qualificados. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, p.8-21, n.4, dez/1998.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETI, Celso João; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Sales (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p101-20.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. Quem são os “desempregados” para a sociologia. In: **Natureza, História e Cultura**: Repensando o social. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p.27-37.

_____. Trabalho e trabalhadores numa sociedade sem empregos. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, n.4, p.122-50, dez/1998.

PICCININI, Valmira Carolina. O trabalho flexível na indústria calçadista. In: CASTRO, Nadya Araújo; DEDDECA, Cláudio Salvadore (Orgs.). **A ocupação na América Latina**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p 189-210.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998. v.6. 104p.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999. 205p.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**: A situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher, 2000. 95p.

_____. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001. 151p.

_____. O excedente de mão de obra no município de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.18-23.

PRIES, Ludger. Trabajo y trabajadores por cuenta própria: ¿Marginalizados de la teoría sociológica de mercado da trabajo y movimientos sociales? In: CASTRO, Nadya Araújo; DEDDECA, Cláudio Salvadore (Orgs.). **A ocupação na América Latina.** São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p 83-106.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** São Paulo: Makron Books, 1995. 348p.

RODRIGUES, Patrícia. Acordo cancela greve e ônibus não param. **Diário Catarinense,** Florianópolis, 05 jun. 2003. Editoria, p. 28.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos - O estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.99-123.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego.** Rio de Janeiro: Agir, 1997. 427p.

SECOM. Primeiro emprego agora é lei. Disponível em: <emquestao@secom.planalto.gov.br. > Acesso em: 24 out. 2003.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Entre o desemprego e a engrenagem dos empregos precários. **Contemporaneidade e Educação,** Rio de Janeiro, n. 9, p.134-151, 2001.

_____. Educação, Trabalho e Desenvolvimento: Uma complexa relação. **Trabalho & Educação,** Belo Horizonte, n.6, p. 14-46, jul/dez 1999 – jan/jun 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. Educação profissional e profissionalização de educadores. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 18, n.33, p. 77-91, jan./jun. 2000.

SILVA, Rita de Cássia Oenning. “**A porta entreaberta**”: Práticas e representações em torno das relações entre casa e rua junto a crianças de camadas populares em Florianópolis. 1998. 216p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SINE. **Relatórios de Pesquisa de Egresso 1999 e 2000**. Florianópolis, 2001. Relatório. Mimeografado.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998. 139 p.

SINGER, Paul. Trabalho informal: origens e evolução. In: JAKOBSEN, Kjeld. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.11-13.

SPÓSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, 1997.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? **Perspectiva**, Florianópolis, v.14, n.26, p.39- 70, jul./dez.1996.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: Apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. In: Trabalho e Crítica. Unisinos, 2000.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454 p.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares – As contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.) **Família e Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 309p.

ANEXOS